



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA:
GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Augusto Andrade Mendes Teixeira

**O Movimento Migratório da CEDEAO para Cabo Verde
nos Anos 2006 a 2010: Perfil de Imigrantes da Guiné-Bissau, Nigéria e
Senegal e Relação Imigração-Criminalidade nesse Período**

Orientador: Prof. Marcelo Quintino Galvão Baptista, *Dr.*

Co-orientador: Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Praia
2013

Augusto Andrade Mendes Teixeira

**O Movimento Migratório da CEDEAO para Cabo Verde
nos Anos 2006 a 2010: Perfil de Imigrantes da Guiné-Bissau, Nigéria e
Senegal e Relação Imigração-Criminalidade nesse Período**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social
e Mediação de Conflitos implementado em
parceria com a Universidade Federal do Pará,
sob a orientação do Prof. Doutor Marcelo
Quintino Galvão Baptista e co-orientação do
Prof. Doutor Edson Marcos Leal Soares Ramos,
como requisito final para a obtenção do Grau de
Mestre.**

Praia, Março de 2013

Augusto Andrade Mendes Teixeira

**O Movimento Migratório da CEDEAO para Cabo Verde
nos Anos 2006 a 2010: Perfil de Imigrantes da Guiné-Bissau, Nigéria e
Senegal e Relação Imigração-Criminalidade nesse Período**

Esta dissertação foi julgada e aprovada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Curso de Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos, da Universidade de Cabo Verde,

Praia, 12 de Março de 2013.

Prof. Marcelo Quintino Galvão Baptista, *Dr.*
(Coordenador do Curso de Mestrado em Segurança Pública)

Prof. José Carlos dos Anjos, *Dr.*

Profa. Clementina Baptista de Jesus Furtado, *Dra.*

Prof. Marcelo Quintino Galvão Baptista, *Dr.*
Orientador

Praia

2013

Resumo

Entre os anos 2006 e 2010 houve um crescente fluxo migratório de cidadãos da Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal (GNS) para Cabo Verde, em situação regular e clandestina, de forma incisiva em relação ao de imigrantes dos demais países da CEDEAO. Os dados oficiais sobre o número desses imigrantes são inconsistentes e os serviços responsáveis não têm podido acompanhar a entrada e permanência desses imigrantes, devido à inexistência de condições para o efeito. Ademais, desconhece-se o perfil desses imigrantes. O senso comum associa o aumento da criminalidade por parte de cidadãos africanos, em particular os considerados no estudo, com o aumento da imigração. Foi objectivo geral da investigação caracterizar o perfil dos imigrantes desses países, de 2006 a 2010, e correlacionar a imigração e a criminalidade no período. Participaram imigrantes em situação de liberdade e os reclusos na Cadeia central da Praia (CCP) ou Cadeia de São Martinho. Fez-se a análise de documentos jurídicos relativos ao estrangeiro no território nacional e outros respeitantes à circulação de pessoas na CEDEAO, e acedeu-se a publicações sobre a insegurança, violência, criminalidade e imigração. A recolha de dados ocorreu na Direcção de Estrangeiros e Fronteiras da Polícia Nacional, na Procuradoria-Geral da República e nos serviços penitenciários da CCP do Ministério da Justiça. De um universo de 3 475 imigrantes, constituiu-se uma amostra de 180, sendo 60 de cada um dos países. Desses imigrantes, 20 eram reclusos na CCP. Para o perfil dos imigrantes, elaborou-se um questionário para as entrevistas e que teve em conta o idioma da nacionalidade dos participantes. Recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson para verificar a eventual correlação linear entre imigração e criminalidade referidas. Constatou-se que os imigrantes são predominantemente masculinos e jovens, com uma renda familiar inferior à de cabo-verdianos em circunstância similar. São maioritariamente solteiros, com escolaridade ao nível do secundário, inseridos na economia informal e destituídos da segurança social. São maioritariamente cristãos, o que desmistifica a avaliação de que os muçulmanos constituem ameaça para Cabo Verde. Dificuldades económicas nos países de origem foram o motivo mais premente para a imigração e em conjunto com a impossibilidade de irem a outro lugar foram decisivos para os imigrantes permanecerem em Cabo Verde. A ajuda de parentes ou amigos no país de acolhimento foi o que mais pesou na organização da emigração, sugerindo existir, para isso, uma rede social de apoio. A maioria é discriminada e maltratada pelos cabo-verdianos, não obstante ocupar o tempo livre com eles, tê-los como amigos e estar satisfeita com a vida no país. Não se obteve correlação significativa entre imigração e criminalidade em Cabo Verde envolvendo os imigrantes, no período do estudo,

indicando não contribuírem no incremento da criminalidade e, por conseguinte, na insegurança interna. Destaca-se a necessidade de os serviços governamentais reverterem a inconsistência de dados estatísticos sobre o fluxo migratório, em particular, de cidadãos da CEDEAO para Cabo Verde, a pertinência de estes serem sensibilizados sobre os limites da livre circulação prevista na legislação, e a pertinência de regulamentação dos aspectos fundamentais concernentes ao referido fluxo migratório.

Palavras-chave: Movimento migratório, Relação imigração-criminalidade, Rede de apoio social, Integração de imigrantes na CEDEAO.

The Migratory Movement from ECOWAS to Cape Verde from 2006 to 2010: Guinea-Bissau, Senegal and Nigeria Immigrants' Profile and the Relationship between Immigration and Crime during the related Period

Abstract

Between 2006 and 2010 there has been an increasing of illegal entrance of citizens from Guinea-Bissau, Nigeria and Senegal (GNS) in Cape Verde, comparing with other immigrants from other ECOWAS countries. Due to the lack of conditions, the official information about the number of these immigrants is shifting and the department responsible for this area has not been able to monitor the entry and staying of these immigrants. Furthermore, Cape Verde institutions do not know the profile of these immigrants. People in general associated the increase of crime with African citizens living in Cape Verde, particularly those considered in this survey, as well as the increase number of immigration. The main aim of this paper is trying to characterize the profile of immigrants of these countries from 2006 to 2010, and the relationship between immigration and crime in this period. We worked with immigrants in conditionals and with the inmates of Central Jail of Praia (CCP) also known as Sao Martinho Penitentiary. We did a detailed legal analysis of documents concerning to the foreigners living in Cape Verde and other papers relating to the movement of people within ECOWAS states, and we got official information about insecurity, violence, crime and immigration. We also collect information of these immigrants at the Border and Immigration Department of Cape Verde National Police, the Attorney General's Office and the Penitentiary Services (CCP's) of Ministry of Justice. Among the 3,475 immigrants chosen, 180 of them were used as sample, taking into consideration 60 immigrants from different countries. Among these immigrants, 20 were inmates at Sao Martinho Penitentiary (PCC). We prepared an immigrants' profile questionnaire for further interviews, taking into account the language and the nationality of the participants. We also took the Pearson correlation coefficient to check the possible linear relationship between immigration and crime reported. We realized that immigrants are predominantly male and young people, and they have a family income below, comparing to the Cape Verdeans' salary in similar circumstance. Most of them are singles, with the secondary schooling level. They are integrated into the informal economy and deprived from any social security. They are mostly Christians, which explains the assumption that Muslims can be a menace to Cape

Verde security. The economical difficulties in their homelands are the main reason that most pressing them for immigration as well as the difficulties to get to other countries make them to stay in Cape Verde. The help of relatives or friends from the host country was what had the strong impact on the organization of emigration, leading to the existence of a social support network. Although most Cape Verdeans get along well with these immigrants and have them as friend, and are satisfied with what they do in this country, the majority of them are discriminated and mistreated by Cape Verdeans. We didn't find any significant connection between immigration and crime in Cape Verde involving immigrants, during the survey period, which indicates that these immigrants didn't have any influence in the increasing of criminality and the internal insecurity. The study highlights the need for the government services to enlarge the inconsistency of statistics on migration, particularly of ECOWAS citizens in Cape Verde, the relevance of these institutions to be sensitized about the limits of free movement under the legislation, and the relevance of regulation of key aspects pertaining to that migration.

Keywords: Immigrants, immigration-crime relationship, social support network, integration of immigrants in ECOWAS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Escala de Correlação entre as Variáveis X e Y	49
Figura 2	Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes em Cabo Verde por tipo de documento de residência (Ano 2010).	51
Figura 3	Quantidade de autorizações de residência concedida aos três países mais representativos da CEDEAO em Cabo Verde nos anos de 2006 a 2010...	52
Figura 4	Percentual de Cidadãos da CEDEAO Residentes em Cabo Verde (2010).	52
Figura 5	Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes na ilha de Santiago (2010).	53
Figura 6	Percentual de estrangeiros da GNS e outros países da CEDEAO expulsos de Cabo Verde, no período de 2006 a 2010, por país	56
Figura 7	Percentual de estrangeiros da GNS e de outros países da CEDEAO expulsos de Cabo Verde, no período de 2006 a 2010, por motivo de expulsão	57
Figura 8	Quantidade de Reclusos da GNS e de Cabo Verde na Cadeia Central da Praia, no período de 2006 a 2010.....	59
Figura 9	Evolução geral dos reclusos na Cadeia central da Praia, no período de 2006 a 2010	59
Figura 10	Percentual de Nacionalidade dos Cidadãos Entrevistados, por Género ...	62
Figura 11	Percentual da faixa etária	62
Figura 12	Percentual da Renda Familiar	63
Figura 13	Percentual do Estado Civil	64
Figura 14	Percentual do Grau de Escolaridade	64
Figura 15	Percentual da Profissão	65
Figura 16	Percentual de respostas sobre a religião	67
Figura 17	Percentual de respostas sobre a Residência	69
Figura 18	Motivos relacionados com a imigração	71
Figura 19	Como se deu a organização da emigração em Cabo Verde	72
Figura 20	Existência ou não de pessoas conhecidas em Cabo Verde quando ocorreu a emigração	72
Figura 21	Tipo de pessoas conhecidas em Cabo Verde	73
Figura 22	Existência ou não de algum amigo em Cabo Verde	73

Figura 23	Razões pela decisão de permanecer em Cabo Verde	74
Figura 24	Nível de satisfação em Cabo Verde	75
Figura 25	Língua utilizada em Cabo Verde	76
Figura 26	Percentual de entrevistados que falam/compreendem o crioulo de Cabo Verde	76
Figura 27	Percentual de respostas sobre a ocupação de tempo livre com patrícios ...	77
Figura 28	Percentual de respostas sobre a ocupação do tempo livre com cabo-verdianos	78
Figura 29	Percentual de respostas sobre a ocupação do tempo livre com outros estrangeiros	78
Figura 30	Percentual de respostas sobre a existência ou não de algum amigo cabo-verdiano	79
Figura 31	Percentual de entrevistados que beneficiam de protecção ou segurança social em Cabo Verde	80
Figura 32	Percentual de entrevistados vítimas de actos discriminatórios por parte dos cabo-verdianos	80
Figura 33	Percentual de respostas sobre actos discriminatórios presenciados em Cabo Verde	80
Figura 34	Percentual de respostas sobre a situação em Cabo Verde	81
Figura 35	Percentual de respostas sobre como os Cabo-Verdianos tratam os cidadãos da CEDEAO	82
Figura 36	Percentual de respostas sobre existência de conflito com algum cabo-verdiano	82
Figura 37	Percentual de respostas sobre existência de conflito com algum cidadão estrangeiro da CEDEAO	82
Figura 38	Percentual de respostas sobre a forma como a autoridade policial trata os cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde	83
Figura 39	Percentual de entrevistados que foram vítimas de algum crime em Cabo Verde	83
Figura 40	Percentual de entrevistados que responderam ter presenciado algum crime em Cabo Verde	83
Figura 41	Percentual de respostas sobre imigrantes que mais crimes cometerem em Cabo Verde	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade e percentual de cidadãos estrangeiros da GNS e de outros países da CEDEAO expulsos de Cabo Verde, nos anos de 2006 a 2010 ...	55
Tabela 2	Movimento Processual na Comarca de 1ª Classe da Praia (Acusados) - Ano 2006 a 2010	58
Tabela 3	População Prisional na Cadeia de central da Praia - Ano 2006 a 2010	58
Tabela 4	Reclusos Por Tipo de Crime na Cadeia central da Praia - Ano 2006 a 2010	60
Tabela 5	Reclusos por sexo na Cadeia central da Praia - Ano 2006 a 2010	60
Tabela 6	Reclusos por faixa etária na Cadeia central da Praia - Ano 2006 a 2010 ..	61
Tabela 7	Correlação (r) e nível Descritivo (p) entre número de emigrantes em Cabo Verde e o número de Crimes Cometidos por Infractores de Guiné Bissau, Nigéria e Senegal, no Período de 2006 a 2010	85

SUMÁRIO

Resumo	IV
Abstract	VI
Lista de figuras	VIII
Lista de Tabelas	X
Sumário	XI
Lista de Siglas	XIII
CAPÍTULO 1	14
INTRODUÇÃO	14
ENQUADRAMENTO TEÓRICO, PROBLEMA, JUSTIFICATIVA E OBJECTIVOS	14
1 Enquadramento teórico	14
1.1 O fenómeno migratório: caracterização e factores de ocorrência	14
1.2 A questão legal da migração.....	17
1.3 O controlo de fronteiras e de estrangeiros	23
1.4 Migração, crime/criminalidade e segurança	27
1.4.1 O crime na perspectiva jurídica	27
1.4.2 O crime na perspectiva sociológica	28
1.5 Migração e segurança	30
1.6 O movimento migratório da CEDEAO para Cabo Verde	34
1.6.1 Situação da imigração	34
1.6.2 Condições favorecedoras da imigração e suas consequências	35
2 Problema e justificativa	39
3 Objectivos	40
3.1 Objectivo geral	40
3.2 Objectivos específicos	41
CAPÍTULO 2	42
METODOLOGIA DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS	42
1 Ambiente	42
1.1 Ambiente de recolha de dados sobre a permanência de cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde	42
1.2 Ambiente de recolha de dados sobre processos crimes nos tribunais da cidade da Praia	42

1.3	Ambiente de recolha de dados sobre a população prisional	43
2	Participantes	45
3	Procedimento	45
3.1	Determinação da amostra	45
3.2	Categorização dos participantes reclusos	46
3.3	Modelo para processamento de dados dos reclusos	46
3.4	Escolha e organização do tipo de entrevista	46
3.5	Estratégia de recolha de dados	47
3.6	Medida da correlação linear de Pearson	47
CAPÍTULO 3		50
RESULTADOS E DISCUSSÃO		50
1	Investigação documental preliminar	50
1.1	Estrangeiros expulsos	54
1.2	Visão geral do crime no Concelho e na Cadeia central da Praia	57
2	O perfil dos imigrantes da GNS	61
2.1	Dados pessoais	61
2.2	Processo de chegada em Cabo Verde	69
2.3	Grau de integração	73
2.4	Relações de conflito	80
3	Correlação imigração/criminalidade	84
CAPÍTULO 4		86
CONSIDERAÇÃO FINAIS		86
Referências		79
Anexo 1 – Modelo de questionário em português utilizado na entrevista		95

LISTA DE SIGLAS

ACI	Associação da Comunidade Islâmica
ACP	(África, Caraíbas e Pacífico)
CCP	Cadeia Central da Praia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CFA	Comunidade Financeira Africana
CIMI	Comissão Interministerial para o Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração
CMMI	Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
DAES-NU	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
DEF	Direcção de Estrangeiros e Fronteiras
DGSP	Direcção Geral dos Serviços Penitenciários - Portugal
ECV	Escudo de Cabo Verde
EU	União Europeia
GNS	Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
MNECC	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
OIM	Organização Internacional das Migrações
ONGs	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PESI	Plano Estratégico de Segurança Interna
PIB	Produto Interno Bruto
PICUM	Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants
PN	Polícia Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNTC-CS	União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical
UPI	Unidade de Produção Informal

Capítulo 1

Introdução

Enquadramento teórico, problema, justificativa e objectivos

Neste Capítulo introdutório, apresenta-se a questão da migração tratada na literatura, em termos de sua caracterização em âmbito nacional e internacional, e quanto aos factores de que lhe são determinantes. Apresenta-se a questão legal da migração e do controlo de fronteiras e de estrangeiros, a relação migração-crime ou criminalidade e segurança, bem como a perspectiva jurídica e sociológica do crime. Descreve-se, finalmente, o movimento migratório da CEDEAO para Cabo Verde no período delimitado para o estudo, tendo em conta a situação da imigração e as condições que lhe são favorecedoras, bem como as suas consequências.

1. Enquadramento teórico

1.1 O fenómeno migratório: caracterização e factores de ocorrência

Migração é movimentação de pessoas de um lugar para outro. A migração pode ser interna, entendida como movimentação de cidadãos dentro de um país, muitas vezes, das áreas rurais para as áreas urbanas, ou internacional, quando há movimentação de pessoas entre países diferentes.

As migrações internacionais são definidas como deslocações de pessoas de um Estado para outro, com a mudança do lugar de residência e de estatuto jurídico, não sendo as migrações temporárias tidas em conta, tais como o turismo ou as migrações ligadas a um trabalho sazonal (Boniface, 2005).

Levitt e Jaworsky, 2007, citados por Dias e Gonçalves (2007) afirmam que na história da humanidade sempre existiram deslocções de pessoas ou grupos dentro dos países e para fora destes e que, no entanto, as necessidades e as motivações deste fenómeno têm sofrido alterações associadas às rápidas mudanças ambientais, demográficas, socioeconómicas e políticas.

A migração, segundo Dias e Gonçalves (2007), pode ser motivada por vários factores, de entre os quais se destacam as catástrofes naturais; as causas económicas de que são

exemplos a pobreza, a diferença de recursos entre os vários países, a aspiração a melhores condições de vida e a globalização da economia; os factores políticos e religiosos relacionados com guerras e conflitos que têm surgido um pouco por todo o globo. Ainda factores relacionados com o estado de saúde dos indivíduos, segundo a World Health Organization 2003, citada por Dias e Gonçalves (2007), pode levar os migrantes a procurarem melhores condições noutras paragens mais evoluídas.

Como fenómeno socioeconómico, a migração, no entender de Dias e Gonçalves (2007), pode ser considerada como um contributo indispensável para o progresso e para a simplificação do problema demográfico que ocorre nos países desenvolvidos, na medida em que estes se confrontam com um significativo envelhecimento populacional e uma baixa taxa de natalidade e que nestes países, a população imigrante, geralmente constituída por pessoas em idade activa, ou seja, em condições de exercerem qualquer actividade económica, contribui com mão-de-obra nas diversas actividades económicas geradoras de rendimentos e para as quais não existe, muitas vezes, predisposição de trabalhadores nos próprios países. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, onde os aspectos demográficos têm outras características, com grande percentagem de população jovem, a migração surge, como um refúgio contra a pobreza ou solução de problemas de outra natureza, nomeadamente catástrofes naturais, conflitos bélicos, políticos, étnicos e religiosos.

A Organização Internacional das Migrações (OIM) reconhece que a migração é uma característica integrante do mundo contemporâneo e, segundo os dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (DAES-NU, 2009), estima-se que o número total de migrantes internacionais era cerca de 214 000 000 de pessoas em 2010 e que entre os anos 2005 e 2010 esse número permaneceu relativamente estável em proporção ao conjunto da população no âmbito global, registando-se apenas um aumento de 0,1%, ou seja de 3,0% para 3,1%.

A OIM considera que o aumento dos fluxos migratórios tem sido bastante regular nos últimos decénios, alcançando a cifra dos 191 000 000 em 2005 e que, se o aumento continuar no mesmo ritmo dos últimos 20 anos, prevê-se que para o ano 2050 o contingente das migrações internacionais em todo o mundo poderá alcançar a cifra de 405 000 000. Adianta ainda que, segundo o PNUD (2009), as migrações internas somam cerca de 740 000 000 de pessoas, das quais o número total de migrantes em todo o mundo se aproxima de 1000 000 000.

A migração internacional, segundo a mesma fonte, é um processo que envolve uma variedade muito maior de grupos étnicos e culturais em que se destaca uma maior afluência de mulheres que emigram por conta própria ou como chefes de famílias. Nesse processo, observa-se que o número de pessoas a viverem e a trabalharem no estrangeiro em situação irregular também continua a aumentar, com um crescimento considerável de migração temporária e migração circular.

Ainda, segundo o PNUD, os locais onde os migrantes vivem e que têm como alvo também estão mudando. Actualmente, pouco mais de metade da população vive em áreas urbanas. O DAES-NU (2010) aponta que, em 2050, quase 70% da população viverá em áreas urbanas uma inversão dos estilos de vida em todo o mundo em mais de um século e que em 1950, a percentual era de apenas 30%. Isto tem implicações para movimentos de migração interna e da coesão social, como a tendência de concentração dos imigrantes em áreas urbanas. Os novos destinos dos trabalhadores migrantes serão as economias emergentes da África, Ásia e América Latina, o que não apenas destaca a importância crescente da migração Sul-Sul, mas também a necessidade de mais investimentos na gestão das migrações nessas regiões. Os novos padrões de migração afectam também a composição étnica dos Estados e a questão da integração e da coesão social de como mudar os padrões de mobilidade humana.

Embora a crise económica mundial tenha diminuído o ritmo da migração em muitas partes do mundo, é esperado um aumento mundial da força de trabalho, de três mil milhões actualmente, para mais de quatro mil milhões em 2030, o que, segundo o Banco Mundial 2007, representa uma taxa de aumento ainda mais rápido do que para o crescimento da população global. Em 2025, os jovens que entram no mercado de trabalho nos países em desenvolvimento superam a actual força de trabalho nos países industrializados (PNUD, 2009). As projecções para a força de trabalho dos países desenvolvidos indicam que eles permanecem em cerca de seiscentos milhões em 2050, enquanto a força de trabalho dos países menos desenvolvidos vai aumentar de dois mil e quatrocentos milhões em 2005 para três milhões em 2020 e três mil e seiscentos milhões em 2040. Por outro lado, muitos países em desenvolvimento são caracterizados por estruturas etárias mais jovens e uma população em rápido crescimento, o que provavelmente levará a exigências de maior acesso aos mercados de trabalho no mundo desenvolvido e economias emergentes. Em 2025, os países com 60% ou mais da população com menos de 30 anos de idade serão quase exclusivamente subsaarianos.

É nos Estados Unidos da América, conforme a mesma fonte, que vive o maior número de migrantes. Por outro lado, seis dos dez países que abrigam o maior número de populações nascidas no estrangeiro se encontram na Europa (França, Alemanha, Federação Russa, Espanha, Ucrânia e Reino Unido).

O Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005) avalia as migrações internacionais como um fenómeno dinâmico e em expansão e indica que o número de migrantes internacionais duplicou nos últimos 25 anos, apesar de a proporção da população mundial como um todo continuar a ser relativamente modesta, cerca de três por cento. As migrações internacionais afectam países em todos os níveis de desenvolvimento económico e de todas as correntes ideológicas e culturais. Hoje, partem e chegam migrantes em praticamente todos os países do mundo e isso leva a que seja cada vez mais difícil manter a distinção que tradicionalmente se fazia entre países de origem, de trânsito e de destino.

Ainda, conforme o mesmo Relatório, ao longo dos últimos 30 anos a proporção de residentes nascidos no estrangeiro a viver nos países industrializados tem vindo, de um modo geral, a aumentar, enquanto na maioria dos países em desenvolvimento se tem mantido estável, ou mesmo diminuído em certa medida. Cerca de 60% de todos os migrantes registrados encontram-se actualmente nos países mais prósperos e os restantes 40% estão nas regiões em desenvolvimento; apesar desta tendência, grande número de pessoas continua a efectuar migrações Sul-Sul, deslocando-se de um país em vias de desenvolvimento para outro. Avança ainda o Relatório que, de acordo com os dados estatísticos mais recentes da ONU, a Ásia tem cerca de quarenta e nove milhões de migrantes, a África dezasseis milhões e a Região da América Latina e Caraíbas seis milhões.

1.2 A questão legal da migração

A migração pode ser regular ou irregular, dependendo da situação em que os imigrantes se encontrem nos países de acolhimento.

A migração é regular quando os imigrantes cumprem as leis de imigração dos países de acolhimento, ou seja, quando portadores de uma autorização de residência válida. O mesmo termo é designado por Trindade (1995) como emigração legal, no sentido de percurso pelo qual se dá início e se desenvolve um movimento migratório individual com total

conhecimento e controlo por parte das autoridades competentes, tanto no país de origem como país de acolhimento, em cumprimento de todas as fases do referido percurso¹.

A OIM (2009) admite ainda não haver consenso internacional na utilização de algumas expressões relacionadas com a migração, variando de país para país. Indica, como exemplo, as gradações existentes entre as migrações: ilegal, irregular, clandestina e migrantes indocumentados, expressões frequentemente usadas sem grande precisão e como sinónimas.

Para a OIM, *migração ilegal* leva à consulta da definição da migração irregular, como sendo migração internacional à margem do quadro legal do país de origem, de trânsito ou de destino e aponta que não existe uma definição universalmente aceite sobre a migração irregular. Numa perspectiva do país de destino, trata-se da entrada, permanência e do trabalho ilegal, com a implicação de que, segundo a lei de imigração, o migrante não disponha de autorizações necessárias ou de documentos requeridos para a entrada, residência e trabalho. No país de origem, a irregularidade se verifica logo que uma pessoa ultrapassa uma fronteira internacional sem passaporte ou documento de viagem válido, ou não cumpre as exigências administrativas para deixar o país. Há, entretanto, uma tendência à restrição do uso da expressão termo “migração irregular” nos casos de tráfico de pessoas e no tráfico ilícito de migrantes.

Em suma, a OIM considera a migração ilegal como sinónima de migração em situação irregular, mas com a ressalva de que aquela expressão tem um carácter estigmatizante, a ponto de contradizer o espírito dos instrumentos internacionais da protecção dos direitos humanos. Assim, é de se evitar, segundo essa Organização.

A OIM define a *migração clandestina* como uma forma de migração secreta ou encoberta, com violação das exigências em matéria de imigração e que pode ocorrer quando um estrangeiro viola os regulamentos de entrada de um país ou ainda, mesmo que tenha entrado legalmente, nele permanece em violação dos regulamentos de imigração.

Quanto à expressão *migrante indocumentado*, a OIM considera-a como relativa ao trabalhador migrante indocumentado ou ainda trabalhador migrante em situação irregular. É

¹ Trindade (1995) designa por percurso migratório, ou ainda itinerário migratório, o conjunto de passos, acções ou situações, dados ou experimentados por um individuo migrante. A fase inicial seria a *intenção de partir*, radicando-se esta num conjunto de causas de partida, seguida dos *preparativos de partida*, traduzindo-se esta na obtenção de documentação e bilhetes de viagem, bem como desvencilhar dos compromissos imediatos no país de origem. A terceira fase seria a da *viagem* propriamente dita, com uma fase transitória que seria a da *primeira instalação* no país de destino, durante a qual vão decorrer múltiplos passos de estabelecimento de residência, de procura ou de iniciação no novo emprego ou actividade. *Inserção* seria a fase que representa a estabilização das características essencialmente transitórias da primeira instalação e que vai constituir a parte principal da estada no país receptor. Segue-se a fase de *fixação* se eventualmente o migrante pretender adquirir a nacionalidade do país de acolhimento, consagrado por um acto formal de naturalização.

todo o trabalhador migrante ou um membro da sua família que não está autorizado a entrar, permanecer ou trabalhar num Estado.

No ordenamento jurídico de Cabo Verde² a migração é irregular quando se verifica a existência de situações de entrada irregular e permanência no país de acolhimento para além do tempo de estadia constante do visto ou da prorrogação deste, ou do prazo da autorização de residência, ou ainda quando há situações em que pode ser recusada a revalidação da autorização de residência.

De acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde, é considerado estrangeiro não residente “*aquele que não esteja legalmente autorizado a residir em Cabo Verde ou que se encontre em situação de irregularidade*” (Cabo Verde, 1997, p. 324). Para o efeito, considera-se imigrante ilegal todo o cidadão estrangeiro que tenha entrado indocumentado ou com documentos falsos e assim permaneça em território nacional; tenha permanecido no país após o termo de validade do respectivo visto de entrada ou autorização de residência, ou após ter sido expulso do território nacional por autoridade competente.

Entretanto, Trindade (1995) refere ao termo imigrante ilegal como sendo emigração clandestina, quando o pressuposto da emigração legal não é total ou parcialmente respeitado.

É comum os imigrantes indocumentados serem tratados por imigrantes ilegais. Machado (1992) admite que quando um estrangeiro é considerado ilegal, trata-se de uma forma de rejeição das “diferenças diferentes”, isto pelo facto de haver legislações que explicitamente fazem referência ao estrangeiro que se encontre em situação irregular como sendo imigrante ilegal.

Kynlicka (2006), questiona o facto de alguém ser tratado de ilegal e afirma que normalmente as condutas são ilegais quando reportam, por exemplo, a produtos em que as mercadorias são obtidas a partir de práticas criminosas. Tratar as pessoas de ilegais, segundo o autor, pelo simples facto de entrarem num país diferente, é algo que constitui uma das maiores aberrações cometidas em nome da lei.

A PICUM (2007)³, no que se refere ao tratamento correcto que se deve dar aos estrangeiros, considera que definir um indivíduo ou um grupo como “ilegal” é uma forma de

² Artigo 68º do Decreto-Legislativo 6/97 de 06 de Maio.

³ Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants (PICUM) ou Plataforma para a Cooperação Internacional sobre Migrantes Indocumentados. É uma organização não-governamental que tem como objectivo promover o respeito aos direitos humanos dos imigrantes na Europa. PICUM também busca o diálogo com organizações e redes com preocupações semelhantes em outras partes do mundo.

A PICUM promove o respeito aos direitos sociais básicos dos migrantes sem documentos, tais como o direito à saúde, o direito à moradia, o direito à educação e formação, o direito a um mínimo de subsistência, o direito à

não reconhecimento da sua natureza humana, com a violação do seu direito natural de não ser reconhecido como pessoa perante a lei. A outra razão seria a conotação do termo “ilegal” com a criminalidade, pois a permanência num país sem os documentos exigidos não é considerada infracção penal na maioria dos países, mas sim, uma infracção administrativa.

A problemática da migração irregular é vista actualmente como um fenómeno global que atinge a maioria dos países desenvolvidos e aqueles em vias de desenvolvimento. Acredita-se que ainda não foram encontrados os mecanismos suficientes para impedir totalmente o movimento migratório mundial.

Castells (2000) avança que nos fins do século XX a população de imigrantes era estimada entre 130 milhões e 145 milhões de pessoas que viviam fora do seu próprio país, números esses referentes à migração legalizada. Entretanto, o alto número de migrantes não documentados era estimado em muitos milhões.

Uma parte significativa da imigração internacional, segundo o autor, é consequência de guerra e catástrofes, especialmente na África, onde, na década de 1990, houve um movimento de quase 24 milhões de refugiados.

Uma outra explicação, segundo Castells (2000), relativa ao aumento dos fluxos de imigração e que teria provocado reacções xenofóbicas, essencialmente na Europa ocidental, é a transformação da configuração étnica das sociedades ocidentais. Isso porque muitos daqueles que são chamados de imigrantes, nasceram de facto, nos seus países de imigração, sendo então considerados, em fins da década de 1990, cidadãos de segunda classe pelas barreiras à naturalização. O autor refere a situação dos turcos na Alemanha e dos coreanos no Japão como exemplos do rótulo “imigrante” utilizado como senha para designar as minorias discriminadas.

Estudos internacionais, mais precisamente, da OIM (2010), indicam que o número de imigrantes irregulares vai continuar a aumentar, dado que a oferta de trabalho no país de origem é maior do que a demanda nos países de acolhimento e que os canais de imigração legal são a excepção e não a regra geral.

A experiência das questões migratórias no Brasil nos anos de 1980 a 1993, relatadas na obra “Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana” (Patarra e cols., 1997), comporta

vida familiar, o direito à moral e integridade física, o direito à assistência jurídica, e o direito a condições de trabalho justas.

A PICUM tem a sua sede em Bruxelas, Bélgica, e funciona como uma rede de cerca de 2.400 organizações da sociedade civil e indivíduos que operam na maioria dos Estados-membros da União Europeia.

um conjunto de modelos vivenciais dos fluxos migratórios internos e externos, assemelhando-se um pouco àquilo que tem ocorrido em Cabo Verde a partir dos anos de 1990. No caso brasileiro, foi considerado um período explosivo da imigração italiana para aquele país e que viria a ser travado com legislações próprias que proibiam a imigração italiana para o Brasil.

Castles e Miller (1993) exemplificam expulsões em massa na Nigéria, nos anos de 1983 e 1985, como sendo os mais significativos em termos de pessoas deslocadas, cerca de dois milhões; em 1989 dezenas de milhares de senegaleses forçados a fugir da violência da Mauritânia, ao mesmo tempo que muitos mauritanos tiveram de fugir do Senegal.

Na Nigéria, conforme Castles e Miller (1993), o emprego tecnicamente ilegal de estrangeiros, principalmente da CEDEAO, foi encarado benignamente pelo governo nigeriano durante o período de expansão económica nos meados da década de 1970, em que muitos ganenses entraram naquele país e encontraram trabalho na construção civil e nos serviços. A maioria dos ganenses não entendeu as limitações à livre circulação de pessoas no seio da CEDEAO, assumindo que o acordo lhes oferecia estadia ilimitada e acesso ao emprego na Nigéria. Sucedeu, porém, que a desaceleração da economia nigeriana, combinada com a instabilidade de governo e mesmo a deterioração das relações entre Nigéria e Gana, estiveram na origem das expulsões massivas de imigrantes irregulares nos períodos de 1983 a 1985, sendo a maioria de cidadãos ganenses.

Outra situação, confrontada por Trindade (1995), e que, entretanto, a autora entende ser um pouco diferente de clandestinidade, é a que se relaciona com a permissão de entrada de estrangeiros no país, cujos motivos alegam ser de turismo, negócios ou visita a familiares, mas com exclusão explícita da autorização para trabalhar ou exercer uma actividade profissional permanente. Inúmeros são os casos dessa ténue clandestinidade que se pode verificar em Cabo Verde, um pouco dispersa por todas as ilhas, sobretudo de cidadãos estrangeiros dos países da CEDEAO (Guiné Bissau, Senegal, Nigéria), países da Europa (Portugal, Espanha, Itália) e da Ásia (China).

Consequentemente, quando uma pessoa viola os motivos que ela sustentou para a sua entrada e permanência no país, ultrapassando, nesse caso, o prazo que lhe foi concedido para a estada, entra automaticamente em situação de clandestinidade.

A imigração clandestina, segundo a OIM, é migração internacional definida pela lei do país de origem, de trânsito ou de destino. Essa Organização considera que a noção de clandestinidade evoca a condição dos migrantes irregulares forçados a viver à margem da sociedade. Existe ainda a migração clandestina seja no caso de entrada irregular no território

de um Estado, seja no caso de permanência no território de um Estado para além do prazo de residência, ou mesmo de subtração à execução de uma medida de afastamento.

A imigração clandestina constatada ultimamente em Cabo Verde envolveu centenas de cidadãos desprovidos de qualquer tipo de documentação e que entraram no país depois de terem viajado em pirogas ou *cayucus* (embarcações tradicionais da costa do Senegal, que permitem o transporte de grande quantidade de pessoas). Esses imigrantes eram oriundos do continente africano e em maioria da CEDEAO e o seu desembarque foi constatado em várias zonas costeiras do arquipélago, fora dos postos fronteiriços marítimos habilitados para o efeito. Outras embarcações foram encontradas vazias, pressupondo inicialmente que os seus ocupantes teriam desembarcado sem serem detectados pelas autoridades policiais e/ou pelas populações locais.

A exploração da imigração clandestina é uma das faces mais cruéis de organizações clandestinas na vitimando populações humanas que buscam em outros países em busca de melhores condições de vida (emprego, condições de trabalho, acesso aos serviços de saúde e outros benefícios da assistência governamental). As actuais barreiras controladoras de imigrantes nas fronteiras favorecem o surgimento dessas organizações clandestinas que prometem e nem sempre cumprem o acordo seja de entrada ilegal ou seja da condição de vida prometida.

A Constituição de Cabo Verde, no Artigo 12º, e o Direito Internacional estabelecem alguns princípios em matéria de estatuto e tratamento de estrangeiros, que têm de ser observados no regime jurídico do estrangeiro, assumindo-se assim como um Estado de Direito Democrático que pugna pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e pela defesa da dignidade da pessoa humana como valor absoluto. O país tem um sistema político assente no princípio da democracia pluralista, com equilíbrio de poderes entre os diversos órgãos de soberania, um poder judicial independente e um poder local com autonomia.

A Constituição da República de Cabo Verde estabelece como princípio fundamental a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social, e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais.

Nos termos da lei, a todos é garantido o direito de acesso à justiça, à defesa, à informação jurídica, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.

Os estrangeiros e apátridas gozam dos mesmos direitos, liberdades e garantias e estão sujeitos aos mesmos deveres que os cidadãos cabo-verdianos, com excepção dos direitos políticos e dos direitos e deveres reservados constitucionalmente aos cidadãos nacionais.

Cabo Verde assegura, nos termos da Lei Fundamental, um conjunto de garantias próprias de um Estado de Direito integral, de que são exemplos os seguintes princípios: do direito à liberdade e livre expressão, liberdade de culto, liberdade de imprensa, limites à duração temporal das penas, intransmissibilidade da responsabilidade penal, a não retroactividade da lei penal, o contraditório no processo criminal, a inviolabilidade do domicílio e a protecção dos dados pessoais.

O Decreto-Legislativo N.º 6/97, de 5 de Maio, regula a situação jurídica do estrangeiro no território nacional, estabelecendo os direitos, garantias e deveres, o regime de entrada, permanência e saída, a expulsão e a extradição dos estrangeiros, em conformidade com as disposições constitucionais e as convenções internacionais em matéria de estrangeiros, no que respeita à defesa da comunidade residente, quando estão em causa problemas de criminalidade e defesa da saúde e da ordem públicas e segurança nacional.

Cabo Verde, sendo terra de emigrantes, abriu-se ao mundo em termos de cidadania, concedendo nacionalidade aos que se ligam ao seu território e aceitando que os cabo-verdianos adquiram a nacionalidade de outro país sem perderem a sua nacionalidade de origem.

A lei garante o direito de asilo⁴ no território cabo-verdiano aos estrangeiros ou apátridas perseguidos por motivos políticos ou seriamente ameaçados de perseguição, estando estabelecido um regime jurídico para esse efeito, incluindo-se o estatuto dos refugiados.

1.3 O controlo de fronteiras e de estrangeiros

O controlo das fronteiras e dos cidadãos estrangeiros no território de Cabo Verde é incumbência da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras⁵, integrada na Polícia Nacional de Cabo Verde.

O enquadramento legal dessa matéria é definido pelo Decreto-Legislativo n.º 6/97, de 5 de Maio, designado por Situação Jurídica do Estrangeiro no Território Nacional, e que neste trabalho passa a designar-se por Lei de Estrangeiros. Este regime legal substituiu uma

⁴ Lei n.º 99/V/99, de 19 de Abril – Estabelece as bases do regime jurídico do asilo e estatuto dos refugiados.

⁵ Artigo 43º da Orgânica da Polícia Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de Novembro.

lei que vigorava sobre esse assunto desde o ano de 1990. Tratou-se de uma adequação dos termos legais à nova realidade de Cabo Verde, decorrente da aprovação da nova Constituição da República em 1990, e da necessidade de integrar na lei algumas disposições de convenções internacionais, nomeadamente da revisão ao Tratado da CEDEAO (em 1993).

A revisão da Lei de Estrangeiros foi, contudo, limitada, mantendo-se a estrutura do diploma legal anterior e os seus princípios fundamentais, circunscrevendo-se à modificação e reformulação pontual de algumas disposições e ao aditamento de preceitos impostos pela introdução de novas matérias. São exemplo disso a inclusão do preceito constitucional de que os estrangeiros autorizados a residir no país ou que tenham solicitado asilo apenas podem ser expulsos por decisão judicial (em decorrência do artigo 36º da CRCV); a garantia do direito de recurso por parte dos cidadãos expulsandos; a proibição da expulsão colectiva; a exigência de que os estrangeiros façam prova da posse dos meios económicos e de subsistência para entrarem e permanecerem no país.

A Lei de Estrangeiros de 1997 sofreria depois alterações muito pontuais, mas sem que afectassem a sua estrutura e os seus preceitos fundamentais, nomeadamente para enquadrar a realidade resultante do desenvolvimento turístico de Cabo Verde, o que levou a criar a possibilidade de concessão de vistos nas fronteiras e a isentar de visto o turismo de cruzeiro (Decreto Legislativo n.º 3/2005, de 01 de Agosto).

Quanto ao conteúdo, a Lei de Estrangeiros de Cabo Verde regula a situação jurídica do estrangeiro no território cabo-verdiano, estabelecendo os seus direitos, garantias e deveres, para além do regime de entrada, permanência, saída, expulsão e extradição.

Como princípio geral, a lei estabelece que os estrangeiros que residam legalmente ou se encontrem em Cabo Verde, usufruem dos mesmos direitos e garantias e estão sujeitos aos mesmos deveres que o cidadão cabo-verdiano, com excepção dos direitos políticos e outros expressamente reservados por lei aos cidadãos nacionais.

Depois de enumerar os direitos, deveres e garantias do cidadão estrangeiro, a lei estabelece as condições para a sua entrada no território nacional, os documentos habilitantes, os tipos de visto que são necessários para esse efeito, as condições para a sua emissão, a validade e a sua eventual prorrogação.

A lei confere ao cidadão estrangeiro a possibilidade de estabelecer residência em território nacional, desde que esteja munido de visto de residência ou requeira a conversão do visto temporário em visto de residência, e depois solicite a concessão de autorização de

residência junto da polícia de fronteiras. Para tal intento, o estrangeiro terá que reunir um conjunto de condições habilitantes que a lei estabelece.

Definem-se, na lei, os períodos de validade das autorizações de residência, os procedimentos e as condições para a sua revalidação e os fundamentos para a sua eventual revogação ou retirada.

A Lei de Estrangeiros define ainda as condições através das quais se fará o controlo da permanência dos estrangeiros no território nacional, isto é, pelo registo dos que são titulares de autorização de residência e da comunicação do boletim de alojamento relativo a todos os estrangeiros que se alberguem no território nacional.

No que se refere à saída de estrangeiros de Cabo Verde, a lei estabelece que a mesma pode ser voluntária ou coactiva, podendo esta última assumir a forma de recusa de entrada ou de decisão administrativa ou judicial. A lei proíbe a expulsão colectiva e impede que o expulsando seja enviado para país que o persiga por razões políticas, religiosas ou raciais.

A lei enquadra a recusa de entrada como uma saída coactiva e estabelece que o procedimento de recusa de entrada não carece de processo.

São definidos os fundamentos da expulsão administrativa e da expulsão judicial, e os termos em que os respectivos processos devem ser organizados. A lei estabelece a possibilidade da expulsão por pena acessória, no âmbito de um processo criminal, e define os critérios para a aplicação dessa medida.

A mesma lei incorpora os termos em que se efectua a extradição de cidadãos nacionais e estrangeiros, seja na sua forma activa seja na forma passiva.

A Lei de Estrangeiros está regulamentada, em alguns dos seus aspectos, através de legislação dispersa, nomeadamente diversos decretos regulamentares e portarias que definem procedimentos a tomar na concessão e revalidação de autorizações de residência, na concessão de vistos, quantificação dos meios de subsistência, aprovação dos modelos de boletim de alojamento e boletim de embarque/desembarque.

Relevante para o controlo das fronteiras é ainda o Regime Jurídico dos Postos Habilitados de Fronteira, definido pelo Decreto-Lei n.º 46/99, de 26 de Julho, o qual estabelece esses postos, as condições de encerramento e abertura de outros, as obrigações das empresas e agentes das companhias aéreas, de navegação e dos comandantes dos navios, bem como as infracções e sanções por violação das normas legais estabelecidas. Este diploma legal é sobretudo pertinente para o controlo da fronteira marítima, ao impor aos agentes e

comandantes dos navios a obrigação de comunicação prévia das chegadas e partidas, bem como as listagens de tripulantes e passageiros.

O controlo das fronteiras e da permanência de estrangeiros no território de Cabo Verde, anteriormente referido, é uma incumbência da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF), a qual está integrada na Polícia Nacional.

A Polícia Nacional (PN) é uma estrutura orgânica recente, resultante de uma reforma no sistema de segurança interna de Cabo Verde, levada a efeito no ano de 2005. Ao ser criada, a PN integrou a Polícia de Ordem Pública, a Guarda Fiscal, a Polícia Marítima e a Guarda Florestal que assim ficaram reunidas num único corpo policial.

A principal missão da PN (artigo 2º da Lei Orgânica) é defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos cabo-verdianos, encontrando-se ainda no âmbito da sua missão principal a responsabilidade pelo controlo das fronteiras aéreas e marítimas.

As competências da PN espalham-se por variados domínios, dentre os quais a prevenção e o combate ao tráfico de pessoas e imigração clandestina, assim como o controlo das fronteiras aéreas e marítimas.

A PN é uma polícia hierarquizada, havendo na sua organização geral uma direcção nacional e comandos regionais, estando implantada em todo o território de Cabo Verde.

A estrutura da PN compreende a Direcção de Estrangeiros e Fronteiras – DEF (artigo 43º), subordinada a um Director e sob a coordenação directa do Director Nacional Adjunto para a Área Operativa. As competências da DEF são: a emissão de documentos de viagem, o controlo da entrada e saída de pessoas nos postos de fronteira e o controlo da estadia e permanência de estrangeiros no território nacional.

A DEF abarca a Divisão de Estrangeiros e a Divisão de Fronteiras. A Lei Orgânica da PN não esclarece quais as competências de cada uma destas duas divisões na estrutura da DEF, porém, em termos daquilo que é prática, à Divisão de Estrangeiros cabe a emissão de documentos e a actividade de fiscalização e expulsão de cidadãos estrangeiros do território nacional, enquanto à Divisão de Fronteiras cabe o controlo de pessoas nas fronteiras marítimas e aéreas.

Os comandos regionais da PN têm na sua estrutura (artigo 61º) um Serviço de Emissão de Documentos e Fronteiras, o qual reúne as competências da DEF. Porém os comandantes regionais dependem administrativa, funcional e hierarquicamente do Director

Nacional da PN, embora devam desenvolver, nos termos da Lei Orgânica, a sua actividade em estreita articulação com os serviços centrais competentes em razão da matéria, como é o caso dos assuntos relacionados com as competências da DEF (artigo 63º).

Em consequência da dependência directa dos comandos regionais da direcção da PN, os mesmos não possuem departamentos da DEF devidamente estruturados, embora garantam respostas às exigências respeitantes ao controlo fronteiriço, controlo de estrangeiros e emissão de documentos.

Assim, a DEF garante uma estrutura própria, em meios, competências e missões, unicamente na ilha de Santiago, onde se situa a capital do País, a cidade da Praia. É a partir daí que são emanadas directivas e normas de procedimentos e é feito o acompanhamento da acção desenvolvida nos comandos regionais, no tocante ao controlo das fronteiras, emissão de documentos e actividade de fiscalização e afastamento de estrangeiros.

A CEDEAO, de que Cabo Verde é membro, possui disposições específicas quanto à circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento. Todavia, a CEDEAO deixa aos Estados membros a competência para a regulação de aspectos fundamentais quanto ao regime de entrada e permanência e à concessão do direito de residência a estrangeiros dos Estados membros, no pressuposto de que existem questões de soberania e razão de Estado que impedem a devolução à comunidade do poder de regulação exaustivo dessa matéria.

1.4 Migração, crime/criminalidade e segurança

1.4.1 O crime na perspectiva jurídica

Em termos jurídicos, crime é toda a conduta tipificada como tal, antijurídica (ou ilícita) e culpável, praticado por um ser humano e, em sentido vulgar o crime é entendido como sendo um acto que viola a lei.

Portanto, no sentido formal, crime é uma violação de lei penal incriminadora. No conceito material, é entendido como uma acção ou omissão que se proíbe e se procura evitar, recorrendo-se para o efeito à ameaça com pena, porque constitui ofensa, esta entendida como um dano ou perigo a um bem jurídico individual ou colectivo.

Segundo Figueiredo Dias (2007), o crime, além do seu aspecto material, é em parte produto da sua definição social produzida pelas instâncias formais⁶ e informais⁷ do controlo social.

1.4.2 O crime na perspectiva sociológica

Para Durkheim (1894), o crime, como todo o fenómeno social, é um acontecimento, ou seja, um facto que ocorre no transcurso da vivência do ser humano, surpreendendo e modificando a sua trajectória aparentemente esperada. Daí que o crime ao ser estudado não o pode ser feito isoladamente do comportamento da pessoa humana em sua real convivência colectiva.

Durkheim descreve o crime como um fenómeno normal, na medida que não conserva características específicas de determinadas sociedades, mas sim, segundo afirma, acontece em todas elas, sob as mais diversas formas conhecidas. Para o autor, não existe, pois, nenhuma sociedade imune de práticas criminosas, dependendo contudo da maneira como esses actos são qualificados.

O autor evidencia, entretanto, que o facto de se admitir o crime como um fenómeno normal não significa admiti-lo como um fenómeno inevitável, mas sim um factor de saúde pública, uma parte integrante de todas as sociedades saudáveis.

Segundo Durkheim, em torno das sociedades saudáveis o crime pode ser caracterizado como um acto que ofende certos sentimentos colectivos. Também, para que numa dada sociedade os actos considerados criminosos deixem de ser cometidos, seria necessário que os sentimentos feridos fossem reconhecidos em todas as consciências individuais, sem excepção, e com um grau de força necessária para conter os sentimentos conflituantes. Supondo então que essa condição poderia ser efectivamente realizada, o crime não desapareceria de todo mas mudaria apenas de forma, pela mesma razão que, esgotando-se as fontes da criminalidade, abrir-se-iam de imediato novas formas de criminalidade.

Para Durkheim, portanto, o crime é necessário e relaciona-se com as condições fundamentais da vida social e com a evolução normal da moralidade e da lei.

Castells (1996) considera a antiguidade da prática do crime a par da própria humanidade. Para o autor, entretanto, o crime global, bem como a formação de poderosas redes de organizações criminosas e seus comparsas com actividades compartilhadas em

⁶ (legislador, polícia, ministério público, juiz)

⁷ (família, escolas, igrejas, clubes, vizinhos)

dimensão mundial, constituem um fenómeno recente que afecta a economia no âmbito nacional e internacional, abrangendo ainda a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral.

A par do tráfico de drogas e contrabando de armas, como crimes relacionados à imigração e os que mais representam um mercado de alto valor, Castells (1996) inclui o contrabando de imigrantes ilegais no rol das operações a que se pode atribuir um valor agregado, precisamente por ser proibido num determinado meio institucional.

Ressalta ainda Castells (1996) que o controlo das fronteiras cada vez mais rigoroso incita ao contrabando de imigrantes ilegais e que estes, enquanto potenciais vítimas das organizações criminosas, não constituem apenas fonte de lucro proveniente dos pagamentos efectuados para as viagens, mas sim, muitos desses imigrantes ilegais são sujeitos nos países de acolhimento a trabalhos em regime de escravidão para poderem pagar as dívidas contraídas, acrescidas de juros elevadíssimos.

Castles e Miller (1993) fazem uma comparação dos movimentos migratórios em todo o mundo, afirmando que é possível identificar algumas tendências gerais, propensas de evidenciar tais movimentos nos próximos 20 anos.

Os autores descrevem a primeira tendência como sendo a *globalização da migração*, em que cada vez mais os países são afectados por movimentos migratórios ao mesmo tempo. Realçam ainda o facto de haver aumento das diversidades das áreas de origem, de modo que a maioria dos países se vêem confrontados com a participação em larga escala na defesa dos direitos económicos, sociais e culturais.

A segunda tendência tem a ver com o inevitável crescimento dos movimentos migratórios, ou seja, a *aceleração da migração*, e consequentemente o aumento das dificuldades das políticas governamentais dos países atingidos.

A terceira tendência é a *diferenciação da migração*, ou seja, tendência em que não se vislumbra apenas um tipo de imigração nos países de acolhimento, mas sim uma vasta gama, tais como migrações de trabalho, de refugiados ou mesmo de permanência permanente. As correntes migratórias que inicialmente começam com um determinado tipo de movimento muitas vezes desembocam em outras formas, isto em parte condicionado pelos esforços dos governos para conter ou controlar o fluxo de imigração. Um dos grandes obstáculos para essa diferenciação, segundo Castles e Miller (1993), tem a ver com as medidas de política nacional e internacional a serem adoptadas pelos governos dos estados atingidos.

A *feminização da migração* é a quarta tendência no processo dos movimentos

migratórios. Os autores em referência realçam o importante papel que as mulheres desempenham em todas as regiões e consequentemente em todos os tipos de migração. Afora disso, Castles e Miller (1993) destacam a figura feminina no historial passado das migrações em que apenas se enquadravam as mulheres na categoria de reagrupamento familiar. As migrações das mulheres trabalhadoras cabo-verdianas para a Itália, a par das Filipinas para o Oriente Médio, é um exemplo de rede à margem da dominação construída das migrações predominantemente masculinas no âmbito global.

1.5 Migração e segurança

Castles e Miller (2009) abordam as preocupações recentes sobre o impacto da migração em questões de segurança e soberania nos países de acolhimento, o que, de certa forma, ocorre no contexto cabo-verdiano, na qualidade de um dos países emergentes nas questões de imigração. Tendo isso em conta e considerando como exemplo países que enfrentaram no passado as mesmas vicissitudes, os autores em referência analisam até que ponto a imigração ilegal maciça e descontrolada pode devastar o país de acolhimento, a ponto de pôr em causa a sua segurança nacional.

A relação entre migração, especificamente, imigração e segurança é implicada, necessariamente, pela relação entre imigração e crime ou criminalidade.

Fraga (2001) afirma que a emigração, por si só, não constitui uma ameaça para a segurança e que numa sociedade que defende a igualdade não se podem deixar de fora os imigrantes quando se desenvolve a segurança social e, aponta, contudo, alguns aspectos que contribuem para a definição de um possível clima de violência e consequentemente responsáveis pela ameaça a segurança, tais como a existência de grandes comunidades culturalmente distintas e não integradas, o fenómeno de crescimento urbano descontrolado, o consumo e tráfico de drogas, entre outros (p. 52).

O sociólogo Zigmunt Bauman (Bauman, 2005) retrata a situação da insegurança moderna, afirmando que ela é caracterizada em suas várias manifestações pelo medo dos crimes e dos criminosos e ressalta que a suspeita crescente por causa da xenofobia recai sobre o que poderá ser designado como complô estrangeiro e o sentimento de rancor em especial sobre os imigrantes.

A CMMI⁸ (2005), relativamente às políticas voltadas com o desenvolvimento, direitos humanos e segurança, é categórica em que, efectivamente, a relação entre as migrações e segurança permitiu aumentar as preocupações a um nível internacional. Reporta, pois, o referido relatório aos incidentes recentes envolvendo actos de violência cometidos por imigrantes, que: “[...] *levaram à percepção de que existe uma relação estreita entre as migrações internacionais e o terrorismo internacional*” (p. 8).

Para Tavares (2007), o fenómeno da emigração tem assumido nos últimos tempos uma proporção elevada, tendo como motivo principal a complexidade dos problemas que se colocam aos países africanos a sul do Sahara, marcados pelas instabilidades regionais, o que constitui “[...] *potencial risco à segurança regional e internacional, pela eventual conexão com a delinquência internacional, o narcotráfico e o terrorismo internacional*” (p. 99). Ainda, conforme o autor, as péssimas condições económicas e de segurança vividas nesses países propiciam o tráfico de seres humanos que escapa na sua maioria ao controlo das autoridades estatais de cada um dos eventuais países implicados, incidindo tal tráfico fundamentalmente nas mulheres e crianças com a finalidade de serem exportadas para o continente europeu.

O aumento do número de imigrantes em Cabo Verde, registado a partir dos anos de 1990, vem sendo associado empiricamente à prática de crimes antes não conhecidos no país. Com isso, crimes como os de tráfico de drogas e de pessoas, burlas, falsificações têm sido atribuídos aos imigrantes, sobretudo os oriundos da África Ocidental. Os *mandjakus*⁹ são em boa parte vistos em Cabo Verde, de forma comum (Cabral e Furtado, 2008) como os causadores e os principais instigadores de práticas criminosas. Assim, “... *perante a subida do crime organizado e do tráfico de droga, o Governo questiona o protocolo de livre circulação a que aderimos em 1982, à luz de certas decisões ... da carta de Abuja*” (p. 107), a par com os nacionais (cabo-verdianos) repatriados de alguns países da Europa e dos Estados Unidos da América por cometimento de crimes (MNECC, 2003), o que “*vem constituindo motivo de preocupação*” (p. 5). Esses imigrantes têm sido, portanto, objecto de uma percepção negativa no país.

⁸ Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Foi criada em Dezembro de 2003 pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e é constituída por 19 membros independentes.

⁹ *Mandjakus* são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde (Título da Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, de Eufémia Vicente Rocha, apresentado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade de Cabo Verde em 2009).

Não obstante essa percepção negativa a respeito desses imigrantes e, por conseguinte, a respeito da insegurança, dados recolhidos por Afrobámetro (2008) revelam que no âmbito nacional apenas 3% dos cabo-verdianos identificam os imigrantes africanos como os principais responsáveis pela criminalidade, considerando que este valor é muito baixo quando se constata que o cidadão comum tende a considerar os imigrantes africanos como parte importante do problema da criminalidade.

Geralmente nos países em que a imigração tende a aumentar, sempre que há ondas de criminalidade os imigrantes são os primeiros a serem acusados, segundo Guia (2010), e com uma forte contribuição da comunicação social em propalar sentimentos de insegurança baseados em casos pontuais relativos a determinados tipos de criminalidade.

A questão das relações entre a imigração e a criminalidade não é actual. Há registos, já no início do século XX, de diversos estudos a apresentarem razões explicativas para as possíveis relações entre estes dois fenómenos que tendem a ombrear-se mutuamente no processo actual de globalização, marcado cada vez mais com maiores fluxos migratórios nos últimos tempos.

Guia (2012) afirma que os estudos sobre a relação entre imigração e criminalidade apontam maioritariamente para uma relação indirecta entre ambas, embora existam teorias que associem certas nacionalidades a determinados tipos de crime, em determinados países. A ligação entre os dois fenómenos surgiu na sequência de estudos sobre a pobreza e a criminalidade (Tonry, 1995, citado por Guia, 2012), baseados em pressupostos de conflito cultural (Sellin e Sutherland, 1938, citados por Guia 2012) e de desorganização social (Shaw e McKay, 1942, citados por Guia 2012), e em pressupostos de privações económicas, de desigualdade no acesso ao mercado laboral e à justiça e de xenofobia (Baganha, 1996; Bianchi, Buonanno e Pinotti, 2008; Cunha, 2008; Tonry, 1995 e 2004; Tournier, 1996; Seabra e Santos, 2005 e 2006; Wacquant, 1998a, 1999, citado por Guia, 2012).

Do universo dos estudos sobressaem os da grande metrópole norte-americana, por parte dos pesquisadores da Escola de Chicago¹⁰, dos quais as temáticas mais bem estudadas foram sobre as variadas formas de criminalidade e o fenómeno da imigração.

¹⁰ A Escola de Chicago surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos, professores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e teve um papel relevante na história da criminologia, ao emergir a questão da desorganização social e da ecologia criminal (arquitectura criminal). Essa escola foi responsável por um estudo mais detalhado a respeito de fenómenos sociais que ocorriam na parte urbana das metrópoles, devido ao aumento da imigração para o Centro e Sul dos Estados Unidos. Houve um aumento populacional na cidade de Chicago de forma repentina e a cidade não estava preparada para receber todas essas pessoas, ou seja, não havia estrutura para manter o mesmo padrão de vida existente na cidade (Trindade, 2005).

Trindade (2005) realça que uma característica comum entre os trabalhos dos pesquisadores da Escola de Chicago foi “a preocupação em estudar a dinâmica dos processos sociais associados à concentração das comunidades de imigrantes em meio urbano” (p. 95).

A obra de William Thomas e Florian Znaniecki “The Polish Peasant in Europe and América” é considerada, segundo Trindade (2005), um estudo extraordinário acerca dos imigrantes polacos, na época o maior e mais diversificado grupo étnico entre os vários grupos de imigrantes que residiam nos subúrbios de Chicago, por terem constatado que a desagregação na instituição familiar era acompanhada por um elevado índice de criminalidade.

A conclusão a que chegaram os dois pesquisadores, Thomas e Znaniecki, segundo Trindade (2005), é que a causa da criminalidade entre os imigrantes polacos residentes nos bairros degradados de Chicago “*estava associada a um processo de desintegração dos mecanismos de coesão social*” (p. 96), isto é que a criminalidade estava associada às condições sociais de existência e não a características individuais dos imigrantes polacos, e ainda, à crise da instituição familiar, gerando assim comportamentos anómicos.

Como já foi mencionado, em Cabo Verde o senso comum relaciona a imigração de cidadãos da África Ocidental, sobretudo da CEDEAO, com a criminalidade. Esta associação está baseada em alguns comportamentos, hábitos e práticas ligados às actividades de comércio informal desses imigrantes africanos. Eles são vistos como violadores das normas municipais locais e como um incómodo para os turistas: “*as vendas feitas na rua e que importunam os turistas não são de locais, mas de emigrantes, sobretudo senegaleses e alguns guineenses*” (Norinha, 2010, p. 12).

Num artigo publicado num dos periódicos nacionais, *A Nação*, sob o título “Cabo Verde face ao desafio da imigração”, Carvalho (2009)¹¹ apresenta elementos de análise de possíveis causas de surgimento de focos criminais relativos à entrada massiva e descontrolada de imigrantes em Cabo Verde. Para isso, o autor questiona “*se estará Cabo Verde a preparar-se devidamente para enfrentar os desafios que a imigração vai colocar*” (p. 30), relacionados como o problema de a ordem social interna do país poder ser abalada por grupos de imigrantes que, por diversas vezes, têm-se confrontado com as autoridades policiais. Chegou a haver necessidade mesmo da intervenção governamental em algumas das inúmeras situações de desacatos por parte de imigrantes estrangeiros em Cabo Verde. Por exemplo, em

¹¹ Jornal “A Nação”, Praia, edição de 30/01/2009.

18 de Março do ano 2005, *A Semana*¹² noticiou as reacções do Primeiro Ministro face a uma manifestação ilegal de cidadãos da Guiné Bissau na capital do país. “*Não vamos tolerar desacato às autoridades*” e “*A polícia está a tomar medidas e aqueles que prevaricaram serão necessariamente punidos e os ilegais serão imediatamente repatriados do país*” (p. 7).

Também Carvalho (2009) questiona a respeito do aparecimento de obstáculos deliberados às tentativas de legalização dos imigrantes da sub-região, manifestações xenófobas dissimuladas, nestes termos: “*Porque não preparar-se para o inevitável fenómeno da chegada de imigrantes?*” (p. 30).

Rosa (2005) manifesta a sua preocupação com o reforço da segurança interna de Cabo Verde, num ambiente de constante agravamento das fracturas sociais, religiosas e talvez étnicas.

1.6 O movimento migratório da CEDEAO para Cabo Verde

1.6.1 Situação da imigração

A importância numérica do fluxo migratório da CEDEAO para Cabo Verde é difícil de se quantificar, devido à absoluta liberdade de circulação no país dos cidadãos originários dessa comunidade, sendo apenas visível o aumento de movimentos em determinados centros populacionais do arquipélago (Praia, Assomada, Mindelo, Sal, Boavista) nas actividades da construção civil, em vendas ambulantes, na prostituição turística, etc.

Esse fluxo migratório envolve tanto a imigração regular como a clandestina. Relativamente à imigração clandestina em Cabo Verde, são muito incertas as estatísticas, tendo em conta os recursos materiais e humanos de que dispõe o país. Associa-se a isso tudo, a manifesta falta de sensibilidade política no tratamento das questões relacionadas às migrações, sobretudo na sub-região da África Ocidental que abrange Cabo Verde, face às más interpretações, por parte de imigrantes, do Tratado e dos diversos Protocolos sobre a livre circulação e fixação de residência entre os países membros da CEDEAO.

Segundo a DEF (2009), no período compreendido entre o ano de 2005 e o ano 2009, 966 estrangeiros africanos de diversas nacionalidades entraram irregularmente em Cabo Verde, por via marítima, detectados em 10 pirogas, e ainda mais quatro embarcações foram

¹² A reacção do Governo deveu-se ao facto de uma manifestação ilegal de imigrantes guineenses da Guiné Bissau e no apedrejamento do Palácio do Governo por esses mesmos imigrantes

encontradas vazias, duas na ilha de Santiago e as outras nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau.

Não há dados fiáveis sobre o número de imigrantes em situação irregular no país, existindo, contudo, estimativas de que o número varia de 15 mil a 20 mil imigrantes ilegais, tratando-se, na maioria, de pessoas que permaneceram para além do tempo permitido, provindas das regiões da CEDEAO. Também, há a considerar o facto de nunca ter ocorrido no país qualquer regularização extraordinária em relação aos estrangeiros ilegais.

Segundo notícia publicada no jornal *A Semana* (2010), o governo criou recentemente uma unidade para controlar a imigração ilegal, pois reconhece que Cabo Verde tem imigrantes em todas as ilhas e em diversos sectores e que existe um déficit na gestão de estrangeiros, o que gera embaraços para a administração pública. Além de que existem estrangeiros residentes no país há mais de dez anos sem qualquer autorização de residência e inclusive crianças nascidas de país estrangeiros em situação ilegal.

É visível o aumento diário do número de africanos no país, provenientes da CEDEAO, especialmente do Senegal, da Guiné Bissau e da Nigéria, e ainda o facto de a entrada desses cidadãos, legalmente, se efectuar por via aérea e no principal posto fronteiriço que tem ligação com a África, ou seja, o então denominado Aeroporto Internacional da Praia. “Por dia, do total de cidadãos que entram legalmente em Cabo Verde por via aérea, quinze acabam por permanecer no território em situação irregular” (Cabo Verde, 2009, p. 36), isto é, após o esgotamento do período de estadia autorizada ao abrigo das disposições sobre a Livre Circulação de Pessoas nos Protocolos da CEDEAO.

1.6.2 Condições favorecedoras da imigração e suas consequências

Cabo Verde, ao contrário do que se esperava, passou a ser um país de imigração. Entretanto, tradicionalmente foi um fornecedor de mão-de-obra para diferentes latitudes do mundo ao longo da sua história e nos últimos tempos passou a ser não só um degrau, mas também um país de destino de fluxos que movimentam milhares de africanos, anualmente, em busca de melhores condições de vida (Nogueira, 2008).

Outro polo de atracção de imigrantes tem sido o desenvolvimento do turismo. Estima-se que 60% do PIB cabo-verdiano estão directa ou indirectamente ligados à indústria deste sector que evoluiu a partir do ano 1992.

[...] o arquipélago árido, está a ser transformado numa estância turística de segmento médio e médio/alto. As grandes operadoras europeias estão muito activas e vários grupos hoteleiros estão presentes no arquipélago (NORINHA, 2010, p. 12).

Apesar do impacto negativo que a actual crise financeira mundial teve na economia internacional afectando Cabo Verde, sobretudo os sectores ligados ao turismo e à imobiliária turística, segundo Ferreira (2010), os indicadores estatísticos nacionais registaram um aumento positivo de entrada de turistas.

De acordo com o mesmo autor, Cabo Verde foi considerado um dos dez países mais reformadores do mundo, o que despertaria mais interesse, tanto por aqueles que o querem conhecer como por parte de investidores.

Cabo Verde, país considerado de rendimento médio¹³ desde o ano 2008, é um dos membros da CEDEAO com as seguintes particularidades: é o menor da sub-região, simultaneamente em superfície e em população; possui o maior PIB (produto interno bruto) per capita da região e ocupa ainda a posição mais elevada em IDH (índice de desenvolvimento humano).

Outros fatores, tais como a estabilidade social, econômica e política, contribuíram de forma decisiva para os níveis de desenvolvimento que o país alcançou desde a sua independência, o que converteu Cabo Verde num ponto de destino e acolhimento de fluxos migratórios massivos oriundos principalmente de vários países da subregião.

De acordo com o PESI, a situação de Cabo Verde quanto à sua localização, favorecendo as rotas atlânticas do tráfico, elegeu o país como plataforma giratória da droga com destino à Europa. Esta pode ser tomada como uma das condições estimulantes à imigração irregular/ilegal de cidadãos da CEDEAO, eventualmente relacionada com a criminalidade, no que respeita ao tráfico de drogas.

Outra condição pode estar relacionada com a proximidade geográfica de Cabo Verde com os países da África Ocidental.

Além disso, podem ser consideradas condições favoráveis, segundo o PESI: a fragilidade do controle das águas territoriais; a inexistência do controlo do espaço aéreo; o débil controlo nas fronteiras marítimas; a extensão de costa não vigiada e de fácil acesso; o

¹³ A ONU determinou, em 2004, que a partir de 01 de Janeiro de 2008, Cabo Verde passaria à categoria de países de rendimento médio. Para que tal alteração seja aprovada, os Países Menos Avançados (PMA) deverão cumprir dois dos três critérios de elegibilidade estabelecidos pela ONU. Cabo Verde conseguiu satisfazer dois critérios para deixar a categoria dos países menos avançados, o do rendimento per capita e o índice de desenvolvimento humano, não tendo conseguido contudo, atingir o terceiro critério, o índice de vulnerabilidade económica.

considerável nível de pobreza e a desigualdade social; a inexistência de estratégias políticas em matéria de segurança, entre outras. Esses factores dificultam muito o combate à criminalidade organizada, sobressaindo o tráfico de drogas e a rede de imigração clandestina (Cabo Verde, 2009).

Em Cabo Verde, o fenómeno da imigração irregular tornou-se ultimamente, uma preocupação nacional e uma boa parcela da classe intelectual local já não vê com bons olhos os sinais de crescimento desenfreado de certa categoria de comunidades estrangeiras no país, mais precisamente, imigrantes provenientes da CEDEAO. Outra condição favorecedora da imigração irregular/ilegal tem a ver com a liberdade de circulação no espaço da CEDEAO.

A livre circulação de pessoas e bens ao abrigo do Tratado Revisto da CEDEAO é o principal motivo da concentração de imigrantes ilegais em Cabo Verde. E como consequência da livre circulação, pode se apontar o problema de desemprego. Os noventa dias de permanência autorizada não são respeitados e o que se verifica na realidade sobre a livre circulação de pessoas e bens resume-se apenas à livre circulação de pessoas sem bens, o que, então, não traz mais-valia, para o caso específico de Cabo Verde. Todos os países da CEDEAO têm o problema de desemprego.

Rosa (2005, p. 4), manifestando a sua preocupação quanto à chegada massiva e descontrolada dos cidadãos comunitários ao arquipélago, aludiu que, se parte desses cidadãos pretende fazer de Cabo Verde um trampolim para outras paragens, a maioria vem, hoje, com a intenção de permanecer.

[...] face às dificuldades naturais de integração, optam por se constituir em núcleos ou comunidades fechadas, por vezes um pouco refractários aos hábitos e costumes das gentes das ilhas. Começam os nossos irmãos do continente a fazer algo muito natural que é a reunificação familiar mas necessitam de ser orientados para que os seus filhos ou educandos integrem o sistema de ensino legal. Os efeitos conjugados da não integração, a marginalização e a própria auto-segregação constituirão, a médio e longo prazo, fonte de graves preocupações para a sociedade cabo-verdiana e as suas autoridades.

No Plano Estratégico de Segurança Interna de Cabo Verde, PESI (Cabo Verde, 2009), no que tange à criminalidade organizada, admite-se que a África Ocidental é hoje o centro por excelência do tráfico de drogas, a partir da América do Sul para a Europa. Também, que a pobreza, a fraqueza institucional, a instabilidade e a corrupção que se alastram na maioria dos países da África Ocidental criam para os traficantes as condições ideais para a diminuição do risco e a obtenção de lucros elevadíssimos.

Lobo (2010, p. 24) relaciona o problema desse desenvolvimento com a persistência da pobreza e afirma que

[...] o principal problema de desenvolvimento identificado em Cabo Verde no domínio social é o da persistência da pobreza, nomeadamente das mulheres, num contexto de repartição espacial desequilibrada, com tendência ao seu agravamento nos meios urbanos, em resultado de uma forte pressão demográfica sobre os recursos disponíveis.

A realidade cabo-verdiana não permite albergar um número incontrolado de imigrantes, pela simples razão de o país não se encontrar num nível de desenvolvimento que permita a satisfação plena das necessidades básicas dos seus nacionais (alto índice de desemprego, problemas de saneamento, habitação, entre outros).

A Direcção de Estrangeiros e Fronteiras admite a existência de redes operativas de tráfico de imigrantes em Cabo Verde, sendo a sua maioria do Gana e presume haver outras redes no Senegal, na Mauritânia e Nigéria (Cabo Verde, 2009).

Entretanto, alguns comportamentos, hábitos e práticas ligados às actividades de comércio informal dos imigrantes africanos, sobretudo da CEDEAO, além de violarem as normas municipais locais, são vistos como um incómodo para os turistas: “as vendas feitas na rua e que importunam os turistas não são de locais, mas de emigrantes, sobretudo senegaleses e alguns guineenses” (Norinha, 2010, p. 12).

Monteiro (1997) afirma que numa sociedade de acolhimento, para além do imigrante se apresentar como um recurso em termos de capacidade de trabalho e mesmo como um agente de inovação, a sua presença pode constituir motivos de receios, pelo facto de poder subtrair uma parte do bem estar nacional, constituindo a sua presença um perigo para a estabilidade e ordem social. O autor destaca o facto de o imigrante ser objecto de representação no imaginário do colectivo como um parasita social que vive de “expediente”, alimentando a economia formal e actividades ilícitas (p. 60).

O mesmo autor responsabiliza os imigrantes de países da CEDEAO pela introdução de drogas no país:

Originários, maioritariamente, da Nigéria, Guiné Bissau e Senegal [...] instalados particularmente na periferia das duas cidades (Praia e Mindelo) [...] são (alguns deles), dizíamos nós, responsáveis, em parte, pela introdução regular e disseminação de drogas no território nacional, como sejam, a cocaína, o base, a heroína e o haxixe, chegando mesmo a constituir uma franja importante de estrangeiros detidos por

tráfico de drogas nas prisões cabo-verdianas, de acordo com fontes policiais. (Monteiro, 2001, p. 124).

E, paralelamente ao aumento desses crimes, tem-se verificado uma avalanche dos acontecimentos sociais actuais em Cabo Verde, marcado pelo clima de insegurança propalado sistematicamente pelos principais meios de comunicação do país:

Vendedores ambulantes, oriundos do Senegal e residentes na ilha do Sal, entraram em choque com a polícia nessa ilha, causando o maior reboleço público no passado sábado. O balanço é uma viatura da POP com vidros partidos, a esquadra apedrejada, e 28 imigrantes detidos. O caso, que está a suscitar preocupações, chama a atenção para o problema da livre circulação de pessoas e bens, no espaço CEDEAO, em Cabo Verde (A SEMANA, 2004, pág. 8)

Esses problemas impõem discussões sobre a facilitação de entradas de estrangeiros no âmbito do acordo entre os membros da CEDEAO de que Cabo Verde faz parte.

2. Problema e justificativa

A ausência de dados oficiais consistentes, relacionados com o número de imigrantes da CEDEAO em Cabo Verde, em particular da Guiné-Bissau, do Senegal e da Nigéria (GNS), configurou-se como um dos aspectos do problema deste estudo e, assim, motivou a busca da constituição do perfil desses imigrantes em termos do levantamento de dados cujo tratamento permitiria caracterizá-lo. Uma análise preliminar de dados estatísticos (apresentados no Capítulo 3) sobre o fluxo migratório de cidadãos da CEDEAO mostrou que esses três países referidos são os mais expressivos quanto à contribuição para a entrada regular de seus cidadãos em Cabo Verde, relativamente à imigração dos cidadãos dos outros países-membros dessa organização. Este facto levou à decisão pela escolha dos imigrantes de GNS como participantes do estudo para a caracterização do seu perfil.

Considerou-se importante, para a caracterização do perfil desses imigrantes, determinar um primeiro conjunto de variáveis relativas à sua identificação e daquelas respeitantes à sua situação socioeconómica, especificadoras do género, faixa etária, estado civil, religião, grau de escolaridade, renda familiar, local da residência e tempo de permanência em Cabo Verde.

A determinação dessas variáveis tinha a sua relevância no facto de que permitiria contribuir para o conhecimento dos imigrantes, em virtude de ser um problema, como é

mentionado na literatura e constatado na organização dos dados oficiais sobre a imigração dos africanos, em geral, residentes em Cabo Verde.

Considerou-se importante determinar um segundo conjunto de variáveis que diziam respeito às possíveis razões explicativas da imigração dos cidadãos desses três países, o que possibilitaria saber as circunstâncias em que a imigração teve a sua origem no período a que se refere o estudo. O conhecimento dessas razões poderia corroborar em parte as explicações apontadas na literatura para esse fenómeno ou contribuir para ampliar o leque de factores para o mesmo.

Foi tido como importante o levantamento de um terceiro conjunto de variáveis sobre as relações sociais entre os imigrantes e com os nacionais, e sobre como os imigrantes percebem e expressam a sua relação com o crime. Essa importância teve como justificativa a necessidade de verificar as formas e o grau de integração desses imigrantes em Cabo Verde.

Considerou-se, finalmente, a importância da avaliação da evolução da imigração e da criminalidade no país, na perspectiva de correlação dos dois fenómenos, no período do estudo. Isso possibilitaria apontar se um possível aumento do fluxo migratório de cidadãos da GNS teria sido acompanhado do aumento da criminalidade, para avaliar, em termos de precisão estatística, a consistência ou inconsistência da análise empírica e de afirmações identificadas na literatura, com a sua eventual conotação preconceituosa, de que essa imigração é maléfica e ameaçadora para Cabo Verde, isto é, geradora de insegurança interna.

Delimitou-se o período da imigração como o compreendido entre os anos 2006 e 2010, tendo em vista que esse limite temporal permitiria o levantamento de dados significativos sobre o fluxo migratório desses imigrantes como base para a análise das variáveis que levariam à constituição do perfil dos mesmos, bem como da relação entre imigração e criminalidade. Também, porque esse período seria suficiente para permitir a realização do estudo sem comprometer a sua exequibilidade.

3. Objectivos

3.1 Objectivo geral

Um aspecto do objectivo geral do estudo foi caracterizar o perfil dos imigrantes da Guiné Bissau, Nigéria e Senegal (GNS) em Cabo Verde no período de 2006 a 2010. Outro aspecto foi correlacionar a imigração e a criminalidade no período referido.

3.2 Objectivos específicos

Foram estabelecidos os seguintes objectivos específicos da investigação:

- (1) Realizar o levantamento de dados de identificação dos imigrantes e dados referentes à sua situação socioeconómica, especificadoras do género, faixa etária, estado civil, religião, grau de escolaridade, renda familiar, local da residência e tempo de permanência no país de acolhimento;
- (2) Verificar as razões da imigração;
- (3) Analisar a forma de ocorrência das relações sociais entre os imigrantes e com os nacionais, e como percebem e expressam a sua relação com o crime.
- (4) Verificar a evolução da imigração e da criminalidade em Cabo Verde, na perspectiva de correlação de ambas no período de 2006 a 2010.

Para o alcance dos objectivos do estudo fez-se necessário delinear estratégias de procedimento que constituíram os passos metodológicos descritos no Capítulo 2, a seguir. Essas estratégias foram condicionadas pela natureza da investigação e pelo papel institucional do autor, na tentativa de evitar a sua eventual interferência nos resultados.

Capítulo 2

Metodologia de recolha e tratamento de dados

1. Ambiente

1.1 Ambiente de recolha de dados sobre a permanência de cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde

A Polícia Nacional, através da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (Divisão de Estrangeiros e Divisão de Fronteiras), foi o local onde se fez a recolha de dados relativos movimentação dos cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde, nos portos fronteiriços.

O facto de o autor ser um quadro da Polícia Nacional, em funções na Direcção de Estrangeiros e Fronteiras, facilitou a obtenção dos dados referentes à movimentação dos cidadãos da CEDEAO nos principais postos fronteiriços do país (entradas e saídas) no período de 2006 a 2010, com destaque para os três países em estudo (Guiné Bissau, Nigéria e Senegal), bem como as situações relativas às saídas coactivas, à luz do Decreto-Lei número 6/97 de 5 de Maio.

Na Divisão de Estrangeiros, sector da DEF encarregado do controlo da estadia e permanência de cidadãos estrangeiros no território nacional, conseguiu-se obter os dados relativos à situação de regularidades de estrangeiros através das autorizações e vistos de residência e às duas restantes situações de saídas coactivas dos estrangeiros de Cabo Verde, a saber: as expulsões administrativas e judiciais.

1.2 Ambiente de recolha de dados sobre processos crimes nos tribunais da cidade da Praia

A Procuradoria-Geral da República foi o local de recolha de dados sobre os processos crimes nos Tribunais da cidade da Praia.

A Procuradoria-Geral da República forneceu dados relativos aos processos crimes que deram entrada nesses tribunais nos períodos solicitados para o presente estudo (de 2006 a 2010). Dos registos processuais, incidiu-se sobre os tipos de crime mais frequentes e que de uma forma empírica são atribuídos aos cidadãos estrangeiros e entre estes os naturais dos

países membros da CEDEAO. Embora os dados não diferenciasssem as nacionalidades infractoras, permitiram uma comparação com os dados obtidos no estabelecimento prisional da ilha de Santiago – Cadeia Central da Praia (CCP) - e definir quais os crimes a que foram condenados os estrangeiros que se encontravam no referido presídio, com destaque para as nacionalidades objecto do presente trabalho.

1.3 Ambiente de recolha de dados sobre a população prisional

Os dados sobre a população prisional foram obtidos no Ministério da Justiça através dos serviços Penitenciários, directamente no estabelecimento prisional da CCP.

O Director do estabelecimento em causa permitiu o acesso e o manuseio directo das fichas individuais do total dos reclusos e ex-reclusos nesse estabelecimento. Foram 90 horas de trabalho no local, na organização e actualização informática dos dados dos reclusos e ex-reclusos, bem como a entrega e recolha dos formulários utilizados nas entrevistas efectuadas aos reclusos da Guiné Bissau, Nigéria e Senegal, com o apoio directo das assistentes sociais em serviço naquele estabelecimento prisional. Houve apoio de um colega do Curso e outros colegas da Polícia Nacional, um dos quais era estudante de uma instituição de ensino superior de Portugal que se encontrava de férias naquela ocasião.

A Cadeia Central da Praia¹⁴ situa-se no Concelho da Praia, na localidade São Martinho a aproximadamente seis quilómetros da capital. Ocupa uma superfície de 10 km² e, é o único estabelecimento prisional do referido concelho, além de ser uma das duas maiores instituições prisionais do país.

A Cadeia comporta actualmente dois complexos prisionais com capacidade para receber cerca de 900 reclusos.

O complexo número um comporta quatro sectores (duas preventivas e duas para as condenações), com a capacidade para 300 reclusos, sendo um dos sectores destinado às reclusas, com a capacidade para 100 reclusas.

O complexo número dois comporta seis sectores com a capacidade para 600 reclusos.

A população prisional em Cabo Verde é bastante jovem, segundo afirmação do Director Geral dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social¹⁵, e abarca a faixa etária

¹⁴ Conhecida também por “Cadeia de São Martinho” devido à localidade existente com este nome ainda “Prisão de Achada Bombena”, nome da zona onde se encontra situada.

¹⁵ Fidel Tavares (2011) “ Humanização, segurança e sustentabilidade dos estabelecimentos prisionais são os maiores desafios”. Entrevista Jornal Expresso das Ilhas em Junho, 6.

dos 16 aos 30 anos. Perante o facto, o Director acrescenta que o Regulamento Interno do funcionamento das cadeias prevê a separação dos reclusos não apenas em função dos critérios tradicionais como sexo, natureza do crime ou situação prisional, mas também em função de idade. Daí que os reclusos com idade entre os 16 e 21 anos têm uma situação diferente e são por isso colocados em espaços diferentes.

Na CCP, o percentual de presos, na faixa etária dos 16 aos 35 anos é de 75% num total de 829 detidos nacionais e estrangeiros, no período de 2006 a 2010.

Existe nesse estabelecimento prisional um centro de formação profissional, um espaço onde funcionam oficinas de mecânica, serralharia e artesanato, o que segundo o Director, permitirá educar e capacitar a grande maioria dos reclusos que se encontram em idade activa os quais, após o cumprimento das penas poderão integrar o mercado de trabalho no quotidiano da vida social fora do ambiente prisional.

A Cadeia dispõe de uma área irrigada de quatro mil metros quadrados para a produção hortícola e pecuária e uma estufa de 600 metros quadrados, financiada por uma ONG espanhola e que funciona num sistema de rega gota-a-gota, o que permite a produção agrícola necessária para a alimentação dos reclusos.

É garantida na Cadeia a liberdade religiosa aos reclusos. Há um número significativo de confissões religiosas que celebram cultos, proporcionando-lhes assim intervenções pontuais de cariz espiritual.

A Cadeia conta com um serviço clínico composto por um médico e um enfermeiro, duas psicólogas e dois assistentes sociais, garantem a assistência médica e a reeducação prisional dos reclusos na CCP.

A CCP é um estabelecimento que exige alto grau de segurança pela natureza de alguns criminosos ali encarcerados por prática de crimes violentos, como homicídios e tráfico de drogas. Assim o acesso a esse estabelecimento é condicionado e sujeito a requisitos de segurança na portaria principal (revista geral).

Para o desenvolvimento deste trabalho foi feito um levantamento da realidade migratória em Cabo Verde referente a cidadãos dos três países (Guiné Bissau, Nigéria e Senegal), os quais, conjuntamente com Cabo Verde, pertencem à CEDEAO. Como já foi referido anteriormente, o senso comum associa o aumento da instabilidade social, manifestada na criminalidade em Cabo Verde, com o aumento da imigração de cidadãos dos países da CEDEAO.

Fez-se análise de documentos jurídicos nacionais, sub-regionais e internacionais que abordam as questões relacionadas com os estrangeiros, nomeadamente a lei que regula a situação jurídica do estrangeiro no território nacional, o Tratado da CEDEAO, os Protocolos Adicionais sobre a livre circulação de pessoas entre os Estados-membros dessa comunidade regional, as diferentes normas internacionais no que se refere aos diversos acordos entre Cabo Verde e os países na matéria de circulação de pessoas.

Acedeu-se aos arquivos e às notícias dos órgãos de comunicação social nacionais e internacionais, bem como revistas e outras publicações, cujas informações foram percebidas como contribuindo para propagar sentimentos de insegurança baseados em acontecimentos pontuais sobre violência relacionada com a imigração e o crime. Esse recurso permitiria entender qual a interligação entre o fenómeno migratório e a criminalidade, designadamente o tráfico de drogas, as redes de imigração clandestina, o tráfico de pessoas, a exploração sexual e outros.

2. Participantes

A população-alvo do estudo compreendeu os cidadãos estrangeiros provenientes dos países-membros da CEDEAO no período de 2006 a 2010, sendo destes os mais representativos em termos de residência em Cabo Verde, os da Guiné Bissau, Senegal e Nigéria, segundo os dados da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras.

3. Procedimento

3.1 Determinação da amostra

Recorreu-se a 180 imigrantes, sendo 60 de cada um dos países objecto do presente estudo (GNS) nos quais estavam incluídos 20 presos na CCP. Assim, a amostra envolveu tanto os imigrantes desses países, em situação de liberdade, como também os reclusos. A amostra constitui 5,2% do total de imigrantes desses países residentes em Cabo Verde, ou seja, 3 475, no período do estudo.

3.2 Categorização dos participantes reclusos

Com base nos dados dos imigrantes regulares no país, destacou-se os que constituem a população prisional da CCP, por tipo de crimes bem como as penas acessórias de expulsão judicial, tendo como referências a nacionalidade, o sexo e a faixa etária dos mesmos.

Destacou-se no seio dos imigrantes irregulares o número de condenados por prática de crimes e aprisionados na Cadeia referida, bem como as medidas de expulsão judicial e as expulsões administrativas por entrada e permanência irregular, atendendo às referências: tipo de crime, nacionalidade, sexo e faixa etária.

3.3 Modelo para processamento de dados dos reclusos

O Director da Cadeia disponibilizou a sala de reunião do estabelecimento para a realização de actividades relacionadas com o estudo. O pessoal da Secretaria da Cadeia permitiu o acesso aos computadores para a extracção dos ficheiros com parte dos dados dos reclusos. Em conjunto, acordou-se um modelo único para o processamento dos dados.

Feito o modelo, recorreu-se às pastas com as fichas dos reclusos e uma por uma foram verificadas, inseridas e completadas as informações em falta no ficheiro informático adoptado para os respectivos dados.

Por motivos profissionais, não eram possíveis as deslocações em dias úteis para a CCP, o que então ocorreu aos sábados, domingos e dias feriados. O início dos trabalhos geralmente era entre as 8H30 e as 9H00 e o final variava entre 16H00 e 17H00.

3.4 Escolha e organização do tipo de entrevista

Por ser uma das formas mais utilizadas na recolha de dados subjectivos, optou-se para o presente trabalho pelo recurso às entrevistas estruturadas, por permitirem a verificação e o aprofundamento de aspectos importantes e elucidadores da realidade socioeconómica e cultural desses imigrantes em Cabo Verde, apresentando-se as entrevistas devidamente elaboradas mediante um questionário composto por 32 perguntas, dividido em quatro partes distintas e interligadas entre si (ver anexo 1). Os questionários foram preparados consoante o idioma de nacionalidade dos participantes do estudo: português para os imigrantes da Guiné Bissau, francês para os do Senegal e inglês para os da Nigéria.

Uma primeira parte do questionário foi composta por 10 perguntas sobre os *dados pessoais* de cada entrevistado, com destaque para questões relacionadas com a renda familiar do mesmo, bem como o grau de escolaridade, a crença religiosa bem como a idade, permitindo deste modo caracterizar o seu perfil socioeconómico.

Uma segunda parte era relativa ao seu *processo de chegada* em Cabo Verde, com cinco questões relacionadas com o período de permanência e os motivos que estiveram presentes na escolha de Cabo Verde como país de imigração.

Uma terceira parte, com sete questões, reflectia as preocupações sociais dos imigrantes em Cabo Verde, para a verificação do seu *grau de integração* na sociedade de acolhimento, tais como, o nível de satisfação, o inter-relacionamento com os cabo-verdianos e os demais estrangeiros, e a existência ou não de benefícios de protecção e segurança social em Cabo Verde.

A última parte, com 10 questões, relacionava-se com o levantamento de dados relativos a eventuais *conflitos* bem como as suas causas, envolvendo o relacionamento dos imigrantes com as autoridades policiais, o trato social com os cabo-verdianos e as possíveis situações conducentes a actos discriminatórios, etc.

3.5 Estratégia de recolha de dados

Contou-se para a recolha de dados por meio de entrevistas, com a colaboração directa de um imigrante da Serra Leoa, professor universitário em exercício na ilha de Santiago e bem integrado na realidade de Cabo Verde. Houve ainda valiosas colaborações de estudantes universitários tanto nacionais como estrangeiros.

Essa estratégia para as entrevistas mostrou-se adequada porque permitiu uma maior liberdade das pessoas em prover as respostas, em razão do anonimato, evitando, assim, a presença do autor como entrevistador, pelo facto de este ser um elemento ligado à Polícia Nacional e ter funções exercido na DEF ao longo da carreira.

3.6 Medida da correlação linear de Pearson

Aplicou-se também um instrumento estatístico para verificar a eventual existência e o grau de correlação linear – correlação de Pearson (r) – entre o aumento da imigração de

cidadãos da GNS e aumento da criminalidade em Cabo Verde, no período delimitado para o estudo.

Segundo Ramos *et al.* (2013, p. 24), frequentemente procura-se verificar se existe relação entre duas ou mais variáveis, por exemplo, entre o peso e idade das pessoas, ou entre o consumo das famílias e sua renda. Nestes casos, a verificação da existência e do grau de relação entre variáveis é o objecto de estudo da chamada correlação linear de Pearson (r).

O instrumento de medida da correlação linear é dado pelo coeficiente de correlação de Pearson. E pode ser calculado a partir da fórmula a seguir:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2 \sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

ou

$$r = \frac{n \sum_{i=1}^n x_i y_i - \sum_{i=1}^n x_i \sum_{i=1}^n y_i}{\sqrt{\left(n \sum_{i=1}^n x_i^2 - \left(\sum_{i=1}^n x_i \right)^2 \right) \left(n \sum_{i=1}^n y_i^2 - \left(\sum_{i=1}^n y_i \right)^2 \right)}}$$

onde \bar{x} e \bar{y} são as médias de X e Y , respectivamente.

De acordo com Ramos *et al.* (2013, p. 24), este coeficiente mede o grau de relação entre as variáveis em termos quantitativos. E seu valor varia na faixa de $-1 \leq r \leq +1$, onde $r = +1$ significa que os pontos desenhados no diagrama de dispersão estão perfeitamente alinhados numa recta que passa por eles com inclinação positiva. O valor de $r = 0$ significa que não existe grau de relação linear entre as variáveis analisadas e $r = -1$ indica que a relação é negativa.

A escala de valores entre as variáveis X e Y , mostrada na Figura 1 abaixo, ilustram quando não há correlação entre elas, quando existe e em que grau.

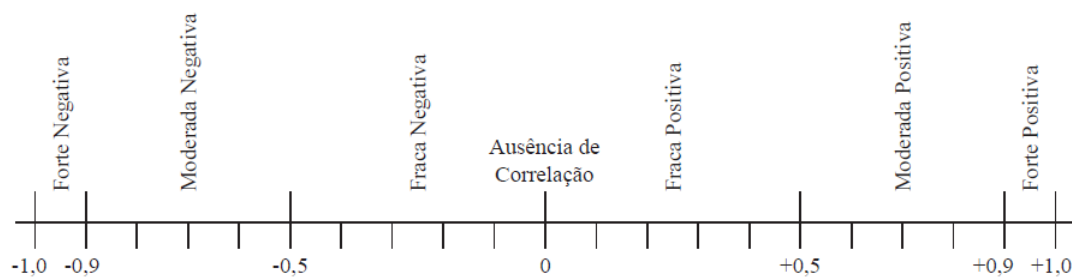


Figura 1 – Escala de Correlação entre as Variáveis X e Y.

- i) Valores de r acima de 0,90 ou abaixo de -0,90, indicam uma forte correlação;
- ii) Valores de r que vão de 0,50 a 0,90 ou de -0,50 a -0,90, indicam correlação moderada;
- iii) Valores de r de 0 a 0,50 e de -0,50 a 0,00, indicam fraca correlação.

O procedimento de recolha dos dados, conforme descrito acima, determinou a obtenção dos resultados do estudo cuja apresentação e discussão far-se-á no próximo Capítulo.

Capítulo 3

Resultados e Discussão

1. Investigação documental preliminar

De acordo com o Censo realizado em 2010 pelo Instituto Nacional de Estatística, observou-se que dos 491 683 residentes, 14 373 são estrangeiros (2,9% da população). Destes, 10 306 são africanos (71,7%). Os efectivos da CEDEAO são um total de 8 783 (61,1%). Quanto às nacionalidades, a Guiné-Bissau com 5 544 efectivos é a que apresenta maior percentual, com 28,6%, seguido do Senegal com 1 634 (11,4%), Nigéria com 740 (5,1%) e Guiné com 456 (3,2%).

Os dados actuais da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF) até Dezembro de 2010 apontam o número de 6 246 cidadãos da CEDEAO residentes legalmente em Cabo Verde, sendo 62,56% portadores de Autorização de Residência, 36,13% com Vistos Ordinários e 1,31% com Vistos de Residência (Figura 2).

Os imigrantes da Guiné Bissau foram os primeiros a chegar a Cabo Verde após a independência em 1975, o que, segundo Delgado (2011), tem a ver com o nível de desenvolvimento que gradualmente se ia verificando no decurso dos anos e consequentemente o aumento do PIB, em detrimento dos outros países vizinhos da África Ocidental, marcados por fragilidades económicas e instabilidades sociais, políticos e religiosas

Mientras tanto, y después de la independencia en 1975, el país se desarrolló, consiguiendo aumentar considerablemente su Producto Interior Bruto y mejorar sus índices de desarrollo humano. Una de las consecuencias de esta evolución fue la llegada de una oleada de inmigración de países vecinos de África Occidental, en especial de Guinea-Bissau y de otros países marcados por economías deprimidas e inestabilidad política crónica, así como precedente de la antigua potencia colonizadora, Portugal (DELGADO, 2011, p. 123).

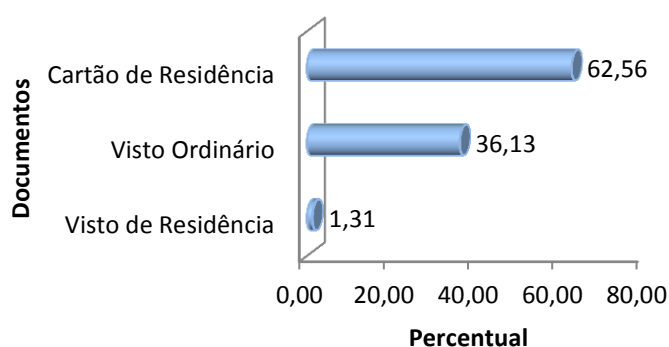


Figura 2 - Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes em Cabo Verde por tipo de documento de residência (Ano 2010).

A Figura 3 apresenta a quantidade de autorizações de residência concedida aos três países mais representativos da CEDEAO em Cabo Verde nos anos de 2006 a 2010. Nela, verifica-se que Guiné-Bissau é o país que obteve maior quantidade de autorizações concedidas, ou seja 917, durante o período de 2006 a 2010, seguido de Senegal, com 637.

A lei cabo-verdiana sobre os estrangeiros estabelece um conjunto de requisitos legais para a obtenção da Autorização de Residência e de entre estes exige que os documentos emitidos nos países de que o estrangeiro é nacional, sejam devidamente traduzidos em português, língua oficial em Cabo Verde. Daí, o factor linguístico a ir em benefício dos cidadãos estrangeiros da Guiné-Bissau e a justificar a maior representatividade em termos de imigrantes em Cabo Verde, apesar de Gomes (2010) ter apontado ineficácia das autoridades cabo-verdianas, devido a factores burocráticos, na dificuldade de obtenção da legalização. Um outro factor a beneficiar esses cidadãos é ainda a existência de graus de parentesco não muito distante entre os dois países que remontam à época dos descobrimentos.

Em relação aos detentores de Vistos de Residência, os três países já referidos ocupam as seguintes posições: Senegal, Guiné Bissau e Nigéria, com, respectivamente, 68,7%, 12% e 9,6% do total dos residentes. Dos detentores de Visto Ordinário, os mesmos países continuam na linha de frente com a seguinte ordem: Guiné Bissau, Senegal e Nigéria, com, respectivamente, 42,3%, 38,9% e 11,6%, do total dos residentes.

A ordem do percentual de residência conseguida através deste trabalho, relacionada com esses países, é confirmada por Graça (2007). Os guineenses, senegaleses e nigerianos são as comunidades estrangeiras do continente africano com maior expressão numérica e inclusive, constituem quase a metade do total dos estrangeiros legais a residirem no país.

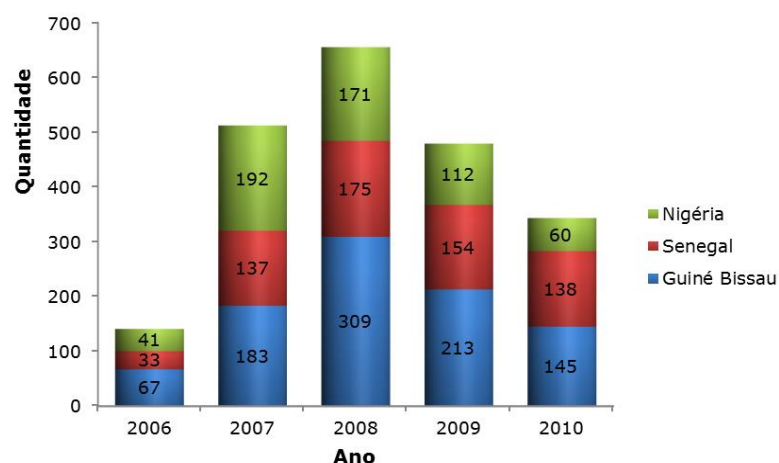


Figura 3 - Quantidade de autorizações de residência concedida aos três países mais representativos da CEDEAO em Cabo Verde nos anos de 2006 a 2010.

A ilha de Santiago é a que conta com a maior percentual dos cidadãos dos países da CEDEAO legalmente residentes. Representam 85,94% do total, que corresponde a 3 412 residentes, conforme a Figura 4.

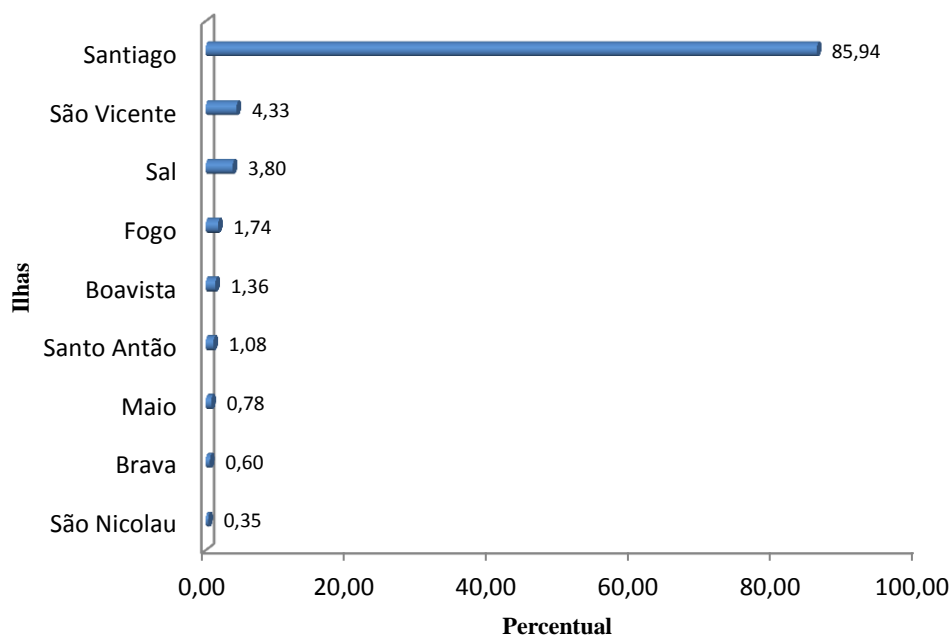


Figura 4 - Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes em Cabo Verde (2010).

De entre os residentes na ilha de Santiago a nível dos Concelhos, é a Praia que alberga 87,16% do total, com 2 974 portadores de Autorização de Residência (Figura 5). A ordem dos três países da CEDEAO mais representativos a nível nacional em termos de portadores de autorização de residência mantêm-se na capital do país; isto é, Guiné Bissau, Senegal e Nigéria, com, respectivamente, 40,32%, 27,24% e 22,49% do total dos residentes.

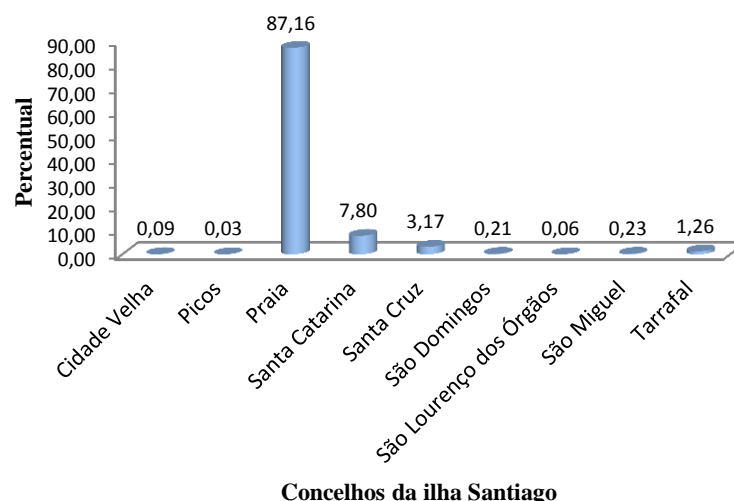


Figura 5 - Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes na ilha de Santiago (2010).

O sexo masculino é o mais representativo no âmbito do Concelho da Praia, com os homens a representarem 88,4% e as mulheres 11,6% do total. Essa percentagem feminina mantém-se igual no âmbito nacional, do conjunto dos cidadãos residentes no país, subindo para 24,3% em relação a todas as nacionalidades residentes em Cabo Verde. Na Nigéria, as mulheres representam 47,4% dos imigrantes, segundo os dados do Observatório ACP (2010).

Considerando os três países da CEDEAO mais representativos no Concelho da Praia, em relação ao sexo, o Senegal conta com a maior percentual de mulheres, com 12%, seguido de Guiné Bissau, com 11,7%, e por fim a Nigéria, com 11,1%.

No âmbito da sub-região da África Ocidental, as mulheres representam 46,5% de todos os imigrantes, tendo-se verificado aumentos ligeiros em termos absolutos e relativos nos últimos 10 anos, segundo os dados da Observatório ACP (2010). Entretanto, que o número de mulheres migrantes permanece abaixo do valor global de 49%, potencialmente indicando factores sociais e culturais que favorecem a migração masculina.

No que diz respeito à distribuição por sexo, realça o documento que a proporção de mulheres imigrantes altamente qualificadas de países da África Ocidental aumentou 180% entre 1990 e 2000, fenómeno que pode ser explicado em parte por um aumento rápido das taxas de escolarização para as mulheres em relação aos homens. Além disso, aponta que a demanda por mão-de-obra feminina nos sectores de cuidados, a reunificação familiar e as mudanças culturais e sociais são susceptíveis de ter permitido uma maior percentagem de mulheres a deixar seu país de origem.

O movimento migratório de Cabo Verde pelo mundo, segundo Grassi e Évora (2007). O caso da Itália é considerado por Monteiro (1997) um exemplo característico e fundamental

em que há a presença de uma componente exclusivamente feminina, atingindo valores à volta dos 91,5%. Esses dados são corroborados por Castells e Miller 1993. Para eles, no que concerne à feminização da migração, desde os anos de 1960 as mulheres têm desempenhado um papel importante na migração laboral. Apontam como exemplo o movimento das mulheres migrantes cabo-verdianas para a Itália.

Lobo (2012) distingue os movimentos migratórios em relação ao género, apesar de acreditar que o movimento de mulheres pode apresentar as mesmas lógicas e características do movimento masculino. A diferença consiste no facto de serem as mulheres, segundo a autora, mais fiéis do que os homens no envio de remessas, ou seja, acima de 50% do que ganham, para as famílias nos países de origem. Dai que muitos países incentivam as suas mulheres a emigrarem em busca de trabalho devido ao impacto significativo das remessas não apenas nos familiares em directo, mas também com influência directa do PIB nacional, podendo assumir valores acima dos 10%, segundo Tolentino *et al* (2010).

Monteiro (1997) apresenta valores das remessas transferidos dos imigrantes cabo-verdianos em Itália, como sendo um total de dois mil e duzentos milhões de ECV, do ano 1991 a 1996 para Cabo Verde, o que se deveu, segundo o autor, ao facto se situar a imigração feminina cabo-verdiana naquele país em 91,5%. Isso “dá a dimensão do contributo dessa comunidade essencialmente feminina na edificação e consolidação económica do país” (p. 338).

1.1 Estrangeiros Expulsos

Em Cabo Verde, a imigração irregular não constitui ilícito criminal, sendo os imigrantes detectados em tal situação apenas submetidos a uma detenção administrativa e reencaminhados para o país de origem. A OIM (2009), em similitude com a posição de Cabo Verde confirma não ser a imigração irregular considerada crime na maioria dos países.

Assim, de acordo com os dados da Divisão de Estrangeiros, ver Tabela 1, foram expulsos de Cabo Verde nos anos de 2006 a 2010, 1 239 cidadãos estrangeiros, sendo 195 por processos administrativos e 44 por decisão judicial. Nota-se que em igual período Portugal efectuou 3 918 expulsões, dos quais 938 por decisão Judicial e 2 980 por processos administrativos.

Segundo Guardiola (2008), os estrangeiros em África, legais ou ilegais, têm sido ciclicamente vítimas de violência, massacre e expulsões em massa em vários países africanos.

No caso concreto dos países do grupo GNS, aponta as expulsões efectuadas pelo Gana, em 1969 como sendo de cerca de 250 000 imigrantes de entre os quais os cidadãos da Nigéria. A Nigéria expulsou de 1983 a 1985 dois milhões de imigrantes de nacionalidade ganesa. Entre Mauritânia e Senegal, devido aos confrontos étnicos, em 1986 foram expulsos 160 000 mauritanos do Senegal e 70 000 senegaleses da Mauritânia. Durante a guerra civil, ocorrida na Costa do Marfim de 1999 a 2008, muitos senegaleses foram alvos de perseguição e consequentemente expulsos daquele país.

Tabela 1 - Quantidade e percentual de cidadãos estrangeiros da GNS e de outros países da CEDEAO expulsos de Cabo Verde, nos anos de 2006 a 2010.

Nacionalidade	Ano					Total	Percentual
	2006	2007	2008	2009	2010		
Guiné-Bissau	3	5	28	3	6	45	18,8
Senegal	2	9	34	26	5	76	31,8
Nigéria	1	12	40	19	15	87	36,4
Outros países	3	6	14	5	3	31	13,0
Total	9	32	116	53	29	239	100,0

Cabo Verde não exige visto de entrada aos cidadãos da CEDEAO, mas estes terão que provar, à entrada, possuírem os meios de subsistência necessários para o período de permanência desejada bem como outros definidos pela legislação interna, no que se refere ao fluxo migratório de estrangeiros. Caso tal se verifique, é ordenada a expulsão do país por razões administrativas ou judiciais. Como se pode verificar na Figura 6, a Nigéria é o país de nacionalidade da maior parte dos estrangeiros expulsos de Cabo Verde no período de 2006 a 2010, com 36,40%, seguido de Senegal, com 31,80%.

Casos de expulsões de cidadãos da GNS, têm-se verificado um pouco por todo o mundo; assim, em apenas dois anos, 2006 e 2007, segundo a OIM (2009), 9 246 cidadãos de Senegal foram expulsos dos países da União Europeia em situação de irregularidade, com as percentagens maiores proveniente da Espanha e Itália.

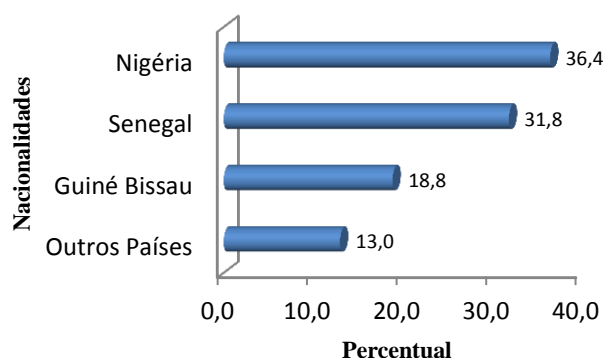


Figura 6 - Percentual de estrangeiros da GNS e outros países da CEDEAO expulsos de Cabo Verde, no período de 2006 a 2010, por país.

A Figura 7 indica que, em função da situação da irregularidade, o Senegal é o país de origem da maior parte de pessoas expulsas, com 38,74%. Verifica-se que a Nigéria se destaca como o país de origem de pessoas expulsas, em decorrência do tráfico de drogas e falsificação de documentos, abrangendo 73,68% e 75%, respectivamente.

Em Cabo Verde, o senso comum avalia que, em relação aos cidadãos da GNS, os senegaleses são considerados pacíficos e, pelo que se vê na vida quotidiana na cidade da Praia, a maioria desses imigrantes a se dedicarem ao professorado tanto nos estabelecimentos públicos como privados no âmbito do secundário e universitário; ao comércio informal, sobretudo ambulante de artigos diversos; aos serviços de alfaiate, sobretudo no grande mercado de sucupira e nos subúrbios da capital; aos serviços de sapateiro. Entretanto, é-lhes atribuída a responsabilidade dos crimes de receptação de metais preciosos, sobretudo ouro, e ainda a busca intensa desse metal directamente nas pessoas que deparam nas ruas e nos domicílios.

Os cidadãos da Guiné Bissau, são tidos também por pacíficos, ocupando-se nas obras de construção civil, como trabalhadores, e ainda nos serviços de vigilância das obras em construção, bem como nos edifícios residenciais e comerciais na cidade da Praia. Gomes (2010) confirma que a maior parte dos empregadores em Cabo Verde manifesta uma visível preferência pelos trabalhadores da Guiné Bissau, não apenas por afinidades históricas, como também pela dinâmica laboral e espírito de entrega que se verifica nesses trabalhadores.

Tal pacificidade não é vista nos cidadãos da Nigéria, a quem são atribuídos os crimes relacionados com substâncias psicotrópicas e estupefacientes e burla. A maioria das vítimas de burla, confessam terem sido enganadas pelos nigerianos sobretudo na multiplicação de notas em dinheiro nacional e de dólares americanos. No quotidiano da vida desses cidadãos na capital do país, verifica-se que se dedicam sobretudo ao comércio de vendas de peças de

viatura e na reparação de aparelhos electrodomésticos. Por outro, são os próprios cidadãos da Nigéria a aceitarem o facto de serem considerados a nacionalidade que mais crimes cometem em Cabo Verde, Figura 33. Das 81 respostas às entrevistas, 18 foram dos próprios cidadãos da Nigéria, 32 e 31 dos cidadãos da Guiné Bissau e Senegal, respectivamente.

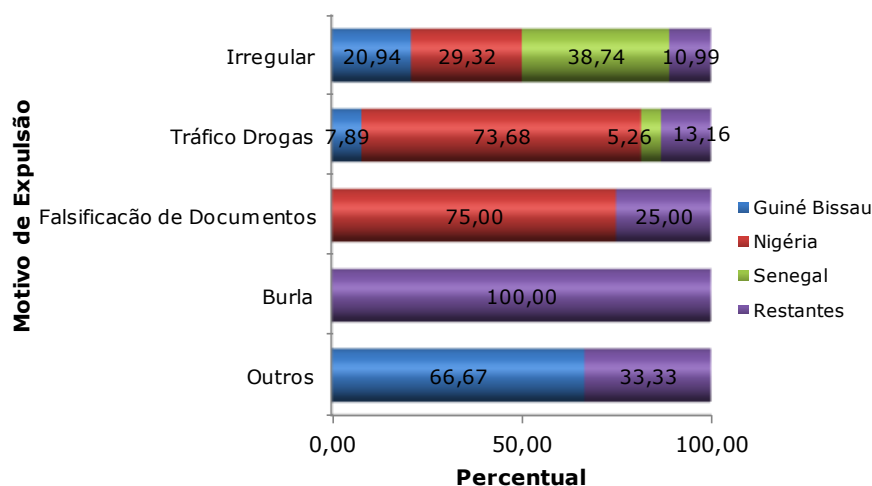


Figura 7 - Percentual de estrangeiros da GNS e de outros países da CEDEAO expulsos de Cabo Verde, no período de 2006 a 2010, por motivo de expulsão.

1.2 Visão geral do crime no Concelho e na Cadeia central da Praia

Do total das acusações efectuadas pelo Tribunal da Comarca de 1ª Classe na Capital do país, nos anos 2006 a 2010, num total de 3 560, como indicado na Tabela 2, sobressaem os crimes contra a propriedade (1 753), seguidos das ofensas corporais (505) e em terceiro plano o crime de tráficos de estupefacientes (385).

Em Portugal, segundo Guia (2008), num total de 453 cidadãos cabo-verdianos imigrantes presos naquele país em 2005, verifica-se que o principal crime é relativo ao tráfico e outros crimes relacionados com drogas em número de 314, o que corresponde a 69,3%.

A população prisional em Portugal até 31 de Dezembro do ano 2010, segundo DGSP (2010), é de 11 613 pessoas tanto portuguesas como estrangeiras. Cabo Verde aparece com o número de 713 presos e os do grupo GNS, a Guiné Bissau com 227 e a Nigéria com 39, não aparecendo o Senegal na lista dos presos.

Tabela 2 - Movimento Processual na Comarca de 1ª Classe da Praia (Acusados) - Ano 2006 a 2010.

Espécie de crimes	Anos					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Ofensas corporais	92	125	72	72	144	505
Homicídios	36	38	30	24	50	174
Crimes contra propriedade	261	380	431	311	370	1.753
Crimes sexuais	35	43	25	15	40	158
Crimes contra a honra	12	27	10	5	6	60
Crimes contra a ordem pública	1	5	1	3	69	79
Danos (acidente de viação)	16	37	19	24	23	119
Falsificação	23	21	6	4	2	56
Estupefacientes	71	85	70	73	95	385
Diversos	52	112	63	23	8	258
Total	599	873	727	554	807	3.560

Fonte: Relatórios de Actividades do Ministério Público - Procuradoria Geral da República

A seguir, apresenta-se uma visão geral do crime na CCP.

Deu entrada no estabelecimento prisional da CCP na capital do país 829 cidadãos condenados judicialmente, sendo o maior percentual respeitante aos cidadãos de Cabo Verde com 87,82% do total, logo seguido dos naturais da Nigéria com 5,91%, conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3 - População Prisional na Cadeia de central da Praia - Ano 2006 a 2010.

País	Anos					Total	Percentual
	2006	2007	2008	2009	2010		
Guiné Conakry			1			1	0,12
Mali					1	1	0,12
Serra Leoa			1			1	0,12
Gana			2			2	0,24
Senegal			3		2	5	0,60
Guiné-Bissau	2	2	1	3	4	12	1,45
Restantes Países	4	5	8	5	8	30	3,62
Nigéria	4	11	5	8	21	49	5,91
Cabo Verde	72	120	180	175	181	728	87,82
CEDEAO	6	13	13	11	28	71	
Total	82	138	201	191	217	829	100,00

Fonte: Estabelecimento Prisional da Cadeia central da Praia

A Figura 8 apresenta a qualidade de reclusos da GNS e de Cabo Verde na CCP. Houve um total de 794 presos, destacando-se os reclusos de Cabo Verde (728), em seguida os da Nigéria (49), da Guiné Bissau (12) e do Senegal (5).

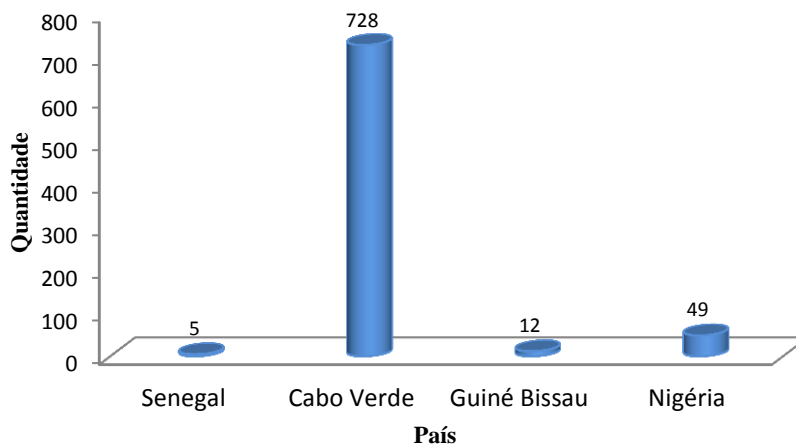


Figura 8 - Quantidade de Reclusos da GNS e de Cabo Verde na Cadeia Central da Praia, no período de 2006 a 2010.

Conforme se pode constatar na Figura 9, no período de 2006 a 2010, houve um aumento de cerca de 250% de condenados que foram colocados na CCP. De 82 em 2006, passou a haver 218 presos em 2010, tendo-se verificado um ligeiro decréscimo do ano 2008 para 2009, na ordem dos 5,5%.

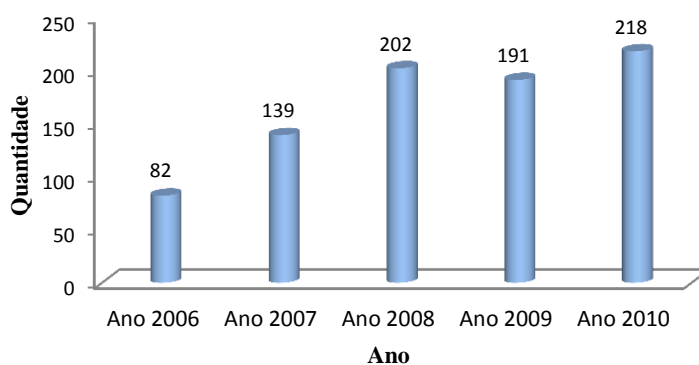


Figura 9 - Evolução geral dos reclusos na Cadeia central da Praia, no período de 2006 a 2010

A Tabela 4 apresenta as condenações por tipo de crime dos reclusos na CCP no período de 2006 a 2010. Pode-se verificar que o percentual maior das condenações foi de 87,82 e se refere aos cidadãos de Cabo Verde, logo seguido dos cidadãos da Nigéria, com 5,91%. De realçar que os crimes em que mais se destaca o envolvimento da GNS no período em referência é o tráfico de drogas em que se verificou 50 condenações, sendo 39 casos

referentes aos cidadãos naturais da Nigéria, nove casos aos cidadãos da Guiné Bissau e apenas dois casos aos naturais de Senegal.

Tabela 4 - Reclusos Por Tipo de Crime na Cadeia central da Praia - Ano 2006 a 2010.

País	BU	TD	CS	FA	FU	HO	OF	RO	OU	Total	Percentual
Cabo Verde	5	111	79	5	32	176	48	233	39	728	87,82
Gana		2								2	0,24
Guiné Bissau		9	1	1				1		12	1,45
Guiné Conakry		1								1	0,12
Mali		1								1	0,12
Nigéria		39			1	3	2	1	3	49	5,91
Senegal		2	1			1		1		5	0,60
Serra Leoa	1									1	0,12
Outros Países	1	15	5			3		5	1	30	3,62
GNS	0	50	2	1	1	4	2	3	3	66	
Total	7	180	86	6	33	183	50	241	43	829	100

Legenda: BU – Burla; TD – Tráfico de drogas; CS – Crimes sexuais; FA – Falsificação; FU – Furto; HO – Homicídio; OF – Ofensas Corporais; RO – Roubo; OU – Outros.

Como mostra a Tabela 5, a maioria do total dos reclusos na cadeia de central da Praia no período em referência é do sexo masculino, com 94,45%. As reclusas representam apenas 5,55%. A mesma situação se verifica para o caso das reclusas da GNS.

Tabela 5 - Reclusos por sexo na Cadeia central da Praia - Ano 2006 a 2010.

Países	Sexo		Total
	M	F	
Cabo Verde	690	38	728
Gana	2		2
Guiné Bissau	10	2	12
Guiné Conakry	1		1
Mali		1	1
Nigéria	48	1	49
Senegal	5		5
Serra Leoa	1		1
Outros países	26	4	30
GNS	63	3	66
Total	783	46	829
Percentual	94,45	5,55	100

Verifica-se na Tabela 6 que do total de 829 reclusos é na faixa etária dos 22 aos 35 anos que se situam os reclusos das diversas nacionalidades que se encontram na CCP com um

percentual de 63,09, seguido da faixa etária dos 16 aos 21 anos com um percentual de 16,77. E ainda se pode verificar que o total das reclusas, em número de 46, corresponde a 5,55% do total da população prisional no período referido.

Tabela 6 - Reclusos por faixa etária na Cadeia central da Praia - Ano 2006 a 2010.

Países	Faixa Etária								Totais		
	A		B		C		D		Parcial		Geral
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Cabo Verde	136	2	422	24	84	7	48	5	690	38	728
CEDEAO	1		53	2	12	1	1	1	67	4	71
Outros Países			19	3	5	1	2		26	4	30
GNS	1		50	2	11		2		64	2	66
Total Geral	137	2	494	29	101	9	51	6	783	46	829
Total p/faixa	139		523		110		57				
Percentual	16,77		63,09		13,27		6,88		94,45	5,55	

Legenda: A (16 a 21 anos); B (22 a 35 anos); C (36 a 50 anos); D (> 50 anos).

2. O perfil dos imigrantes da GNS

2.1 Dados pessoais

A Figura 10 revela que os entrevistados dos três países considerados no estudo (GNS) são na maioria masculinos, (percentual médio de 81%), contra uma minoria de mulheres (percentual médio de 19%). Esses resultados, pelo menos no que se refere a Guiné Bissau, são confirmados pelo trabalho de Gomes¹⁶ (2010), em que a maior parte dos imigrantes guineenses que procuram Cabo Verde são jovens do sexo masculino com uma representação de 78,8%. No âmbito mundial, a Comissão Internacional sobre as Migrações Internacionais, 2005, afirma que 48,6% dos migrantes internacionais são mulheres e que cerca de 51% delas vivem em países desenvolvidos, sendo os restantes 49% localizados em países em desenvolvimento.

¹⁶ Inquérito realizado no mês de Outubro de 2009, na cidade da Praia a 80 imigrantes da Guiné Bissau, sendo 63 homens e 17 mulheres.

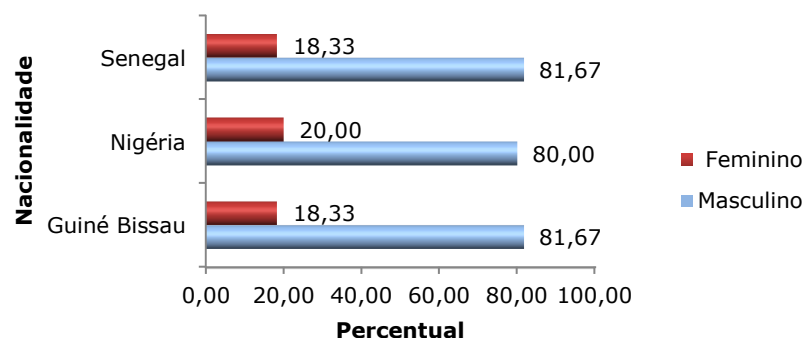


Figura 10 – O género dos entrevistados dos três países em percentual.

Na Figura 11, apresenta-se a distribuição da amostra dos entrevistados por faixa etária. Ao examinar-se a Figura, verifica-se uma predominância de indivíduos entre os 25 e 34 anos de idade, com uma representação de 50%, seguida de indivíduos entre os 35 e 44 anos, correspondendo a 30,36%. O mesmo não se verifica por exemplo nos países da União Europeia (UE), em 2010. Segundo os dados oficiais da Eurostat¹⁷ (2011), a mediana da idade da população dos nacionais de países terceiros residentes na UE era de 34,4 anos.

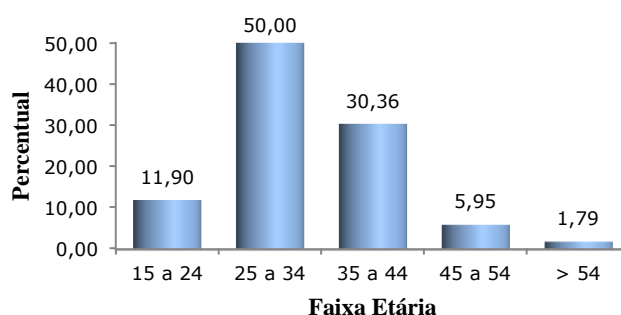


Figura 11 - Percentual dos entrevistados por faixa etária.

Na Figura 12 distribuem-se os entrevistados por faixas de renda familiar. Verifica-se, pois, que é na faixa dos 10 000 escudos a 25 000 escudos (ECV) que se situa a renda familiar mais elevada, ou seja, de 49,33%, dos entrevistados.

A remuneração mínima na Administração Pública em Cabo Verde, segundo a UNTC-CS (2009) é de 13 745 escudos e o salário médio líquido estimado em 32 300 escudos. Não há nenhum salário mínimo para os trabalhadores do sector privado, havendo trabalhadores que

¹⁷ O Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) é a organização estatística da Comissão Europeia que produz dados estatísticos para a União Europeia e promove a harmonização dos métodos estatísticos entre os estados-membros.

ganham 6 000 escudos por mês, como é o caso dos empregados das lojas chinesas (A Semana, 2010).

O Minimum-Wage.org¹⁸ (2009), define a taxa de salário mínimo de Senegal em 209 francos CFA por hora, nacionalmente a todos os funcionários (públicos e privados). A multiplicar a quantia de 209 por 8 horas normais de serviço diário obter-se-á a quantia de 1 672 e este valor multiplicado por 30 dá 50 160 francos CFA, o equivalente a 8 700 escudos cabo-verdianos. A taxa de salário mínimo estabelecida pela Nigéria é de 18 000 nairas por mês, o equivalente a 9 000 escudos cabo-verdianos, mas nem sempre obedecida por algumas empresas do sector privado. Em relação a Guiné Bissau não há definição de salário mínimo.

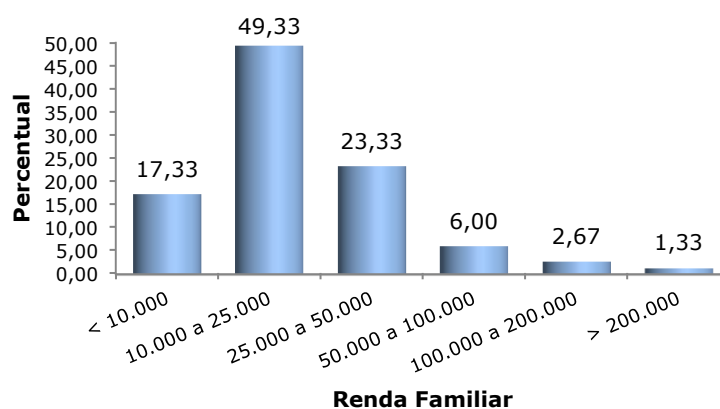


Figura 12 - Percentual de faixa da renda familiar.

Os entrevistados são maioria solteiros com uma representação percentual de 60,12% (Figura 13). Os casados representam 31,79%. Esses resultados confirmam os de Gomes (2010), em relação aos imigrantes guineenses residentes na Praia, que apontam que 81,3% desses imigrantes são solteiros e 16,3% casados, num universo de 80 inquiridos.

A CIMI¹⁹ (2010) afirma que, se aparentemente, o grosso dos imigrantes em Cabo Verde é constituído por homens solteiros, é previsível que muitos desses imigrantes venham a fixar residência definitiva em Cabo Verde, constituindo família ou fazendo trazer cônjuges. Efectivamente, no universo dos entrevistados, os 60,12% correspondem a 88 indivíduos do sexo masculino que são solteiros e 16 do sexo feminino, verificando-se na prática alguns casos desses imigrantes a coabitarem com as mulheres cabo-verdianas e adquirindo filhos em regime de união de facto.

¹⁸ Minimum-Wage.org é um site de serviço público gerido e mantido por Marathon Studios Enterprises cuja missão é fornecer informações sobre o salário mínimo a nível mundial.

¹⁹ Comissão Interministerial para o estudo e proposição das bases da política de imigração.

O relatório final da CIMI (2010) confirma que a nível da imigração em Cabo Verde, as imigrantes do sexo feminino alegam terem vindo a Cabo Verde a pedido do esposo que aí se encontrava e que uma boa parte dos imigrantes do sexo masculino casados tem esposa e filhos a viverem no país de origem.

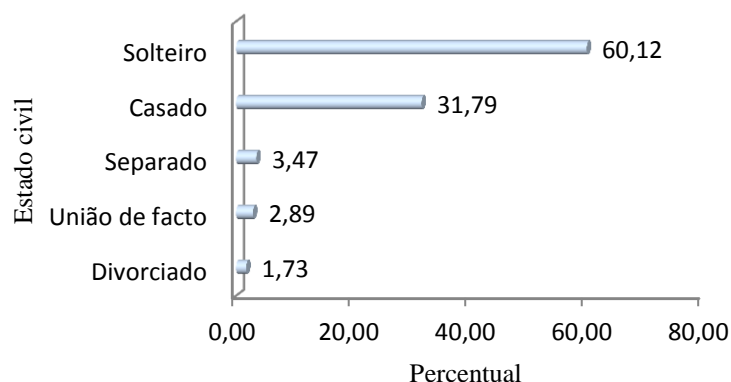


Figura 13 - Percentual de entrevistados por estado civil.

Analisando o nível de escolaridade dos entrevistados (Figura 14), constata-se uma maior percentual de imigrantes com o ensino secundário, cerca de 54,67% (soma dos sete a doze anos de escolaridade), seguido do ensino primário com 20,23% (soma dos quatro a sete anos de escolaridade) e nível universitário com 15,19% (soma entre a frequência e o grau universitário). Costa (2009) afirma que um fraco nível de escolaridade dos imigrantes condiciona a sua integração profissional e social nos países de acolhimento, isto por apresentarem fracas experiências profissionais e sociais, o que não facilita processos de mobilidade profissional e social ascendente. Daí ser o nível da escolaridade um elemento determinante para a integração no mercado de trabalho mas também a qualidade da integração social e económica.

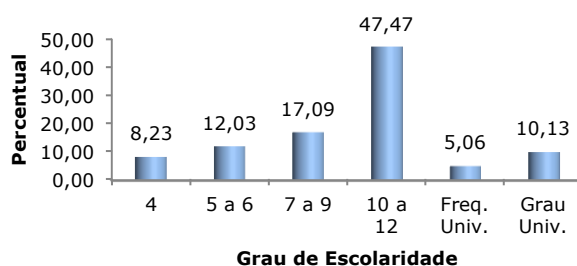


Figura 14 - Percentual de entrevistados por grau de escolaridade.

O sector terciário, como mostra a Figura 15, é o que apresenta maior percentual de profissão exercida em Cabo Verde pelos entrevistados (58,89), seguido do sector secundário

com 30%. Do total de entrevistados, 11,11% encontravam-se presos da Cadeia Central da Praia. Dos 3 938 cidadãos estrangeiros da CEDEAO residentes em Cabo Verde até Dezembro do ano 2010, segundo os dados da DEF, 3 353 deles enquadram-se no sector terciário, abrangendo a área de comércio com 2 211 indivíduos, 562 no sector secundário, maioritariamente na área de construção civil e vigilantes e, apenas 23 do sector primário.

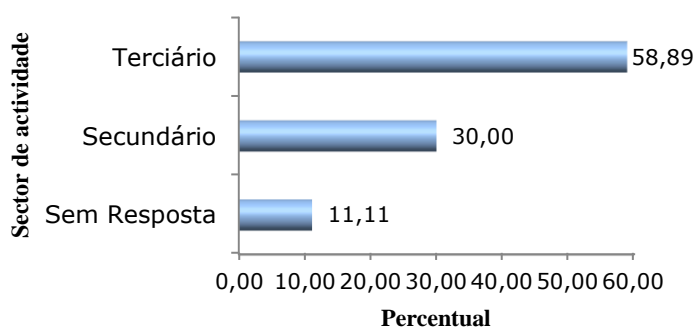


Figura 15 - Percentual de entrevistados por sector de actividade.

Segundo Gomes (2010), houve um aumento acelerado dos imigrantes guineenses em Cabo Verde, e sendo na sua maioria jovens dedicando-se a prática do comércio informal e como mão-de-obra acessível na construção civil. Acrescenta ainda que as mulheres que vêm ao encontro dos maridos se dedicam normalmente ao comércio informal.

Furtado (2011), relativamente ao enquadramento dos cidadãos da GNS em Cabo Verde, diz que o sector da construção civil é preenchido sobretudo pelos guineenses. Os senegaleses estão representados no comércio (artesanato). Os nigerianos estão também no comércio (fornecimento e reparações de diversos aparelhos electrónicos).

A INE (2009) revela que cerca de 32 mil pessoas em Cabo Verde trabalham no sector informal, com 24 060 Unidades de Produção Informal (UPI) em que mais de 60% se encontram localizadas na ilha de Santiago. É a própria INE a reconhecer que se o sector informal é considerado uma bola de oxigénio para o emprego, tal não é o caso no que diz respeito à sua contribuição nas receitas do Estado.

Gomes (2009) considera a economia informal como sinónima da economia subterrânea, um fenómeno que não é exclusivo dos países subdesenvolvidos, mas que tende a ser uma espécie de regra, consubstanciada em inúmeras práticas que englobam tudo o que é produzido nos sectores primário, secundário ou terciário, sem conhecimento da estrutura governamental e impossibilitando a arrecadação de impostos e os encargos sociais dos trabalhadores. De notar que 49,72 e 17,71% dos entrevistados no presente trabalho, Figura 31,

declararam não beneficiarem da segurança social em Cabo Verde e o desejo dela fazerem parte e por conseguinte, presume-se estarem integrados no sector informal da economia.

O mesmo autor refere ainda que a economia informal em Cabo Verde teve crescimento a um ritmo acelerado com a chegada dos imigrantes chineses e africanos, espalhados por todos os cantos do país e sobretudo os últimos como vendedores ambulantes.

O comércio, segundo a UNTC-CS (2010), mantém uma posição importante em termos económicos, apesar de já não ser hoje o principal sector de contribuição para o produto interno bruto (PIB) e para o emprego. É que a maioria dos imigrantes da CEDEAO é composta de praticantes do comércio informal, via essa que permite integrarem-se na lista dos principais beneficiários da fuga ao fisco. É visível na capital do país, um grande número de cidadãos da CEDEAO a deambularem pelas ruas do Plateau e de todos os subúrbios da capital na venda de produtos diversos.

A construção civil é predominante tanto no caso dos entrevistados como no caso dos estrangeiros residentes da CEDEAO em Cabo Verde até Dezembro do ano 2010. A construção segundo a UNTC-CS (2010), tem uma participação económica idêntica à do comércio, assumindo-se também como um importante empregador. Contudo, é um sector caracterizado por baixos níveis de habilitações de uma mão-de-obra maioritariamente masculina e com uma taxa de assalariamento relativamente baixa. Das informações obtidas da Empresa de Construção Civil Maltauro Spa – Sucursal de Cabo Verde, soube-se que o salário mensal dos imigrantes varia consoante a especialidade: um engenheiro recebe até 400 000 escudos; um mecânico, até 130 000 escudos; um electricista e servente, até 70 000 escudos; um ajudante serralheiro, até 50 000 escudos; um pedreiro, até 30 000 escudos; um servente de 22 000 até 25 000 escudos e um guarda, até 10 000 escudos.

A maioria dos entrevistados disse professar a religião cristã, indicada pelo percentual de 58,33%, sendo que os restantes 41,67% informaram professar a religião muçulmana (Figura 16). Os dados ainda apontam que todos os cidadãos nigerianos entrevistados, residentes em Cabo Verde, expressaram professar a fé cristã. Dos cidadãos de Senegal, 56 disseram que são muçulmanos e quatro cristãos, e dos cidadãos da Guiné Bissau, 39 informaram ser cristãos e 21 muçulmanos. No perfil dos inquiridos no estudo de Gomes (2010), na análise da amostra num universo de 80 guineenses, 51,3% alegaram professar a fé cristã, indo ao encontro no percentual conseguido no presente estudo.

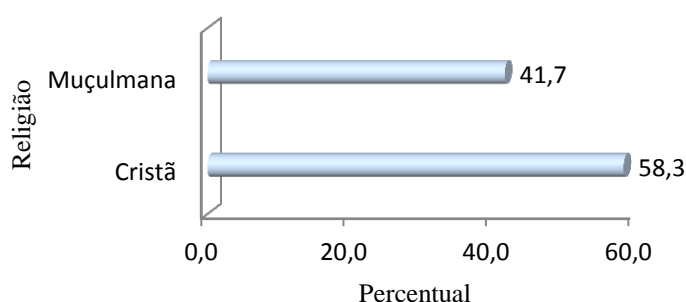


Figura 16 - Percentual de respostas sobre a religião professada.

Dos países da GNS, no Senegal a religião dominante é o Islã, representando 94% da população total, o que coincide com o percentual da amostra dos imigrantes senegaleses residentes em Cabo Verde. Na Nigéria, as duas religiões repartem-se em 50,5% para os muçulmanos, 48,2% para os cristãos e 1,4% religiões tradicionais africanas. Na Guiné Bissau nota-se uma grande diferença entre as duas religiões, 38% para os muçulmanos e 8% para os cristãos, com os restantes 54% representados por crenças tradicionais africanas (animismo). Apenas na Nigéria é que se verificam confrontos religiosos entre as duas maiores representações religiosas, sendo os muçulmanos a maioria a querer implantar a lei islâmica – Sharia, como principal fonte de legislação no país. No Senegal, segundo Martinuz (2012) há referências de um islamismo muito dialogante em relação aos cristãos e na Guiné-Bissau, apesar da pobreza e da instabilidade política, regista-se óptimas relações entre cristão e muçulmanos.

Em Cabo Verde a liberdade de religião é garantida pela Constituição “ é inviolável a liberdade de consciência, de religião e de culto, todos tendo o direito de, individual ou colectivamente, professar ou não uma religião, ter uma convicção religiosa da sua escolha, participar em actos de culto e livremente exprimir a sua fé e divulgar a sua doutrina ou convicção, contanto que isso não lese os direitos dos outros e o bem comum.” (Número 1 do artigo 48º da CRCV).²⁰

As crenças religiosas existentes no país são respeitadas pelo Governo de Cabo Verde, que no seu Programa para a VII Legislatura 2006 – 2011, se compromete a dar uma especial atenção ao desenvolvimento do país e que, para o efeito, a capacitação dos recursos humanos interpela todos os sectores e áreas de actividade, de entre os quais, as confissões religiosas. “ [...] Da parceria social, através do apoio às iniciativas privadas a todos os níveis [...] o

²⁰ Constituição da Republica de Cabo Verde. 1ª Revisão Ordinária – 1999. Edição 2000.

Governo considera imprescindível o papel de outros parceiros, nomeadamente as igrejas, as ONGs e as OSCs”²¹ (p. 40).

Segundo Nogueira (2010), todos os que imigram levam consigo a sua cultura e acabam sempre por imprimir elementos dela aos locais de acolhimento. Referindo-se a Cabo Verde, indica a existência de mesquitas e as datas do Islão devidamente assinaladas.

Carvalho (2010) alude a novos caminhos da religião em Cabo Verde, constituindo por vezes motivo de espanto. Refere-se, pois, a algumas das diversas igrejas que recentemente passaram a fazer parte do universo da cidade da Praia.

A maioria dos cabo-verdianos professa a fé cristã e o senso comum é conectar a imigração, sobretudo da CEDEAO, aos praticantes da fé muçulmana. Tal evidência assume contornos extremos na sociedade cabo-verdiana a ponto de se chegar a situações de se aceitar a existência de organizações islâmicas radicais em Cabo Verde. A Nação 2012, noticiou a existência de uma associação da comunidade islâmica (ACI) em Cabo Verde, já reconhecida pelo Estado de Cabo Verde, com cerca de cinco mil muçulmanos, todos imigrantes residentes no país, sendo na sua maioria cidadãos do Senegal e da Guiné-Bissau. Entretanto, a facção radical islâmica noticiada pelo mesmo semanário denominada “Tabligh Jamaat”, poderá representar um perigo para a ACI, uma vez que poderá inverter os valores islâmicos defendidos pela mesma e processar o recrutamento de novos seguidores que podem incluir não somente os imigrantes da costa africana, mas também a camada jovem cabo-verdiana.

Para Monteiro (1997), a identidade religiosa ajuda no fortalecimento dos laços de solidariedade de todo o grupo imigrado de uma forma significativa e que a existência no seio de uma comunidade imigrada de serviços ou estruturas religiosas reflecte estabilidade ou continuidade do grupo étnico.

Gomes (2010) refere a presença muçulmana dos guineenses no bairro de Tira-Chapéu na Praia, sendo estes provenientes do interior da Guiné-Bissau, de regiões onde predomina a prática daquela religião. Refere ainda, que por força da natureza idiossincrática daquele segmento de imigrante, por sinal flexível e afável, as relações sociais entre os mesmos se operam de forma mais pacífica e conciliatória. A escolha do bairro teve por finalidade garantir o afastamento de grupos de imigrantes da mesma nacionalidade que professam a religião cristã, evitando dessa forma choques entre as duas religiões por práticas tradicionais de foro religioso e possíveis influências de uma sobre a outra. Para além do bairro Tira Chapéu, cita ainda mais duas localidades no Concelho da Praia onde há uma forte presença muçulmana,

²¹ ONGs – Organizações Não Governamentais. OSCs – Organizações da Sociedade Civil

Safende e Achada Grande, que compreendem locais de culto religioso muçulmano designados por mesquita, que é um espaço considerado vital para garantir a integração dos imigrantes dessa religião muçulmana na Praia.

A CIMI (2010, p. 76) considera que “de uma forma geral a convivência religiosa (islamita e cristã) na vizinhança próxima de Cabo Verde é pacífica”. Receia entretanto, que tal convivência possa vir a ser contaminada pelas rivalidades integristas de outras paragens. Observa-se pois que essas paragens se circunscrevem mesmo ao seio da CEDEAO, envolvendo países como a Nigéria onde ocorrem violentos confrontos entre as duas religiões. Outras preocupações ainda observadas pela CIMI, têm a ver com a possibilidade de estabelecimentos de alianças entre a alta criminalidade organizada (terrorismo e tráficos) e consequentemente a possibilidade de os movimentos extremistas aproximarem-se das comunidades muçulmanas já visíveis em Cabo Verde.

A Figura 17 indica que a maioria dos cidadãos estrangeiros entrevistados reside no Concelho da Praia, ou seja, 77,78%. Os que residem nos outros Concelhos da Ilha de Santiago constituem 13,33% e os que residem nas outras ilhas de Cabo Verde constituem 8,89%. Os 22,22% dos entrevistados residentes fora do Concelho da Praia, justificam-se pelo facto de a maioria dos estrangeiros residentes em Cabo Verde estar integrada nas actividades do sector terciário, como se depreende da Figura 15, e, consequentemente, uma movimentação constante das pessoas quer pelo interior da ilha de Santiago quer para as outras ilhas em actividades de negócios.

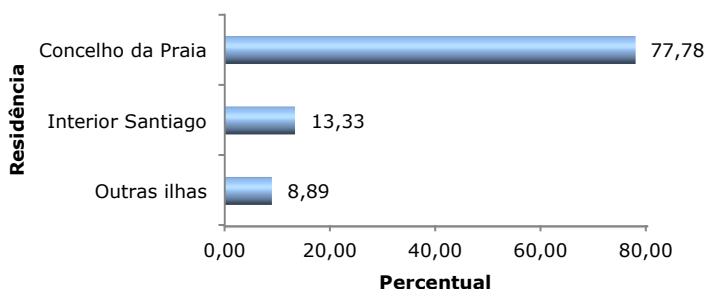


Figura 17 - Percentual de respostas sobre local de residência.

2.2 Processo de Chegada em Cabo Verde

A análise da Figura 18, permite-nos observar que os diversos motivos que estiveram na base das razões de imigração justificados pelos cidadãos da GNS entrevistados. A procura de melhores condições de trabalho constitui 28,65% das respostas e dificuldades económicas

nos países de origem foram apontadas por 28,65% dos entrevistados. O conhecimento do país e o reagrupamento familiar posicionaram-se com 13,48% e 12,36%, respectivamente. O conflito no país de origem foi considerado um motivo, com uma pequena percentagem de respostas, 5,06%. A necessidade de estudar foi referida com 3,93%.

A OIM (2005) afirma que as pessoas, geralmente decidem imigrar pela necessidade de fugir às limitações e inseguranças com que se deparam no seu país de origem, e porque consideram que existem melhores condições e oportunidades noutra sítio. Cabo Verde, em termos estatísticos, apresenta melhores indicadores salariais em relação aos países da GNS. O salário mínimo do país de 12 000 escudos estabelecido pela Minimum Wage-org, é superior ao do Senegal que é de 8 700 escudos e da Nigéria que é de 9 000 escudos. Não há qualquer referência ao salário mínimo da Guiné Bissau.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB per capita) relativo ao ano 2010, apenas o da Nigéria, 2 500 biliões de dólares, ultrapassa o de Cabo Verde que é de 1 938 biliões de dólares. O Senegal e a Guiné-Bissau apresentam os valores de 1 900 biliões de dólares e 1 100 biliões de dólares, respectivamente.

Gomes (2010) sustenta que, para além das fragilidades de subsistência que envolvem a vida dos guineenses no seu país, a principal causa da imigração para Cabo Verde deve-se à procura de melhores condições de vida, provocadas pelas sucessivas instabilidades políticas e económicas decorridas na Guiné-Bissau, sobretudo na década de 1990.

Trindade (1995), em relação às razões que levam uma pessoa a deixar o seu próprio país por tempo longo ou indeterminado, afirma que a emigração representa, em geral, uma experiência radical e frequentemente dolorosa, de rotura com o quotidiano conhecido, em favor de um espaço geográfico, social e culturalmente estranho; de um novo emprego, quiçá de uma nova profissão. A decisão de partir, segundo a autora, não afecta apenas o emigrante, mas sim, toda a sua componente familiar.

Os factores que estão na base na decisão de migrar podem ser diversos. Patarra et al. (1997) assinalam os principais motivos e algumas das suas variações, de acordo com o período da migração, com o local de destino e com a quantidade de movimentos migratórios. Determinar-se-iam com base nesses motivos dois grandes momentos relacionados com a decisão de migrar: um primeiro momento, marcado por factores de maior peso decisório (profissionais, familiares e de moradia) e um segundo momento marcado por factores essenciais para uma normal integração no país de acolhimento (conhecimento anterior do

local, maior acesso à infra-estrutura e serviços, segurança e qualidade de vida e custo de vida mais baixo).

Silva (2011) aponta três factores impulsionadores da imigração da CEDEAO em Cabo Verde, sendo o primeiro a visão do país como um ponto de passagem para outros destinos cobiçados pela imigração, a Europa e os Estados Unidos da América; o segundo factor associa-o à ilusão dos imigrantes que, ao julgarem terem chegado às ilhas europeias das Canárias, se vêm confrontados com as de Cabo Verde e por fim aqueles que resignam com a sorte e procuram ali melhores condições de vida.

Entretanto, Furtado (2010), é peremptória ao afirmar, em relação aos imigrantes da GNS na ilha de Boavista, que eles procuram Cabo Verde como país de acolhimento para fugirem ao crime de guerras, guerrilhas e insegurança que se vive na sub-região da CEDEAO e com o objectivo de encontrarem paz e tranquilidade em Cabo Verde.

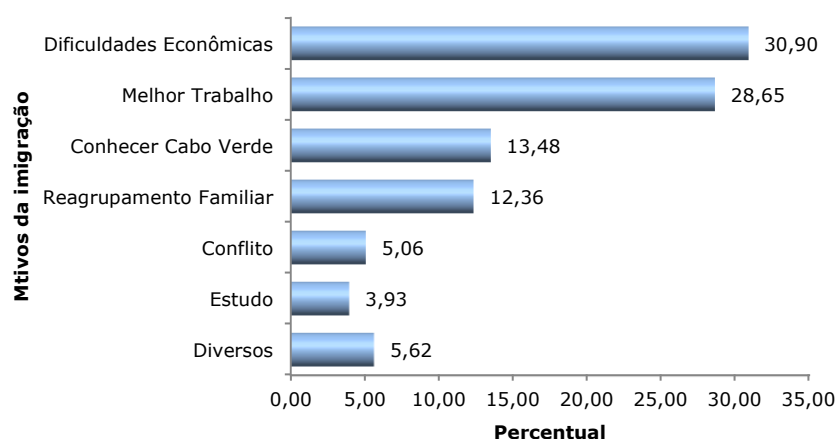


Figura 18 - Motivos relacionados com a imigração.

A Figura 19 mostra que 38,37% dos entrevistados afirmaram ter organizado por iniciativa própria a decisão de emigrar para Cabo Verde, ao passo que 28,49% afirmaram tê-lo feito através de amigos e igual percentagem responderam que o fizeram com a ajuda de parentes em Cabo Verde. Uma ínfima parte (0,58%) alegou ter contado com o apoio religioso, ou ter organizado a emigração como turista (0,58%). Outras formas foram apontadas por 3,49% dos entrevistados.

De notar que a influência religiosa é inexpressiva no processo decisório da escolha de Cabo Verde como país de acolhimento (0,58%).

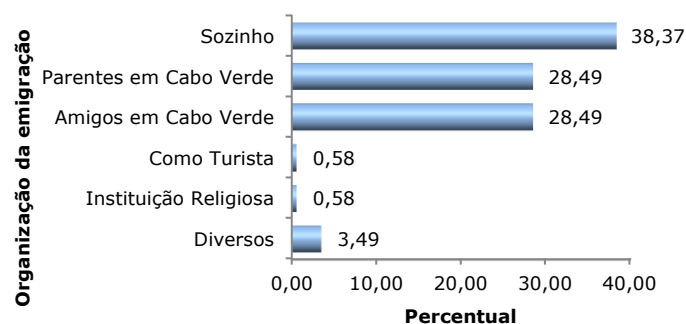


Figura 19 – Forma de organização da emigração.

Dos entrevistados, 79,14% responderam que tinham alguém conhecido em Cabo Verde quando emigraram (Figura 20). Este resultado vai ao encontro do percentual de respostas referentes a parentes e amigos em Cabo Verde (56,98%) como apoiantes à decisão de emigrar (Figura 19). São resultados indicadores de que os laços de conhecimento facilitam e suavizam a vida do imigrante num espaço que lhe é estranho. Situações do tipo acontecem frequentemente no Aeroporto da Praia. Um estrangeiro que chega pela primeira vez a Cabo Verde é submetido a um conjunto de questões nas formalidades fronteiriças, com o fito de se assegurar as reais intenções do visitante. Estando um familiar ou algum conhecido no Aeroporto à sua espera esse visitante sente-se mais à vontade e com menos probabilidade de lhe ser negado a entrada no país.

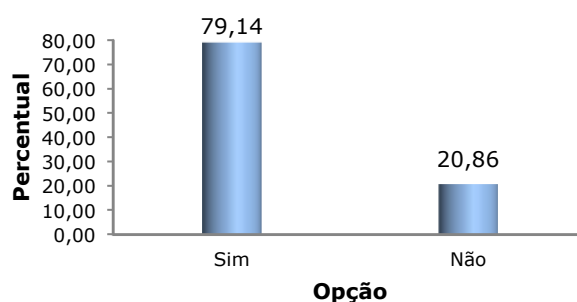


Figura 20 - Existência ou não de pessoas conhecidas em Cabo Verde quando ocorreu a emigração.

Relativamente ao tipo de pessoas conhecidas em Cabo Verde quando ocorreu a emigração (Figura 21), 51,97% dos entrevistados afirmaram ser um familiar e 48,03% disseram ser um amigo. De entre os três países da GNS o Senegal é que teve mais respostas em relação aos conhecimentos através dos familiares com um percentual de 42,4%, seguido da Guiné Bissau com 31,8% e Nigéria com 25,8%. Dos conhecimentos através dos amigos, destaque para os cidadãos da Guiné Bissau com 44,3%, seguido da Nigéria com 34,4% e Senegal com 21,3%.

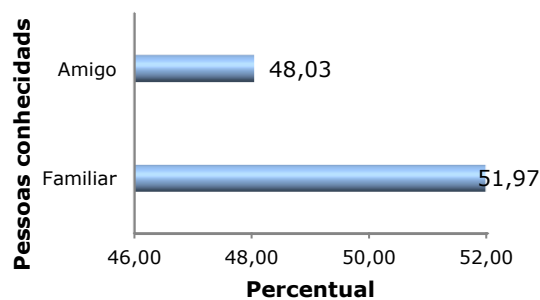


Figura 21 - Tipo de pessoas conhecidas em Cabo Verde.

Como mostra a Figura 22, a maioria dos entrevistados, 73,97%, afirmou ter amigos em Cabo Verde e 26,03% afirmaram não ter amigos no país. Os cidadãos da Guiné Bissau afirmaram ter mais amigos em Cabo Verde (36,1%), seguidos dos da Nigéria, com 34,3%, e dos do Senegal, com 29,6%.

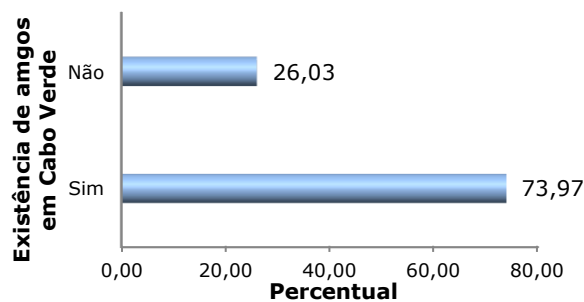


Figura 22 - Existência ou não de amigos em Cabo Verde.

2.3 Grau de Integração

A busca de oportunidade de trabalho em Cabo Verde (Figura 23) foi um dos motivos pela decisão de permanecer no país com a maior percentual de respostas (58,82%) dos entrevistados. Este resultado está em conformidade com os motivos alegados como tendo sido decisivos para deixarem o país de origem, (ver Figura 18). Das respostas afirmativas em relação à oportunidade de trabalho, sobressaem as dos cidadãos de Senegal, com 42%, seguidas das respostas dos cidadãos da Guiné Bissau com 36%, e da Nigéria com 22%.

A impossibilidade de ir a outro lugar, apontada pelos entrevistados (59,1%, de respostas pelos nigerianos; 31,8% pelos guineenses; 9,1% pelos senegaleses) obriga uma boa parte dos imigrantes a resignarem e a ter de ficar em Cabo Verde até conseguirem a nacionalidade cabo-verdiana para, com mais facilidade, tentarem a emigração para Europa ou para os Estados Unidos da América. Valentin (2011) revela o caso de um cidadão da Guiné-

Bissau residente em Cabo Verde que num período de dois anos tentou quatro vezes alcançar as ilhas Canárias em viagens através de “cayuco”²², tendo sido em todas as tentativas interceptado por autoridades marítimas de Cabo Verde. O imigrante conta ainda que o custo das viagens era de 3 000 euros por cabeça e que poucos são os sub-saharianos que procuram Cabo Verde como destino final de imigração. Pelo menos oito em cada 10 têm intenção de continuar a viagem para a Europa ou os Estados Unidos da América.

Situação idêntica aconteceu com os imigrantes cabo-verdianos em Senegal a partir de 1910, referido por Graça (2007), em que os cabo-verdianos que passaram a aportar a cidade de Dakar, tinham em mente atingir a França. Em termos de números, segundo o autor, havia em 1976 havia cerca de onze mil cabo-verdianos no Senegal, cuja integração social pode ser considerada fácil. O autor afirma que a maioria dos descendentes das primeiras correntes migratórias, integrou-se a tal ponto que se identifica actualmente mais com senegaleses do que com cabo-verdianos.

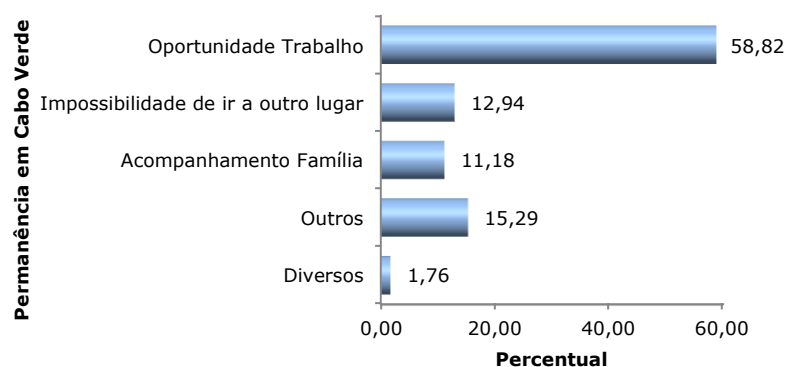


Figura 23 - Razões pela decisão de permanecer em Cabo Verde.

Dos entrevistados, 46,63% (Figura 24) afirmaram que estão satisfeitos com a sua vida em Cabo Verde, avaliando-a como normal e 34,27% disseram que não estão satisfeitos, considerando má e péssima a sua vida no país. Dos restantes entrevistados, 19,10% dividiram o nível de satisfação entre bom e excelente. Os cidadãos de Senegal são os que mais se manifestaram inconformados com o nível de satisfação em Cabo Verde, com um percentual de 65,6% de respostas a situarem a sua vida como má e péssima, seguidos dos cidadãos da Nigéria, com 18% e os da Guiné-Bissau com 16,4%.

²² Barco longo e estreito, parecido com uma canoa, entalhado a partir de um único tronco de árvore. A lotação varia de 45 a 65 pessoas. Existem casos em que foram detectados cayucos com 230 imigrantes ilegais na ilha de Santa Cruz de Tenerife – Ilhas Canárias, em Setembro de 2008. Em Cabo Verde a maior lotação foi detectada em 2008 no cayuco *Okomafo Jesus*, com 130 imigrantes ilegais.

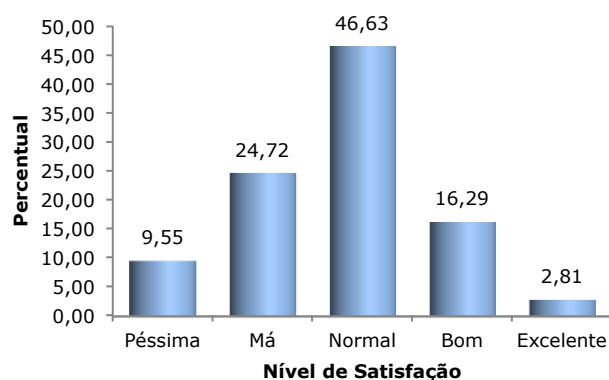


Figura 24 – Percentual de respostas sobre o nível de satisfação em Cabo Verde

A língua crioula é considerada a mais utilizada pelos entrevistados, com um percentual de 61,31%, de respostas segundo se pode ver na Figura 25. Dos cidadãos da GNS falantes do crioulo de Cabo Verde, Senegal apresenta uma percentual de 35,7%, seguido da Guiné-Bissau, com 34,4%, e Nigéria, com 29,9%.

A língua como um dos elementos da ordem social e cultural, a par dos costumes, valores e alimentação, é vista em muitos trabalhos como uma importante ferramenta de interacção humana (Trindade 1995). A cultura subjectiva, ou seja, os valores e as normas culturais, contribui para modelar as diferentes formas de interacção entre os imigrantes e os cabo-verdianos. A língua privilegiada, no caso dos imigrantes guineenses, é o crioulo, segundo Gomes (2010), apesar de existirem outros dialectos na Guiné-Bissau. O crioulo guineense, por apresentar uma certa semelhança com o crioulo de Cabo Verde, sobretudo a variante da ilha de Santiago, não coloca constrangimentos em termos comunicacionais para os imigrantes da Guiné-Bissau, o que, segundo o mesmo autor, representa o principal factor de integração desses imigrantes em Cabo Verde.

Verifica-se no quotidiano da sociedade cabo-verdiana que o crioulo de Cabo Verde, sobretudo na capital do país, é facilmente assimilado pelos imigrantes do Senegal e da Nigéria. Oliveira (2010) esclarece que, do ponto de vista da sociedade de acolhimento de um migrante, pode correr-se o risco de este ser marginalizado por não entender ou falar a língua do país acolhedor. Contudo, segundo a autora, na maioria das vezes, grande parte dos migrantes fala mais do que uma língua por ser natural de país multilíngue, ou porque, devido ao processo de migração, ter contacto com outras línguas nos países de origem. Entende-se esse facto, para o caso dos imigrantes senegaleses, uma vez que existe uma comunidade significativa de cabo-verdianos a residirem no Senegal e ainda o facto de ter sido o primeiro

país africano a receber imigrantes de Cabo Verde, devido às medidas restritivas do governo americano no início do século XX, segundo Graça (2007).

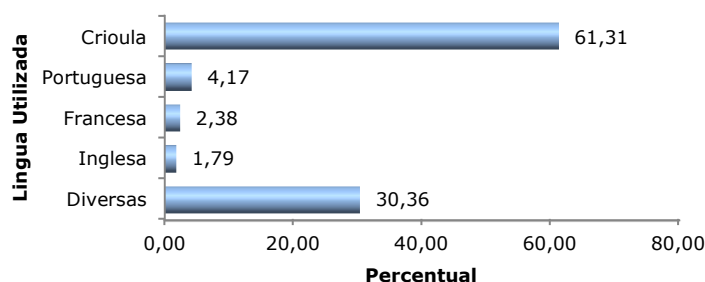


Figura 25 – Percentual de respostas língua utilizada em Cabo Verde.

A quase totalidade dos entrevistados, isto é, 90,97%, disse compreender e falar o crioulo de Cabo Verde (Figura 26).

A língua, segundo Monteiro (1997), pode relevar-se como um importante factor de inserção social no país de acolhimento e ao mesmo tempo um valioso instrumento de trabalho. Depreende-se que o facto da quase totalidade dos cidadãos da GNS entrevistados utilizarem no dia-a-dia o crioulo, que é também a língua mais utilizada em Cabo Verde, apesar de não ser a língua oficial, é uma prova evidente da inserção dessas comunidades na sociedade cabo-verdiana.

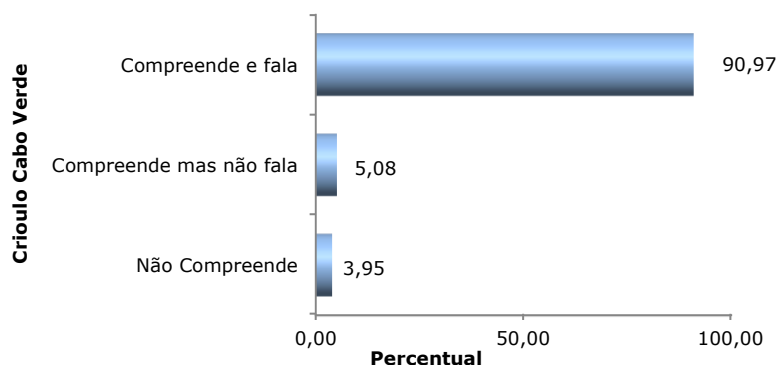


Figura 26 - Percentual de entrevistados que falam/compreendem o crioulo de Cabo Verde.

A ocupação do tempo livre é conforme Monteiro (1997), outra componente fundamental para a análise da dinâmica integrativa do imigrante numa determinada sociedade de acolhimento. A Figura 27 mostra que 72% dos cidadãos da GNS afirmaram que ocupam frequentemente o seu tempo livre com os patrícios e 25,71% afirmaram que raramente ocupam esse tempo. De entre os cidadãos da GNS entrevistados, 34,1% das respostas sobre a ocupação frequente do tempo livre com patrícios foram dos guineenses e nigerianos em conjunto e 31,7% foram dos

senegaleses. Dos que raramente afirmaram a ocupação do tempo, o percentual de 40%, foi dos entrevistados do Senegal, seguido dos da Guiné-Bissau e Nigéria, com 35,6% e 24,4%, respectivamente.

Gomes (2010) refere que a comunidade guineense tem diversas formas de ocupar o tempo livre, o que acontece aos sábados e domingos com encontros na sede de associação onde se divertem com músicas, jogos e pratos típicos. Os mais jovens deleitam-se com treinos matinais de futebol, considerado como uma riqueza cultural pois, permite o reforço dos laços de amizade e de solidariedade.

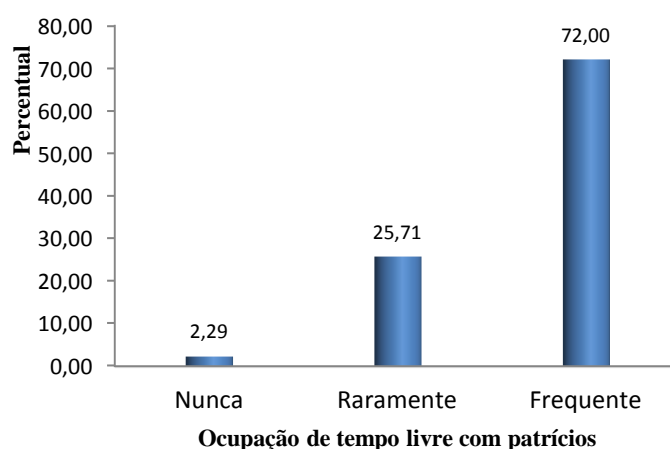


Figura 27 - Percentual de respostas sobre a ocupação de tempo livre com patrícios.

Dos entrevistados, 51,80% afirmaram que frequentemente ocupam o seu tempo livre com os cabo-verdianos; 36,75% disseram que raramente o fazem e 11,45% expressaram que nunca ocupam o seu tempo livre (Figura 28). Dos cidadãos entrevistados que afirmaram a ocupação do tempo livre com os cabo-verdianos, os da Guiné-Bissau é que apresentaram o maior índice percentual, de 39,5%, seguido dos da Nigéria e do Senegal com, respectivamente, 36% e 21,4%.

Dos cidadãos de Senegal, 52,6% afirmaram que nunca ocupam o tempo livre com os cabo-verdianos, seguido dos da Guiné Bissau, com 26,3%, e os da Nigéria, com 21,1%.

Gomes (2010), afirma que a maioria dos cidadãos da Guiné-Bissau inqueridos no seu trabalho, alegou sentir-se integrada na sociedade cabo-verdiana e alegou o convívio, emprego, a existência de amigos e namoradas como factores positivos e facilitadores da integração.

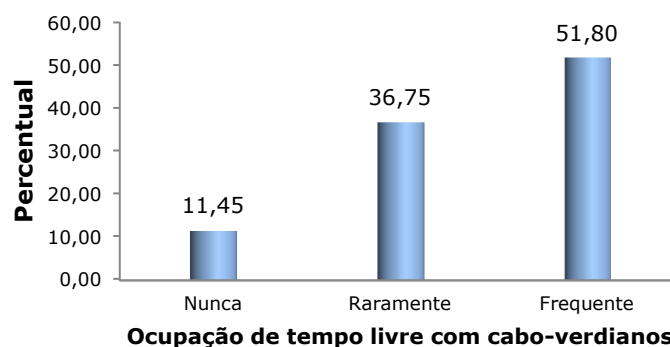


Figura 28 - Percentual de respostas sobre a ocupação de tempo livre com cabo-verdianos.

Quanto à ocupação do tempo livre com outros estrangeiros (Figura 29), 42,94% dos entrevistados responderam que isso frequentemente acontece, 42,35% disseram que raramente ocorre e 14,71% responderam nunca chegaram a realizar tal ocupação. Dos que nunca ocuparam o tempo livre com outros estrangeiros, destacaram-se os cidadãos de Senegal, com 52% de respostas em relação aos da Nigéria, com 28%, e os da Guiné-Bissau, com 20%.

Para Monteiro (1997) a comunidade cabo-verdiana em Roma caracteriza-se como uma comunidade fechada a ponto de ela não manter relações nem com outros imigrantes e nem mesmo com os de origem africana. Esclarece, entretanto, o autor que tal fechamento da comunidade em Roma ou ainda em outras regiões é comum a outras comunidades estrangeiras. Uma série de factores está ligada a esse não relacionamento e até mesmo esse fechamento, como a inserção num mercado de trabalho discriminatório e a inserção numa sociedade estranha.

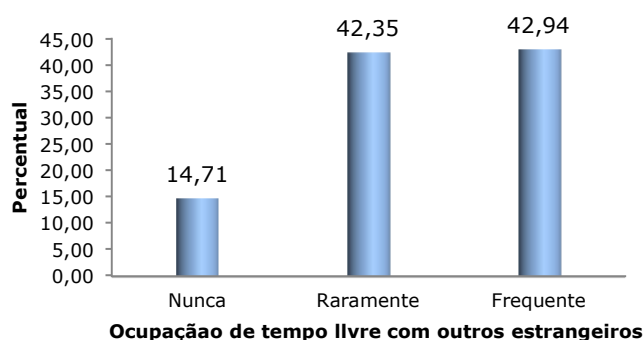


Figura 29 - Percentual de respostas sobre a ocupação de tempo livre com outros estrangeiros.

A Figura 30 mostra que 75,90% dos entrevistados afirmaram ter amigos cabo-verdianos, 16,26% alegaram não ter amigos e 7,83% manifestaram o desejo de ter amigos cabo-verdianos. Dos que afirmaram ter amigos cabo-verdianos, os cidadãos da Nigéria

representam 38,9%, seguidos dos da Guiné-Bissau, com 34,9%, e dos de Senegal, com 26,2%.

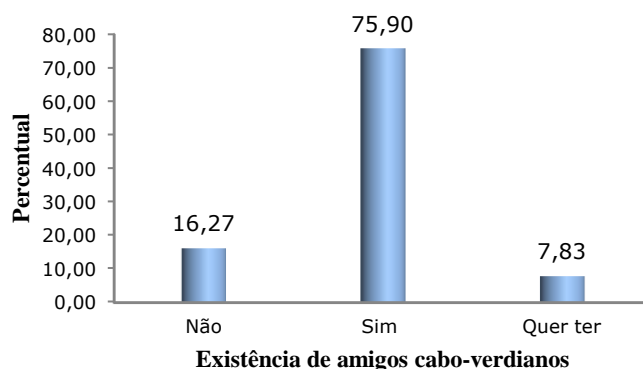


Figura 30 - Percentual de respostas sobre a existência ou não de amigos cabo-verdianos.

Como se pode ver na Figura 31, 49,72% dos entrevistados alegaram não beneficiar de protecção ou segurança social em Cabo Verde, 32,57%, afirmaram que beneficiam dela e 17,71% manifestaram o desejo de obter os benefícios referidos. Estes resultados levam à sua relação com os apresentados na Figura 33. Constata-se que apenas 37,57% dos entrevistados se encontram na situação de regularidade quanto à permanência no país. Os restantes 64,43% estão em situação não definida, isto por serem temporários os casos dos vistos e indecisão face aos pedidos de residência. Tal situação gera uma figura virtual de irregularidade desses estrangeiros, o que segundo Costa (2008), pode condicionar a possibilidade dos principais visados de respeitar algumas leis, como será o caso, por exemplo, da obrigação de efectuar descontos para o fisco ou para a segurança social. Daí o percentual de 67,43% dos entrevistados terem respondido não beneficiarem da segurança social e o desejarem.

No estudo do Silva²³ (2010) verifica-se que o percentual é elevado naquilo que considera ser “falhas de protecção social” (p. 144), isto é, 85% dos imigrantes em Cabo Verde a não beneficiarem de protecção social, recorrendo os mesmos, em situação de doenças, aos próprios meios ou ainda à solidariedade de famílias e patrícios. Alude aos imigrantes da GNS organizados em pequenas associações mutualistas de solidariedade social a nível das comunidades, através de uma participação mensal, permitindo assim a garantia de um mínimo de segurança social.

²³ O universo dos entrevistados de Silva (2010) resume-se a 57 entrevistas realizadas, sendo 36 na Praia, 11 no Sal e 10 em Boavista, 7 a empresas de construção e 6 a associações de imigrantes.

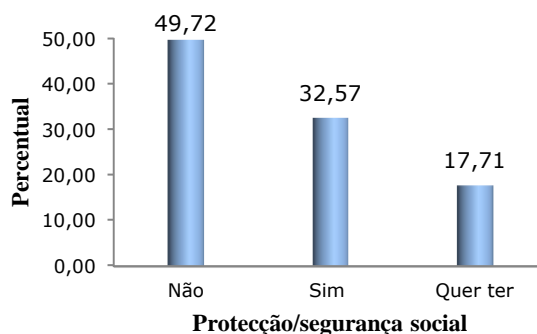


Figura 31 - Percentual de entrevistados que beneficiam de protecção ou segurança social em Cabo Verde.

2.4 Relações de conflito

A Figura 32 mostra que 63,64% dos entrevistados expressaram ter sido vítimas de actos discriminatórios por parte dos cabo-verdianos e 36,36% responderam que não. Os cidadãos da Nigéria foram os que mais afirmaram ter sido vítimas de actos discriminatórios por parte dos cabo-verdianos, 42,2%, seguidos dos cidadãos do Senegal, com 33%, dos da Guiné-Bissau, com 24,8%.

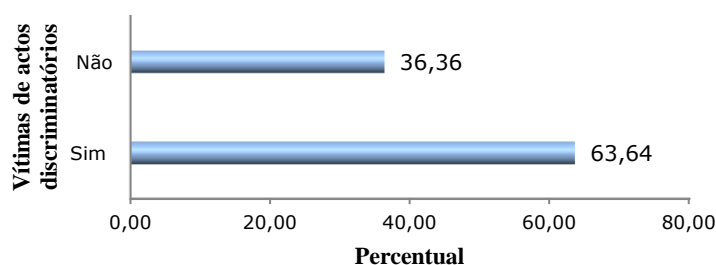


Figura 32 - Percentual de entrevistados vítimas de actos discriminatórios por parte dos cabo-verdianos.

A Figura 33 aponta que 61,99% dos entrevistados afirmaram ter já presenciado actos discriminatórios em Cabo Verde e 38,01% afirmaram o contrário. Dos que afirmaram ter presenciado actos discriminatórios, os da Nigéria apresentam um percentual de 39,6%, seguido dos de Senegal, com 33%, e dos da Guine Bissau com 27,4%.

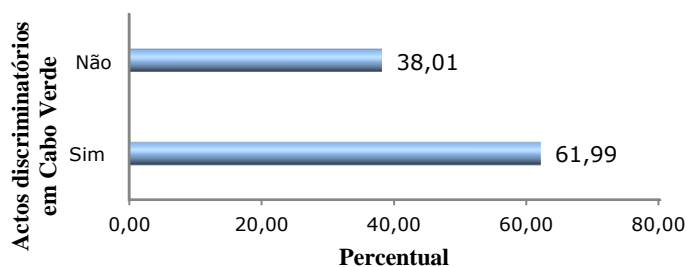


Figura 33 - Percentual de respostas sobre actos discriminatórios presenciados em Cabo Verde.

No que se refere à situação de estadia em Cabo Verde (Figura 34) verificou-se que o percentual dos entrevistados portadores de autorização de residência é de 37,57%. Os entrevistados a aguardarem a autorização de residência constitui 27,17%.

Os cidadãos estrangeiros em Cabo Verde, segundo a CIMI (2010), falam de dificuldades na obtenção e apresentação de documentos exigidos para a autorização de residência, de acordo com o decreto regulamentar 11/99 de 9 de Agosto²⁴, e reconhecem que de facto a lista de documentos é extensa, o que dificulta aos imigrantes toda a documentação exigida.

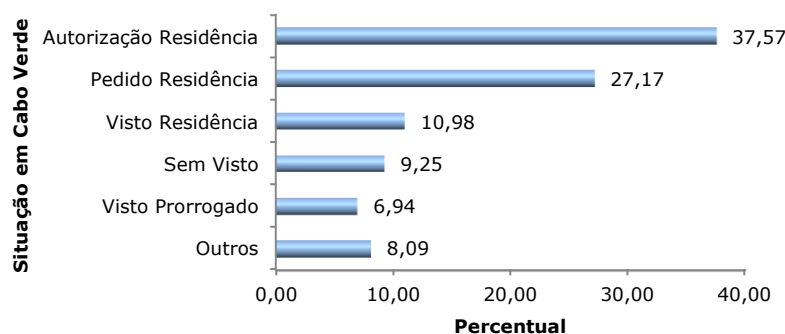


Figura 34 - Percentual de respostas sobre a situação em Cabo Verde.

Dos entrevistados, 63,31% consideraram que os cabo-verdianos tratam mal os cidadãos da CEDEAO, 19,53% avaliaram que os tratam com respeito e 17,16%, com simpatia (Figura 35). Dos que avaliaram que são maltratados pelos cabo-verdianos os cidadãos da Nigéria apresentaram um percentual de 40,2%, seguido dos de Senegal, com 35,5%, e da Guiné-Bissau com 24,3%. A Guiné Bissau destaca-se entre os três países da GNS, com um percentual de 45,2% de respostas sobre tratamento com respeito e simpatia aos cidadãos da CEDEAO, seguida de Senegal, com 32,3%, e Nigéria, com 22,6%.

Os cidadãos da Guiné-Bissau, segundo Gomes (2010), consideram que são tratados de forma razoável pelos cabo-verdianos, com um percentual de 46,3%, de respostas, indo ao encontro dos resultados da presente pesquisa, com uma diferença apenas de 1,1%.

²⁴ Documentos exigidos para a obtenção de autorização de residência:

Requerimento dirigido ao Director da Polícia Nacional; registo criminal do país de origem traduzido e visado nos serviços consulares; registo criminal em Cabo Verde; certificado de cadastro policial; atestado médico passado pela delegacia de saúde; atestado de residência passado pela Câmara Municipal; comprovativo da proveniência de meios de subsistência; certificado internacional de vacina; documentos comprovativos das condições de alojamento em Cabo Verde; 3 fotografias a cores tipo passe; fotocópia do passaporte nas páginas que contém identificação, vistos válidos e carimbos de entrada; impressos e 5 guias modelo B.

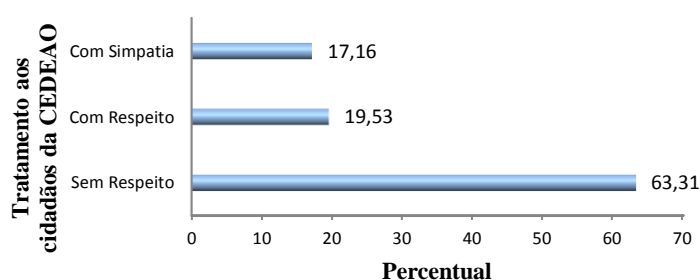


Figura 35 - Percentual de respostas sobre como os cabo-verdianos tratam os cidadãos da CEDEAO.

A maioria dos entrevistados (67,47%) admitiu nunca ter tido conflito com algum cabo-verdiano, sendo que 32,53% alegaram ter tido conflitos (Figura 36). Dos que admitiram não ter tido conflitos, a Guiné Bissau apresentou 38,4%, de respostas, seguida da Nigéria, com 33%, e de Senegal com 28,6%. Os entrevistados do Senegal lideram o grupo da GNS, com 44,4% de respostas sobre a existência de conflitos com cabo-verdianos, seguidos dos da Nigéria, com 29,6%, e da Guiné-Bissau, com 25,9%.

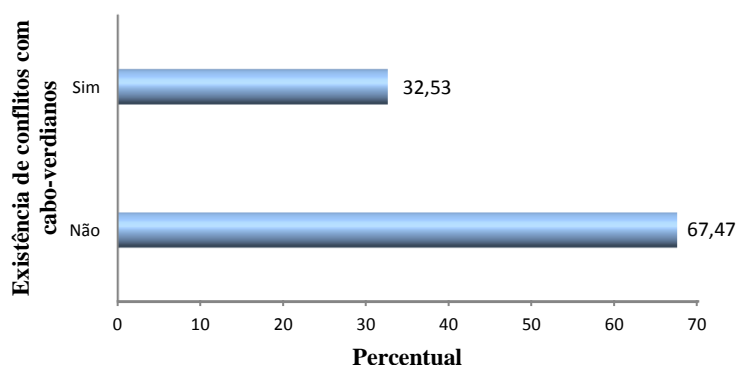


Figura 36 -Percentual de respostas sobre existência de conflito com algum cabo-verdiano.

Em relação a possíveis conflitos com outros cidadãos da CEDEAO (Figura 37), 89,44% dos entrevistados admitiram não ter tido conflitos e apenas 10,56% admitiram a existência de conflitos. Dos que admitiram ter conflitos, o Senegal lidera com 58,8%, de respostas, seguida de Guiné-Bissau, com 35,3%, e Nigéria, com 5,9%.

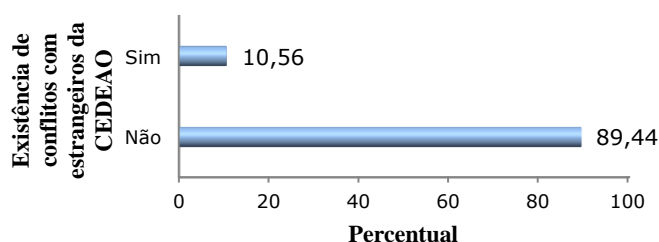


Figura 37 - Percentual de respostas sobre existência de conflito com algum cidadão estrangeiro da CEDEAO.

A maioria dos entrevistados afirmou que os policiais da Cidade da Praia tratam os cidadãos da CEDEAO de forma péssima ou má (54,27%), como mostra a Figura 38. Além disso, observa-se que 40,24% afirma que o tratamento dos policiais é normal. Somente 5,49% afirmaram que o tratamento pode ser considerado bom ou excelente.

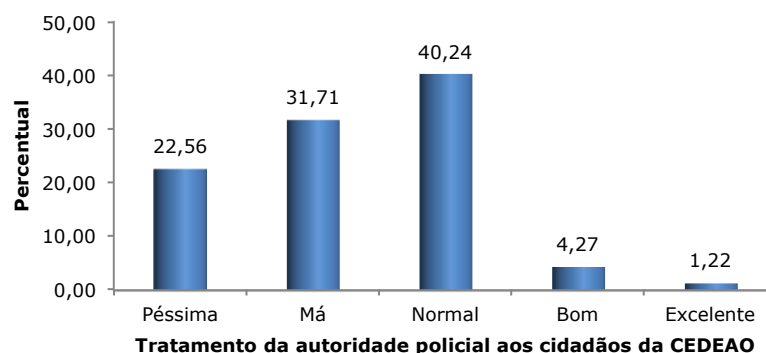


Figura 38 - Percentual de respostas sobre a forma como a autoridade policial trata os cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde.

O percentual dos entrevistados que afirmaram não ter sido vítimas de crimes em Cabo Verde é de 61,18% (Figura 39). A percentual dos que afirmaram ter sido vítimas é de 38,82%.

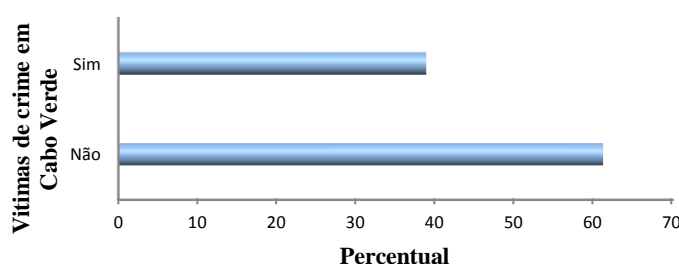


Figura 39 - Percentual de entrevistados que foram vítimas de algum crime em Cabo Verde.

A análise da Figura 40 mostra que 77,24% dos entrevistados disseram ter presenciado crimes cometidos em Cabo Verde e 22,76% alegaram não os ter presenciado.

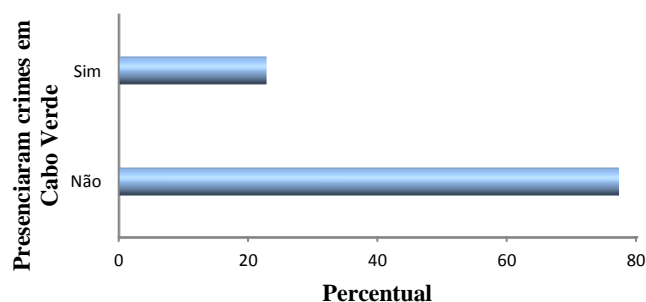


Figura 40 - Percentual de entrevistados que responderam ter presenciado algum crime em Cabo Verde.

Dos entrevistados, 64,29% (Figura 41) apontaram a Nigéria como o país cuja nacionalidade é tida como a mais praticante de crimes em Cabo Verde. Os demais países do grupo GNS e Cabo Verde apresentam uma média percentual de 11,3%.

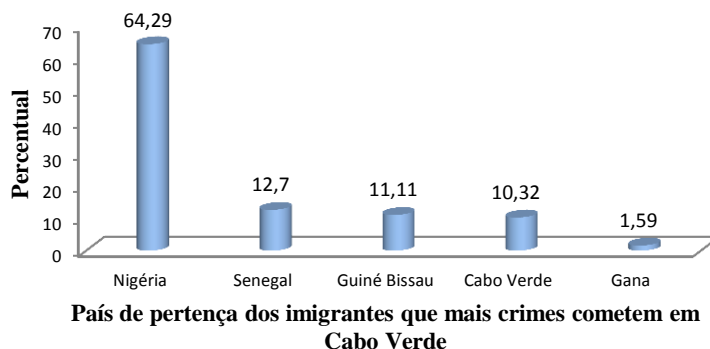


Figura 41 - Percentual de respostas sobre imigrantes que mais crimes cometerem em Cabo Verde.

3. Correlação Imigração/Criminalidade

Um dos objectivos do presente trabalho foi verificar se existe correlação entre a imigração dos cidadãos da GNS e a criminalidade envolvendo esses cidadãos no Concelho da Praia, no período de 2006 a 2010. Para tal, recorreu-se à análise de correlação por este ser um método estatístico amplamente utilizado para os estudos do grau de relacionamento entre duas variáveis.

Referiu-se que o senso comum em Cabo Verde avalia que os imigrantes da CEDEAO contribuíram para o aumento da criminalidade no país. Afirmam Levin e Fox (2004) que o simples facto de se constatar a existência de uma relação entre duas variáveis não diz muito sobre o grau de associação, ou correlação entre ambas e que muitas relações são estatisticamente significantes, mas expressam pouco uma correlação perfeita.

A análise da correlação que tem em conta as variáveis imigração e criminalidade, indicando como variam em conjunto é uma forma de medir a intensidade e a direcção linear ou não linear das duas variáveis. Isso permite ter um indicador que atende à necessidade de se estabelecer a existência ou não de uma relação entre as variáveis imigração e criminalidade.

A Tabela 7 mostra a correlação (r) e o nível descritivo (p) entre a quantidade de imigrantes de Guiné Bissau, Nigéria e Senegal em Cabo Verde e a quantidade de crimes praticados por pessoas desses países, no período de 2006 a 2010.

Tabela 7 - Correlação (r) e Nível Descritivo (p) entre Número de Emigrantes em Cabo Verde e o Número de Crimes Cometidos por Infractores de Guiné Bissau, Nigéria e Senegal, no Período de 2006 a 2010.

País de Origem dos Imigrantes em Cabo Verde	Países de Origem dos Infratores				
	País	Guiné Bissal	Nigéria	Senegal	Total
	Guiné Bissal	$r = -0,560$ ($p = 0,326$)			$r = -0,375$ ($p = 0,534$)
	Nigéria		$r = 0,296$ ($p = 0,629$)		$r = -0,055$ ($p = 0,930$)
	Senegal			0,604 ($p = 0,281$)	$r = 0,483$ ($p = 0,410$)
	Total				$r = -0,015$ ($p = 0,981$)

Logo, pode-se observar que não existe correlação estatisticamente significativa entre a quantidade total de imigrantes e a quantidade total de crimes, no período em estudo, pois o nível descritivo $p = 0,981 > 0,05$ (5%).

Além disso, pode-se observar que não existe correlação estatisticamente significativa entre a quantidade de imigrantes de Guiné Bissau (mais expressivos em relação aos da Nigéria e Senegal) e a quantidade de crimes praticados por infractores deste país, pois o nível descritivo $p = 0,326 > 0,05$ (5%).

Ainda, observa-se que quando comparada a quantidade de imigrantes de Guiné Bissau com o total de crimes cometidos por imigrantes dos três países em análise, também não existe correlação estatisticamente significativa, pois o nível descritivo $p = 0,534 > 0,05$ (5%).

Finalmente, vê-se o mesmo comportamento quando analisadas as relações envolvendo Nigéria e Senegal, isto é, também não foram observadas correlações estatisticamente significativa entre a quantidade de imigrantes e quantidade de crimes ocorridos no período do estudo.

Capítulo 4

Considerações finais

O objectivo geral deste estudo foi caracterizar o perfil dos cidadãos imigrantes da Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal (GNS) e correlacionar a imigração e a criminalidade envolvendo esses cidadãos, no período de 2006 a 2010. Considera-se que o procedimento no âmbito da metodologia utilizada permitiu o alcance desse objectivo. Na implementação da metodologia, durante a recolha de parte dos dados pessoais e criminais dos reclusos que passaram pela Cadeia central da Praia, ficou patente a necessidade da organização e actualização dos dados estatísticos, como recomenda a investigação científica. Assim, na recolha, fez-se a organização e actualização desses dados. Esse procedimento pode ser tomado como uma importante contribuição que o estudo propiciou.

Ainda, verificou-se o problema da falta de dados estatísticos consistentes sobre o fluxo migratório, particularmente, de cidadãos da CEDEAO para Cabo Verde, quer como imigrantes em situação regular, quer em situação clandestina. Apresenta-se necessário que os serviços governamentais responsáveis estejam munidos de recursos tecnológicos adequados e de recursos humanos preparados para a solução do problema. No que tange aos recursos tecnológicos, aponta-se como exemplo, a disponibilidade de uma base de dados efectiva sobre a circulação de pessoas nos espaços comuns da referida Organização e que seja compartilhada pelas autoridades competentes.

É fundamental que os Estados membros da CEDEAO tomem providências para a sensibilização de seus cidadãos sobre os limites da livre circulação prevista na legislação, nomeadamente o Tratado Revisto e os diversos Protocolos, o que poderá resultar no controle da imigração irregular e suas consequências. Ademais, é pertinente regulamentar os aspectos fundamentais concernentes ao regime de entrada, permanência e concessão do direito de residência a estrangeiros da CEDEAO, conforme o estabelecido no artigo 68º do referido Tratado.

O estudo indicou que, apesar de a Nigéria ocupar o terceiro lugar em termos de imigração legal em Cabo Verde, é o país que se destaca, quer quanto à população prisional na Cadeia central da Praia, quer no que respeita a expulsões. Esta constatação dá suporte à avaliação do senso comum de que os nigerianos são os que mais crimes cometem em Cabo Verde.

A maioria dos entrevistados, ou seja, cerca de 57%, afirmou ter organizado a emigração através de familiares e amigos em Cabo Verde, 38,37% alegaram que o fizeram por iniciativa própria e 79,14% afirmaram ter conhecidos em Cabo Verde, o que constituiu um factor determinante da sua decisão de emigrar. Essa forma de organização da emigração, isto é, através do amparo de familiares e amigos no país de acolhimento, pode levar à dedução da existência de uma eventual rede social, em Cabo Verde, de apoio aos emigrantes da CEDEAO. Rocha (2009) refere, nesse particular, àqueles que apostam na emigração tendo como suporte o apoio que podem encontrar através de uma rede social de amigos, familiares e compatriotas.

Entende-se que as facilidades de circulação entre os países da CEDEAO permitem que uma parte desses cidadãos escolha Cabo Verde, por motivos diversos, como ponto inicial da sua aventura emigratória. Para além do país oferecer melhores oportunidades de trabalho, estrategicamente oferece oportunidades para conquistas de outros espaços (a Europa e os Estados Unidos da América) onde os imigrantes encontram melhores condições de vida. Este facto é reconhecido por Gonçalves (2010) para quem, Cabo Verde, nos últimos anos, tem o ónus de lidar com o problema de imigrantes da costa africana, sobretudo clandestinos, que visam apenas alcançar a Europa, recorrendo a documentos falsos e falsificados. Todos os estrangeiros clandestinos detectados são reencaminhados para os respectivos países de origem, o que acarreta a Cabo Verde enormes custos financeiros com as viagens, normalmente realizadas por via aérea.

Constatou-se que 50% dos entrevistados se situam na faixa etária de 25 a 34 anos, com um maior percentual do sexo masculino, de 81% em média, relativamente ao sexo feminino, e uma taxa elevada de solteiros. Portanto, esses imigrantes constituem uma população bastante jovem, em idade economicamente activa para o trabalho que eles verbalizaram exercer em Cabo Verde, ou seja, no comércio informal e na construção civil.

A taxa de escolaridade dos entrevistados é relativamente baixa, o que condiciona, por um lado, a sua integração laboral e social e, por outro, os torna mão-de-obra de fácil exploração, implicando a sua não integração no sistema de segurança social do país. Vale frisar que apenas 32,57% dos entrevistados afirmaram beneficiar de protecção ou segurança social em Cabo Verde.

A taxa de escolaridade alia-se ao facto de a maioria dos cidadãos da GNS se encontrar em situação irregular, o que os obriga a aceitarem receber um salário inferior ao mínimo estipulado para os cabo-verdianos em condições idênticas. Tudo isso limita a renda familiar

dos cidadãos desses países. Essa renda, como o estudo mostrou, situa-se entre 10 000 escudos e 25 000 escudos (ECV), um valor superior ao salário mínimo praticado tanto no Senegal como na Nigéria. Na Guiné Bissau, a situação é ainda mais gritante, onde, segundo Gomes (2010), “o desemprego, os conflitos civis e político-militares, ausência de propriedades produtivas, baixos salários, aumento demográfico, etc.” acarretam a sua precariedade económica.

Este estudo revelou que a maioria dos imigrantes da GNS professa a fé cristã, com destaque para a Nigéria. Como se referiu, para o senso comum cabo-verdiano, as religiões não cristãs, sobretudo o islão, representam ameaça para o país. Verificou-se, entretanto, que o percentual dos que professam a fé islã, 41,67%, é inferior ao dos que professam a fé cristã, e que há o registo de óptimas relações entre ambas as religiões na Guiné-Bissau e no Senegal, bem como em Cabo Verde. Desmistifica-se, assim, a avaliação de que praticantes da fé islã são uma ameaça para Cabo Verde.

Dos entrevistados, 63% em média responderam ser discriminados e maltratados pelos cabo-verdianos. Não obstante, 65,7% avaliaram estar satisfeitos com a vida em Cabo Verde; 51,80% afirmaram ocupar o tempo livre com os cabo-verdianos e 75,90% disseram ter laços de amizade com eles.

Não foi possível obter uma correlação estatisticamente significativa entre a evolução da imigração e a evolução da criminalidade em Cabo Verde envolvendo os cidadãos da GNS, no período delimitado para o estudo. De acordo com Guia (2012), a relação entre os dois fenómenos é tida como maioritariamente uma relação indirecta. Assim, mesmo que houvesse uma correlação significativa, em termos estatísticos, entre esses fenómenos, esse facto, se existisse, não implicaria tomar o primeiro como causa do segundo. Uma eventual correlação poderia, isso sim, apontar a pertinência da busca, em estudos posteriores, de variável ou variáveis relevantes interpostas entre os dois fenómenos, demonstrando um papel indirecto do incremento do fluxo migratório sobre o aumento da criminalidade.

Pelo exposto, desconstrói-se o posicionamento do senso comum, referido no estudo, de que os imigrantes da CEDEAO contribuíram e contribuem para o aumento da criminalidade no país. Essa atitude tem forte conotação discriminatória e preconceituosa e é um factor negativo, passível de comprometer a necessária integração económica e sociocultural dos imigrantes africanos, como um todo, e daqueles que compõem os países da CEDEAO, particular e especificamente os da Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal que participaram neste estudo.

Referências

- AFROSONDAGEM²⁵. (2008, Novembro). A Criminalidade e a Insegurança. *Jornal a Semana*, p. 18.
- BAUMAN, Z. (2005). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BONIFACE, P. (2005). *Atlas das relações internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.
- CARVALHO, F. (2009, Janeiro 30). Cabo Verde face ao desafio da imigração. *Jornal A Nação*, p.30.
- _____. (2010, Março 4 a 10). Imigração e diversidade cultural. *Jornal A Nação*, Caderno Painel Académico.
- CABRAL, I., & FURTADO, C. (2008). *Os Estados-nações e o desafio da integração da África do Oeste. O caso de Cabo Verde*. Praia: Autores.
- CASTELLS, M. (1999). *Fim de Milénio. A era da Informação, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2000). *A sociedade em rede. Volume I*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELS, S., & MILLER, M.J. (1993). *The Age of Migration: Internacional Population Movements in the Modern World*. New York: Guilford Press.
- _____. (2009). *The Age of Migration: Internacional Population Movements in the Modern World*. New York: Guilford Press.
- Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. (2005). *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em <http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/Benefic%C3%A2ncia/forum%20imigra%C3%A7%C3%A3o/GCIMReport.pdf>.
- COSTA, P.M. (2008). A situação de irregularidade dos estrangeiros perante a lei portuguesa [Working Paper N° 05]. www.pmcosta.co.pt.
- Decreto-Legislativo n° 6, de 05 de maio de 1997*. Regula a Situação Jurídica do Estrangeiro no Território Nacional. Boletim Oficial I S n° 17. Cabo Verde.
- Lei Constitucional n° I/VII/2010, de 03 de maio de 2010*. Revê a Constituição da República de Cabo Verde. Boletim Oficial I S n° 17. Cabo Verde.
- Programa do Governo para a VII legislatura 2006 – 2011, março 2006*. Cabo Verde.

²⁵ Empresa cabo-verdiana de consultoria e especializada em pesquisas de opinião, avaliação de projectos, governação democrática e processamento de dados e parceira da Afrobarometer.

DELGADO, J.P. (2007). A teoria dos direitos culturais de minorias: uma proposta alternativa de justiça no Estado Democrático de Direito. In: Rogério Dutra dos Santos (org.), *Direito e Política* pp. (141-153). Porto Alegre.

_____. (2011). La regulación internacional de los flujos migratorios entre Cabo Verde y la Unión Europea (em especial hacia España. in: *Revista de derecho migratorio y extranjería*, 28.

Direcção Geral dos Serviços Penitenciários. (2010). *Estatísticas do ano 2010*. Lisboa.

DIAS, J.F. (2007). *Direito Penal. Parte Geral. Tomo I* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

DIAS, S. & GONÇALVES, A. (2007). Migração e Saúde. *Revista Migrações*, 1, 6.

DURKHEIM, E. (1894). Le crime, phénomène normal. Paris: Librairie Armand Colin. Disponível em http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/durkheim.html.

Estatísticas da migração e da população migrante: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics/pt. Consultado em 18.01.2012

FRAGA, L.A. (2001). *Reflexões sobre o mundo actual – Problemas sociais contemporâneos*. Porto: Campo das Letras.

Gabinete do Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro. (2010). *Imigração em Cabo Verde e subsídios para a política nacional de imigração*. Relatório intermédio, Fase I. Praia.

_____. (2010). *Imigração em Cabo Verde: Subsídios para a Política Nacional de Imigração*. Relatório Final. Praia.

GOMES, J. (2009). A inserção de Cabo Verde na CEDEAO: O Comércio e as migrações. [Versão electrónica] *Edições electrónicas CEAUP*, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Acedido em 10 de Dezembro e 2012, em <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB013.pdf>.

GOMES, D.A. (2010). *Integração da comunidade de Guiné-Bissau em Cabo Verde: O caso da cidade da Praia*. Tese de Licenciatura em Ensino de História - Universidade de Cabo Verde. Praia. pp. 133.

GONÇALVES, A.M. (2010). *Política externa de Cabo Verde de 1975 a 2008*. Tese de Mestrado em Relações Internacionais – Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa. pp. 162.

Governo cria unidade para controlar imigração ilegal. Recuperado em 20 novembro, 2011, de http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article59249&var_recherche=imigra%E7%E3o%20ilegal&ak=1.

- GRAÇA, C.Q.L. (2007). *Cabo Verde Formação e Dinâmicas Sociais*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais.
- GUARDIOLA, N. (2008). Emigração e xenofobia em África. *Revista África* 21, 22-26.
- GUIA, M.J. (2012). Imigração, Crime e Crimigração: alteridades e paradoxos. [Versão Electrónica]. Acedido em 31 de Dezembro de 2012, em <http://www.ces.uc.pt>.
- Guiné-Bissau. In Diciopédia 2009 [DVD-ROM]. Porto: Porto Editora, 2008. ISBN: 978-972-0-65264-5.
- INSTITUTO DAS COMUNIDADES. (2003). *Projecto de Integração dos Repatriados em Cabo Verde*. Praia.
- International Minimum Wage Rates By Country*: <http://www.minimum-wage.org/minwage/international/>. Consultado em 18.01.2013.
- KYNLICKA, W. (2006). *Fronteras territoriales*. Madrid: Editorial Trotta, S.A.
- LEVIN, J., & FOX, J.A. (2004). *Estatística para Ciências Humanas* (9ª ed.). Brasil: Pearson Prentice Hall.
- LOBO, A.S. (2012). *Tão Longe Tão Perto. Famílias e “Movimentos” na Ilha da Boavista de Cabo Verde*. Praia: Edições Uni-CV.
- LOBO, M.C. (2010, Outubro 29). Retrato da casa. *Jornal a Semana*, p. 26.
- MACHADO, I.J.R (2011). A condição obscura: Reflexões sobre as políticas de imigração e controle de estrangeiros em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92, 125-145.
- MARTINUZ, E. (2012). Bispos da África Ocidental destacam progressos no diálogo inter-religioso. Consultado em 21 de Janeiro de 2013 em http://www.verbonet.com.br/verbonet/index.php?option=com_content&view=article&id=25136:bispos-da-africa-ocidental-destacam-progressos-no-dialogo-inter-religioso&catid=5:noticias.
- Migration EU expertise. (2010). *Projecto de Estratégia Nacional para a Imigração de Cabo Verde*. Praia.
- MONTEIRO, C.A. (1997). *Comunidade imigrada, visão sociológica, o caso da Itália*. Mindelo: Autor.
- _____. (2001). *Recomposição do espaço social cabo-verdiano*. Mindelo: Autor.
- NOGUEIRA, G. (2008). Cabo Verde quem diria, país de imigração. *Revista África* 21, 29.
- NORINHA, V. (2010, Setembro 8). Cabo Verde: O regresso às ilhas da morabeza. *Jornal OJE*, p. 12,13.

Observatório ACP das Migrações. (2010). Overview on South-South Migration and Development Trends and Research Needs in Nigeria. Disponível em www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/NigeriaFin.pdf.

_____. (2010). Overview on South-South Migration and Development Trends and Research Needs in the ECOWAS Region. Disponível em www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/ECOWAS%20Fin.pdf.

OLIVEIRA, A.M. (2010). Processamento da Linguagem num Contexto Migratório e de Interação. In: Migração e Línguas, Processamento da Linguagem, Léxico Mental. *Congresso Internacional Línguas 2010*, Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.19/539>.

Organização Internacional das Migrações. (2009). Direito Internacional da Migração. Glossário sobre Migração. *Revista*, 22.

Organisation Internationale pour les Migrations. (2010). Etat de la migration dans le monde 2010. L'avenir des migrations: renforcer les capacités face aux changements. Disponível em <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home.html>.

_____. (2010). Migration au Sénégal - Profil National 2009. Disponível em <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home.html>.

PATTARA, N., BAENINGER, R., BOGUS, L, & JANNUZZ, P. (1987). *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana, São Paulo 1980 – 1993*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.

Platform for international cooperation on undocumented migrants. (2007). Undocumented Migrants Have Rights! An Overview of the International Human Rights Framework. Disponível em <http://picum.org/en/publications/reports/>.

ROCHA, E.V. (2009). *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade de Cabo Verde. Praia. pp. 122.

ROSA, M.A. (2007). A problemática da livre circulação de bens e pessoas e o papel de Cabo Verde na segurança da Costa Ocidental e da Fronteira Sul da União Europeia. *Atelier nacional sobre “Estados nações e o desafio da integração regional: o caso de Cabo Verde”*. Praia.

SILVA, C. (2011). Comunidades imigradas da CEDEAO em Cabo Verde: Dinâmicas familiares e representações sobre práticas de violência nas relações de género. In: CODESRIA, *L'Afrique face aux défis du XXIème siècle*. Rabat.

- SILVA, R.C. (2010). Perfil socio-demográfico dos imigrantes em Cabo Verde, 2010. In: CIMI, *Imigração em Cabo Verde: Subsídios para a Política Nacional de Imigração* pp. (119-158). Praia
- SIMAS, K. (2004, Agosto 15). Vendedores senegaleses revoltam-se contra a Polícia. *Jornal a Semana*, p. 8.
- TAVARES, A.C. (2007). *O Direito Internacional e os Desafios Humanitários em África*. Praia: Autor.
- TOLENTINO, A.C., ROCHA, C.M., & TOLENTINO, N.C. (2010). *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- TRINDADE, M.B.R. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical. (2009). *Estudo sobre a criação do salário mínimo em Cabo Verde*. Praia.
- VALENTIN, I. (2011). Cabo Verde y la Externalización de la Inmigración hacia Europa. Análisis Histórico a la luz de la Coherencia de las Políticas en Migración y desarrollo. In: ÁLVAREZ, G.F., & MARTUL, D.G. (Coords), *Mujer, Educación y Migraciones en África*. Madrid: Los Libros de la Catarata.

Anexo – Modelo de questionário em português utilizado na entrevista

Este inquérito destina-se a preparação de uma tese em Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos que trata da imigração de cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde.

O preenchimento do Inquérito é voluntário e todos os dados recolhidos são anónimos e confidenciais.

Grato pela sua colaboração

DADOS PESSOAIS

1) Nacionalidade: ☐ Guiné Bissau ☐ Senegal ☐ Nigéria ☐ Outro: _____

2) Idade: ☐ 15 a 24 ☐ 25 a 34 ☐ 35 a 44 ☐ 45 a 54 ☐ 55 a 64 ☐ ≥ 65

3) Género: ☐ Masculino ☐ Feminino

4) Estado Civil: ☐ Solteiro(a) ☐ União de Facto ☐ Separado(a)
☐ Casado(a) ☐ Divorciado(a) ☐ Viúvo(a)

5) Grau de Escolaridade: ☐ 4 anos ☐ 5 a 6 anos ☐ 7 a 9 anos ☐ 10 a 12 anos
☐ Frequência Universitária ☐ Grau Universitário ☐ Sem Resposta

6) Renda Familiar: ☐ Menos de 10.000\$ ☐ 10.000\$ a 25.000\$ ☐ 25.000\$ a 50.000\$
☐ 50.000\$ a 100.000\$ ☐ 100.000\$ a 200.000\$ ☐ Mais de 200.000\$

7) Profissão: _____

8) Religião: _____

9) Residência: _____

10) Trabalho Actual: _____

CHEGADA

11) Há Quanto Tempo Está Em Cabo Verde?

☐ Menos de 6 meses ☐ De 6 meses a 1 ano ☐ De 1 a 2 anos
☐ De 3 a 5 anos ☐ Mais de 5 anos ☐ Não Sabe/Não Respondeu

12) Por Que Deixou O Seu País de Origem?

☐ Dificuldades Económicas/ Falta de Trabalho
☐ Desejo de Conhecer a Realidade Cabo-verdiana
☐ Estudo

- ☐ Reagrupamento Familiar
- ☐ Esperança de Encontrar um Trabalho Melhor
- ☐ Conflitos no País de Origem ☐ Sim Quais?_____ ☐ Não

13) Como Organizou a Sua Emigração em Cabo Verde?

- ☐ Sozinho
- ☐ Atráves de Amigos Que já Viviam em Cabo Verde
- ☐ Atráves de Parentes Que já Viviam em Cabo Verde
- ☐ Atráves de Instituição Religiosa
- ☐ Atráves de Intermediários do Seu Pais Mediante Pagamento
- ☐ Atráves de Intermediários Cabo-verdianos Mediante Pagamento
- ☐ Como Turista, Marítimo

14) Quando Veio Para Cabo Verde já Tinha Algum Conhecido? ☐ Sim ☐ Não

14.1 Se sim, quem: ☐ Familiar ☐ Amigo/Conhecido ☐ Outro:_____

15) Tem Algum Amigo Cabo-verdiano? ☐ Sim ☐ Não ☐ Quero Ter

<i>SOCIABILIDADE</i>

16) O Que Levou a Ficar em Cabo Verde?

- ☐ Oportunidade de Trabalho ou de Negócios
- ☐ Acompanhamento de Pessoa de Família
- ☐ Impossibilidade de Ir Para Onde Gostaria
- ☐ Outro:_____

17) Em relação ao Nível de Satisfação, Como está a Sua Vida em Cabo Verde?

- ☐ Péssima ☐ Má ☐ Normal ☐ Bom ☐ Excelente

18) Que Língua Utiliza em Cabo Verde?

- ☐ Francesa ☐ Inglesa ☐ Crioula ☐ Portuguesa ☐ Outra:_____

19) Fala/Compreende o Crioulo de Cabo Verde?

- ☐ Compreende, Mas Não Fala ☐ Compreende e Fala ☐ Não Compreende

20) Ocupação do Tempo Livre:

20.1) Com Patrícios:

- ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

20.2) Com Caboverdianos:

() Frequentemente () Raramente () Nunca

20.3) Com Outros Estrangeiros

() Frequentemente () Raramente () Nunca

21) Tem Algum Amigo Cabo-verdiano? () Sim () Não () Quero Ter

22) Beneficia de Protecção ou Segurança Social em Cabo Verde?

() Sim () Não () Quero Beneficiar

CONFLITUALIDADE

23) Já foi Vítima de Actos Discriminatórios por Parte dos Cabo-verdianos? () Sim () Não

24) Já Presenciou Actos Discriminatórios em Cabo Verde? () Sim () Não

25) Qual a Situação em Cabo Verde?

() Sem Visto () Visto Prorrogado () Visto de Residência
() Autorização de Residência () Pedido Residência () Outros: _____

26) Como os Caboverdianos Tratam os Cidadãos da CEDEAO?

() Com Respeito e Consideração () Com Simpatia () Sem Respeito / Indiferentes

27) Já Teve Conflito Com Algum Caboverdiano? () Sim () Não **28)**

Já Teve Conflito Com Algum Cidadão Estrangeiro da CEDEAO? () Sim () Não

29) Qual a Forma Como as Autoridades Policiais Tratam os Cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde?

() Péssima () Má () Normal () Bom () Excelente

30) Você já foi Vítima de Algum Crime em Cabo Verde? () Sim () Não **(Vá para a questão 31)**

31) Você já Presenciou Algum Crime em Cabo Verde? () Sim () Não **(Vá para a questão 32)**

32) Os Imigrantes Que Cometem Mais Crimes são Provenientes de Qual(is) Países da CEDEAO?

() Guiné Bissau () Senegal () Nigéria () Outro: _____